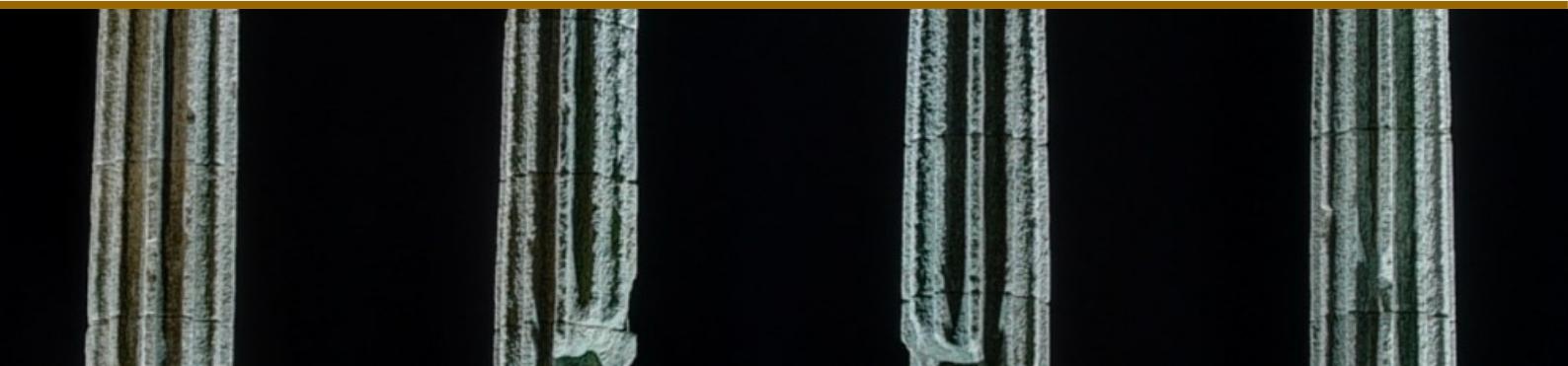




B OLETIM DO ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

NÚMERO 7 | JULHO 2018



ÍNDICE

Editorial

Notícias

Exposições

Documento do mês

Rede de Arquivo do Alentejo (RAA-DE)

- Modelo de regulamento do arquivo
- Guia dos Arquivos do Distrito de Évora: um olhar de relance

Divulgação de Documentação

- Estalagens e Pousadas existentes em Évora na década de 1835-1845
- O Balneário das Bravas

Ofertas de Publicações

E DITORIAL

Caros leitores

Em primeiro lugar é-vos devido um pedido de desculpas pela longa ausência do boletim a que vos sujeitámos. Sabemos que acompanham as nossas iniciativas com regularidade e que o boletim é um meio para se informarem mas, como compreenderão, foi necessário imprimir um ritmo mais intenso ao nível das atividades internas, o que nos deixou sem tempo para antecipar o boletim. A nossa prioridade foi disponibilizar imagens digitais no DigitArq e tratar documentação. Assim, em 2017 disponibilizámos 253.236 imagens, atingindo o Arquivo Distrital de Évora a cifra de um milhão de imagens *on-line*. E, entre janeiro e julho de 2018, colocámos mais 740.158 mil imagens na Internet. Consequentemente, completou-se a disponibilização de todos os Registos Paroquiais em março, processo iniciado em 2011. Os nossos leitores ansiavam por esse dia e nós correspondemos fazendo um esforço suplementar para que fosse possível atingir esse objetivo. Paralelamente, produziram-se mais de 15 mil registos descritivos, para além de se terem iniciado trabalhos de identificação de documentação do arquivo

do Governo Civil de Évora.

Realizaram-se também atividades de divulgação cultural. Participámos no Projeto “Escrever Comunicar” que trouxe ao Arquivo Distrital mais de uma centena de alunos do primeiro ciclo do ensino básico para aprenderem a escrever com penas e tinta-da-China, como faziam antigamente os escrevões. Apoiámos, organizámos e participámos nas exposições “Resistência, Revolução e Democracia: Contributos para o estudo do Marxismo no distrito de Évora”, “Políticas Públicas em Contexto Revolucionário” e “Maio de 68 na Imprensa Portuguesa”. Estivemos também presentes no IGNITE Portugal com uma apresentação sobre a Rede de Arquivos do Alentejo - Distrito de Évora (RAA-DE).

Muito trabalho foi também desenvolvido ao nível da RAA-DE: realizaram-se formações sobre financiamento comunitário, sobre o sistema AtoM, sobre indexação em arquivos e sobre a eliminação de documentos, nas quais participaram mais uma centena de formandos; publicou-se o “Guia dos Arquivos do Distrito de Évora” e o “Modelo de Regulamento do Arquivo”; e organizou-se a “Festa dos Ar-

quivos” no dia 9 de junho em Estremoz com a reconstituição de um concerto datado de 1873 pela Sociedade Filarmónica Luzitana.

Neste número são publicados vários artigos. Agradeço aos autores a disponibilidade para divulgarem documentação do Arquivo Distrital.

Esperando que seja do vosso agrado, desejo-vos boas leituras!



Jorge Janeiro
Diretor do Arquivo
Distrital de Évora

N OTÍCIAS

Disponibilização na íntegra dos Livros dos Registos Paroquiais

No dia 29 de março de 2018 o ADE concluiu a disponibilização de todos os livros paroquiais, processo iniciado em 2011. Por essa razão, deixamos aqui uma palavra de agradecimento a todos quantos se esforçaram para que fosse possível chegar a este resultado e agradecemos aos utilizadores a compreensão, a motivação e o acompanhamento permanente do nosso trabalho.

Números do ADE - 2017

Leitores: **1.010**

Documentos consultados: **13.558**

Certidões emitidas: **36**

Imagens disponibilizadas on-line: **253.236**

Registos disponibilizados on-line: **11.137**

Visitantes: **285**

Pedidos de reprodução (imagens): **1.364**

Pedidos de reprodução (fotocópias): **371**

Pedidos de pesquisa: **220**

Incorporações

Em 2017 foi incorporada documentação do tribunal da Estremoz, num total de 56 metros lineares, e em 2018 incorporou-se documentação do tribunal de Reguengos de Monsaraz, totalizando 58 metros lineares.

Arquivo Distrital ultrapassa o milhão de imagens on-line

Em 2017 o ADE chegou às 1,2 milhões de imagens disponibilizadas na Internet. No presente ano de 2018 foi feito um esforço considerável para intensificar a disponibilização de imagens, tendo-se colocado on-line um total de 740.158 mil imagens referentes a registos paroquiais, registo civil, recenseamentos eleitorais e militares, testamentos e casamentos, bem como documentação da Santa Casa da Misericórdia de Évora digitalizada pela Family Search.

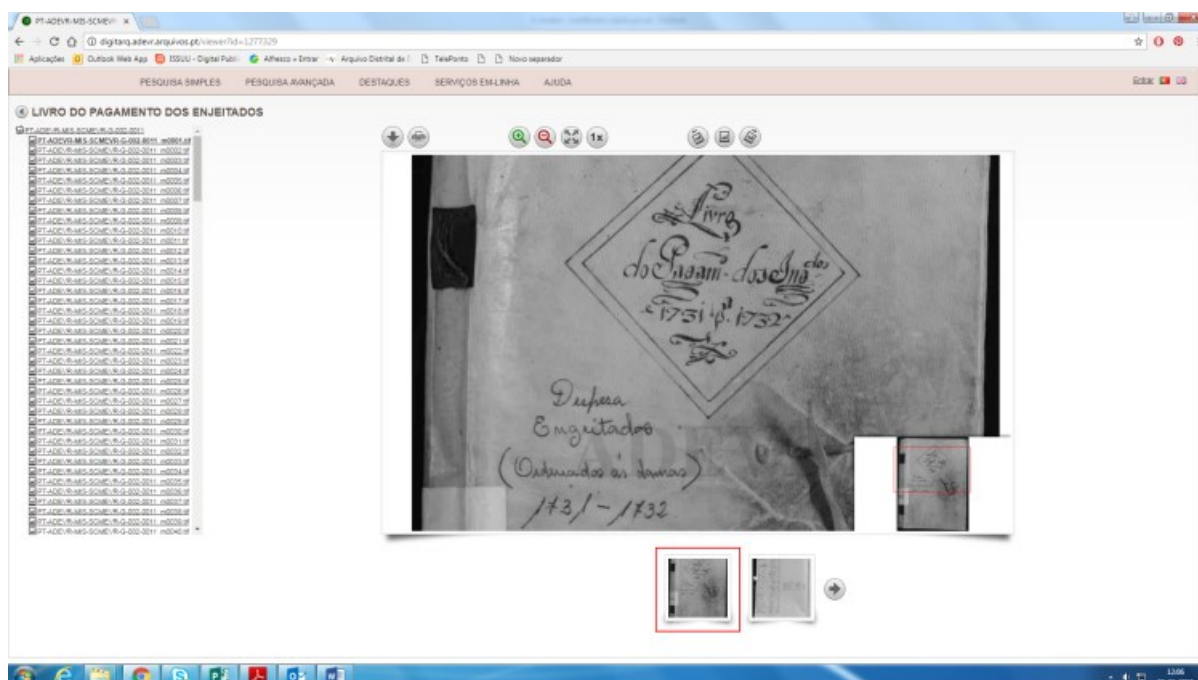
Family Search digitaliza documentação do ADE

Está em curso a digitalização de documentação do Arquivo Distrital de Évora pela Family Search. No total, o projeto prevê a digitalização gratuita de quase um milhão e meio de imagens digitais.



Arquivo Histórico da Misericórdia de Évora on-line

No dia 23 de fevereiro procedeu-se à assinatura do protocolo entre a DGLAB e a Santa Casa da Misericórdia de Évora para disponibilização, no DigitArq, do catálogo e das imagens digitalizadas, pela Family Search, da documentação do Arquivo Histórico daquela entidade. A disponibilização total do catálogo e das imagens digitais do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora terminou no dia 7 de junho. Os utilizadores poderão pesquisar o catálogo e aceder às imagens em: <http://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=986880>



Misericórdia de Évora valoriza arquivos

A Santa Casa da Misericórdia de Évora tem vindo a colocar em prática um conjunto de iniciativas que visam a valorização do seu Arquivo Histórico, depositado no Arquivo Distrital de Évora desde 1944.

No dia 8 de fevereiro a Misericórdia de Évora apresentou a sua mais recente publicação. O Livro “A Assistência na Documentação da Santa Casa da Misericórdia de Évora”, da autoria de Bruno Coelho, é uma viagem aos Arquivos desta instituição secular que pretende, de forma despretensiosa, dar a conhecer alguns aspetos da vida da organização bem como da vida social e económica de Évora e contribuir para a compreensão das dinâmicas das comunidades ao longo dos tempos.



A Santa Casa da Misericórdia de Évora vai também levar a efeito, durante o ano de 2018, um Ciclo de Conferências dedicado à sua História, ao seu Património e ao seu papel de Ação Social ao longo dos séculos. A Conferência Inaugural do Ciclo, subordinada ao tema “A Misericórdia de Évora em Perspetiva Histórica” teve lugar no dia 22 de Fevereiro, às 18 horas, na Sala dos Docentes da Universidade de Évora, e contou com a participação da Professora Laurinda Abreu, da Universidade de Évora, e da Dra. Ana Paula Amendoeira, da Direção Regional de Cultura do Alentejo.

A segunda conferência, intitulada “A Igreja da Misericórdia, uma Jóia do Barroco em Évora”, teve lugar no dia 5 de Julho, na Igreja da Misericórdia, contando com a participação do Professor José Alberto Machado, da Universidade de Évora/CIDEHUS, e do Dr. Manuel de Lemos, da União das Misericórdias Portuguesas.

Estremoz aderiu à Rota dos Arquivos do Alentejo

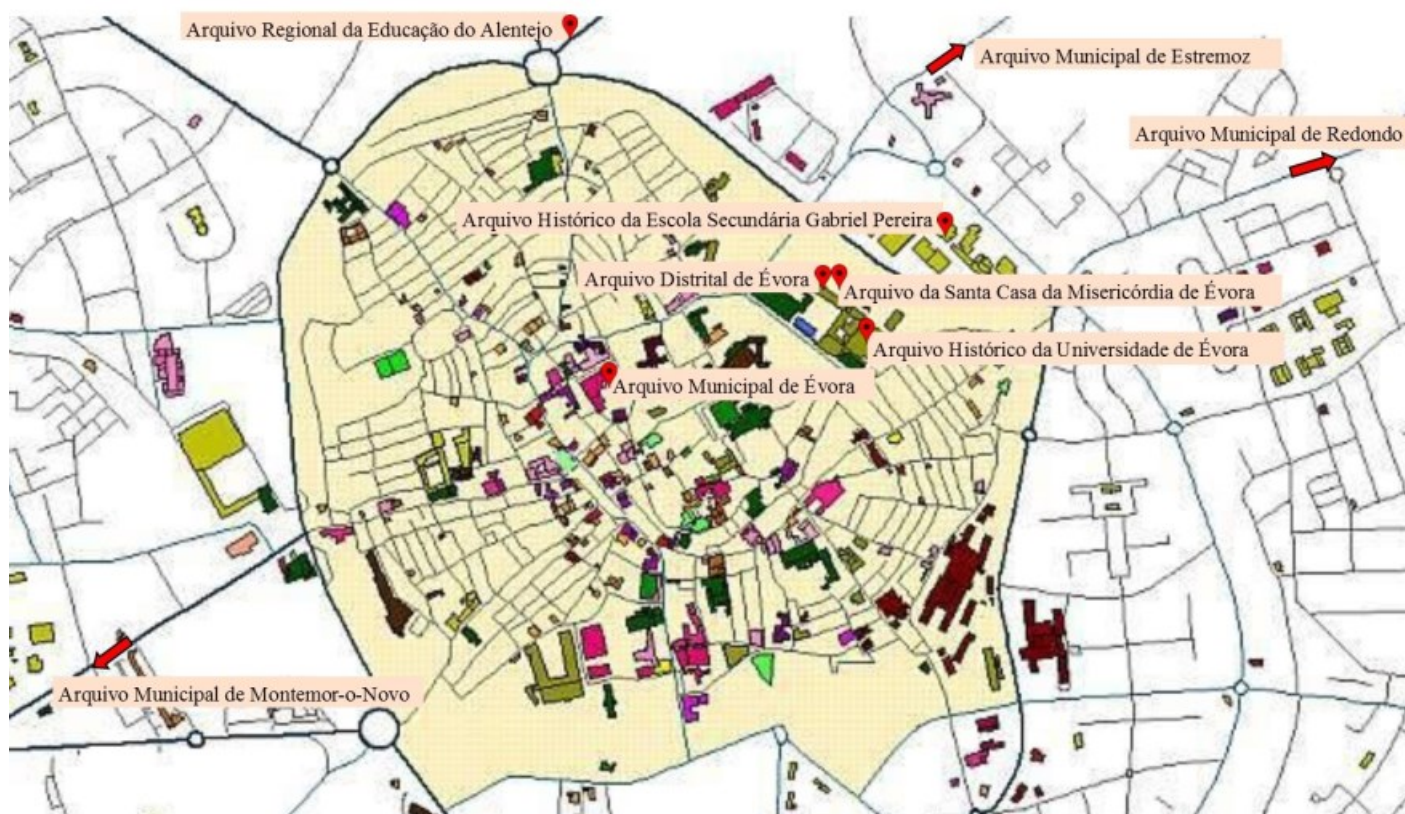
O Município de Estremoz passou a integrar a Rota dos Arquivos do Alentejo, projeto destinado a divulgar o património arquivístico regional e a contribuir para a qualificação dos arquivos da região.

A Rota difunde as iniciativas dos arquivos e o património arquivístico na sua página Web e no Facebook (no qual cada entidade poderá difundir informações) e articula atividades conjuntas dos vários arquivos aderentes.

Com a adesão à Rota dos Arquivos do Alentejo, o Arquivo Municipal de Estremoz tem agora mais um meio à disposição para dar a conhecer os documentos, de grande valor histórico, à sua guarda.

O acesso à Rota dos Arquivos do Alentejo, que conta agora com 9 entidades, poderá ser feito através do site: <http://rotaarquivosalentejo.wixsite.com/rotaarquivosalentejo> e do Facebook: www.facebook.com/rotadosarquivosdoalentejo/

Rota dos Arquivos do Alentejo



Novas adesões à Rede de Arquivos

Criada em 2016, a Rede de Arquivos do Alentejo – Distrito de Évora (RAA-DE), tem vindo a aumentar os seus membros. Com a adesão do Centro de Estudos de Cultura, História, Arte e Património (CECHAP), da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL) e do Município de Elvas, no primeiro semestre de 2018, atingiu-se um total de 15 entidades. A RAA-DE é uma instrumento de trabalho colaborativo que tem permitido um acompanhamento do Arquivo Distrital de Évora aos trabalhos desenvolvidos pelas entidades bem como a atualização destas relativamente a projetos e a programas do seu interesse. Mais informações em: <http://adevr.dglab.gov.pt/servicos/apoiotecnico/rede-de-arquivos/>



RAA-DE dinamiza arquivos da região

A RAA-DE organizou em dezembro uma formação sobre AtoM, gentilmente ministrada pelos colegas da Rede de Arquivos do Algarve (Sónia Negrão, José Anjos, Nuno Marques e Flávio Mendes), com vista à disseminação deste programa *opensource* pelos arquivos da região. Em junho a RAA-DE deu por concluídos dois projetos iniciados em 2016, promovendo agora a sua divulgação pública: o “Modelo de regulamento do arquivo” pretende apoiar o trabalho dos responsáveis pelos arquivos nas organizações, tratando-se de um documento técnico produzido pelo Grupo de Trabalho de Gestão Documental que está aberto à crítica e ao debate para introdução de melhorias em futuras versões; a RAA-DE terminou também o projeto de elaboração de um “Guia dos Arquivos do Distrito de Évora” que inclui, nesta versão, 403 fundos documentais dos concelhos de Concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz. Em junho a RAA-DE realizou, ainda, uma “Ação de sensibilização sobre eliminação de documentos” na qual estiveram presentes 58 participantes de 29 entidades.

Festa dos Arquivos em Estremoz



No âmbito da Rede de Arquivos do Alentejo – Secção do Distrito de Évora (RAA-DE) foi delineada uma estratégia de salvaguarda e valorização dos arquivos associativos que inclui várias medidas. Uma delas é a organização da Festa dos Arquivos, no Dia Internacional dos Arquivos, que procura envolver as coletividades através da reconstituição de iniciativas que estas já tenham realizado no passado, de modo a que conheçam o seu próprio património arquivístico e fiquem sensibilizadas para a necessidade de o tratarem e disponibilizarem ao público para os mais diversos fins, inclusivamente, para a produção de estudos históricos e para a fruição cultural.

No ano de 2018 a Festa dos Arquivos teve lugar apenas no concelho de Estremoz, pretendendo-se que futuramente se alargue a outros concelhos, com a reconstituição da atuação da Banda Filarmónica Lusitana pela ocasião da inauguração da [Estação de Caminho de Ferro de Estremoz](#) (Ameixial) em 1873.

O concerto foi realizado no Coreto Municipal de Estremoz, no dia 9 de junho de 2018, pelas 10.30 horas, enquanto decorria o Mercado Semanal, obtendo ampla assistência.

A iniciativa, para além do impacto junto da população, despertou o interesse da Banda Filarmónica Lusitana pelo seu próprio arquivo, esperando-se que seja estabelecida uma forma de colaboração com o Município de Estremoz e com o Arquivo Distrital que permita o tratamento do acervo a breve trecho.

A Festa dos Arquivos, ao envolver as coletividades e a população, favorece a salvaguarda de património arquivístico que, no caso da Banda Filarmónica Lusitana, remonta a 1840, uma vez que se trata da banda filarmónica mais antiga do país em atividade.



Exposição “Políticas Públicas em Contexto Revolucionário”



No dia 14 de junho de 2018, na sala 124 do Colégio do Espírito Santo, teve lugar a inauguração da Exposição “Políticas Públicas em Contexto Revolucionário”, organizada pelo Arquivo Distrital de Évora.

Esta exposição realizou-se no âmbito da Primeira Bienal das Políticas Públicas, organizada pela Unidade de Monitorização de Políticas Públicas da Universidade de Évora (UMPP).

A exposição esteve patente ao público de 14 a 16 de junho de 2018, na sala 124 do Colégio do Espírito Santo, continuando acessível de 21 de junho a 30 de setembro de 2018, no Arquivo Distrital de Évora.

Exposição sobre o Maio de 68

Durante os meses de maio e junho de 2018 esteve patente ao público, no Palácio do Vimioso, a Exposição "Maio de 68 na Imprensa Portuguesa", apoiada pelo Arquivo Distrital de Évora. A exposição é organizada no âmbito do Programa Doutoral em História Contemporânea e do Mestrado em Estudos Históricos Europeus e Africanos, foi organizada pelo Centro de Investigação em Ciência Política e teve a curadoria do Professor Paulo Eduardo Guimarães.



Exposição no Cinquentenário do Maio de 68
Exhibition in the 50th anniversary of the May 68

Maio de 68

na Imprensa Portuguesa

May 68 in the Portuguese Press

8 de Maio a 8 de Junho 2018

8th May to 8th June

Palácio do Vimioso | Sala Room 210 | 9:00 às 20:00

COORDENADOR / COORDINATOR
Paulo E. Guimarães
Programa Doutoral em História Contemporânea
Mestrado em Estudos Históricos Europeus e Africanos

ORGANIZAÇÃO / ORGANIZATION
Centro de Investigação em Ciência Política

APÓIO / SUPPORT



ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
BIBLIOTECA GERAL



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Ciclo de Conferências sobre a Primeira Grande Guerra

A Direção Regional da Cultura do Alentejo organizou um ciclo de conferências sobre a Primeira Guerra Mundial que decorreu na Galeria de Exposições da Casa de Burgos, entre 24 de maio e 14 de junho. No dia 24 de maio teve lugar a apresentação da obra "A Grande Guerra em Moçambique - O Diário do Tenente Frederico Marinho Falcão (1916 - 1918)", com coordenação de Francisco Vaz, editada por Edições Colibri, seguindo-se uma conferência por Francisco Vaz e Hélder Adegar da Fonseca. A 29 de maio João Ruas discorreu sobre "D. Manuel II e a Primeira Guerra Mundial". No dia 7 de junho Paulo Simões Rodrigues apresentou a comunicação "Depois das Trincheiras: Adriano Sousa Lopes e a criação da memória iconográfica de Portugal na I Grande Guerra". E, finalmente, Maria Ana Bernardo, no dia 14 de junho, levantou o véu sobre "A Grande Guerra na imprensa da província. O caso de Évora".

700 anos da outorga do foral D. Dinis a Redondo

O dia 27 de Abril de 1318 ficou marcado na história pela atribuição do Foral de D. Dinis à vila e Concelho de Redondo. No último dia 28 de abril a Câmara Municipal de Redondo celebrou os 700 anos da outorga do foral por D. Dinis. O programa arrancou com uma "Mesa Redondo" - intitulada Conversas em torno da fundação e dos 700 anos do Foral de Redondo - composta pelos oradores João Azaruja, Susana Bicho, José Calado e Rui Mataloto que deram a conhecer informações e documentação sobre este período medieval e exemplos de como seria o concelho aquando da atribuição do foral. Após a tertúlia seguiu-se a inauguração da exposição "700 anos do Foral de D. Dinis 1318-2018", patente também na Torre de Menagem. Durante as comemorações foi, ainda, realizada a oferta ao Município de Redondo do estudo "Redondo, no primeiro século após a fundação (1318-1418): primórdios, declínio, ressurgimento", de Duarte Nuno Catalão.

Informação disponível em <http://www.cm-redondo.pt/pt/site-acontece/Noticias/Paginas/Concelho-de-Redondo-celebrou-os-700-anos-do-Foral-de-D--Dinis.aspx>



Publicação do catálogo da exposição sobre refugiados

No dia 20 de junho de 2018, foi disponibilizado na Internet o catálogo da exposição “Refugiados no Alentejo durante o século XX”. O catálogo abrange a conferência sobre a mesma temática e a exposição inaugurada no dia 20 de junho de 2016, na qual participaram Ingo Koenig, da Embaixada da Áustria, e duas das “crianças austríacas” que foram acolhidas por Portugal (Norma Fuber e Heide Marie Stubner Lucas). A exposição resultou da junção de 4 exposições: “Filhos de Espanha – A Ação do Tenente Seixas na Guerra Civil Espanhola”, sobre a problemática dos refugiados espanhóis durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939); “Crianças Austríacas da Cáritas em Portugal” e “Heide Marie Stubner: A vida de uma Criança Cáritas” sobre o acolhimento de crianças austríacas por Portugal após a Segunda Guerra Mundial; e “A Ação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais no Distrito de Évora” sobre os retornados.



Projeto “Escrever Comunicar”

O ADE participou no Projeto “Escrever Comunicar” através do qual mais de uma centena de alunos visitaram as nossas instalações, nas quais realizaram Oficinas de Escrita Antiga, jogos das profissões e uma “Caça ao Tesouro”. Nas Oficinas de Escrita Antiga tiveram a possibilidade de copiar documentos antigos com penas e tinta da China, reproduzindo as formas de escrita dos antigos escrivães. Como resultado final foram editados os livros da autoria dos alunos de primeiro ciclo, que poderão ser consultados através dos seguintes links:

<https://www.flipsnack.com/SpoEbar2014/escrever-comunicar-escola-b-sica-do-bairro-da-c-mara.html>

<https://www.flipsnack.com/SpoEbar2014/eb1-do-chafariz-d-el-rei.html>

<https://www.flipsnack.com/SpoEbar2014/eb1-da-comenda.html>

<https://www.flipsnack.com/SpoEbar2014/eb1-her-is-do-ultramar.html>

<https://www.flipsnack.com/SpoEbar2014/escrever-comunicar-rossio.html>

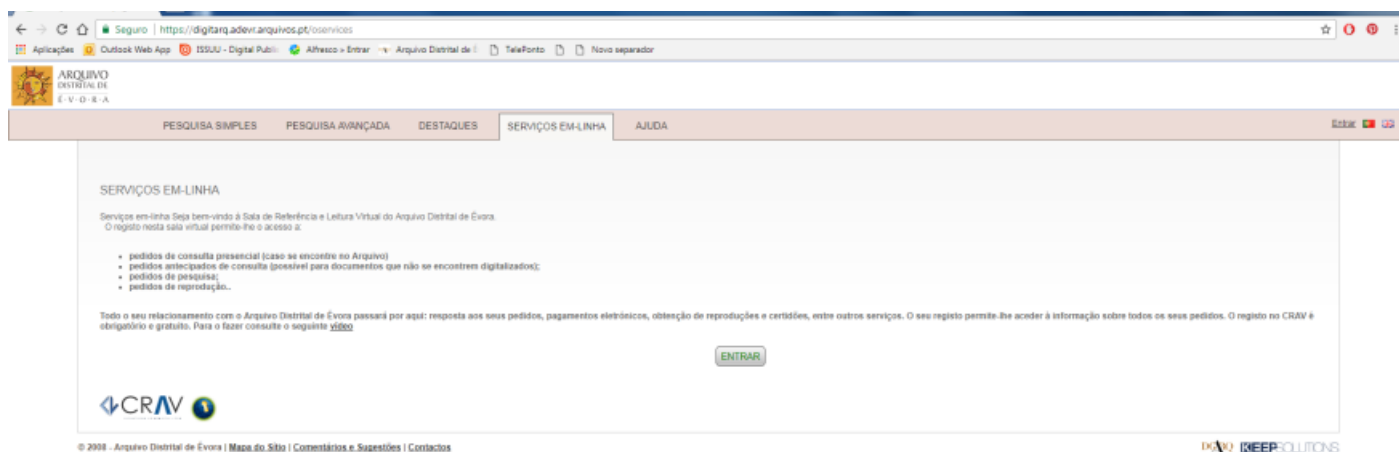


Implementação do CRAV

No dia 29 de maio deu-se início à implementação do sistema CRAV no Arquivo Distrital de Évora. Os utilizadores deverão efetuar o registo neste sistema para poderem aceder a serviços que o Arquivo Distrital presta, nomeadamente:

- pedidos de consulta presencial (caso se encontre no Arquivo)
- pedidos antecipados de consulta (possível para documentos que não se encontrem digitalizados);
- pedidos de pesquisa;
- pedidos de reprodução.

Pode aceder ao CRAV através do DigitArq, devendo depois seleccionar o separador “Serviços em Linha” e a opção “Entrar”. O utilizador deverá então registar-se ou, caso já o tenha feito, poderá proceder à sua autenticação. Caso tenha dificuldade poderá contactar-nos ou, em alternativa, consultar a página de “Ajuda”: <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/help>



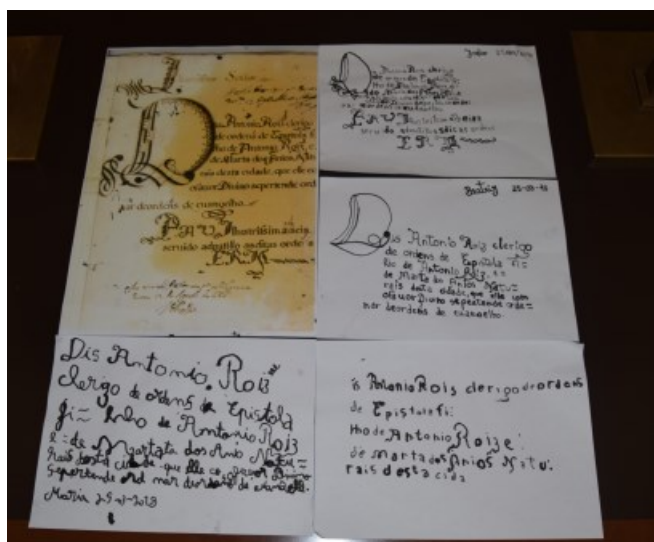
Exposição sobre o Aqueduto da Água da Prata

No dia 17 de abril foi inaugurada, no Convento dos Remédios, a exposição "O Aqueduto da Água da Prata e o Património Hidráulico de Évora", que poderá ser visitada até janeiro do próximo ano. A iniciativa, promovida pela Câmara de Évora, integrou as comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. A exposição divulga peças arqueológicas, fotografias de reconstituições a 3D de diversos artefactos ligados à temática e o filme 3D "Água da Prata. O(s) Aqueduto(s) de Évora". A mostra inclui também um programa de animação com visitas guiadas, ateliês pedagógicos, 'workshops', colóquios e palestras temáticas. Pretende-se dar a conhecer o Aqueduto da Água da Prata, obra de engenharia da autoria de Francisco de Arruda. Construído entre 1533 e 1537, prolonga-se por cerca de 18 quilómetros, permitindo trazer a água pública desde o Divor à Praça do Giraldo, no centro da cidade, até aos anos 30 do século XX. Monumento Nacional desde 1910, é hoje um dos símbolos patrimoniais de Évora.



Comemorações do 213º aniversário da BPE

O ADE foi convidado a participar nas comemorações do 213º aniversário da Biblioteca Pública de Évora. No dia 25 de março organizou uma Oficina de Escrita Antiga que contou com a presença de várias crianças que copiaram documentos com penas e tinta-da-China, tal como faziam os antigos copistas.



Rede de Arquivos divulgada no IGNITE Portugal

A Rede de Arquivos do Alentejo – Distrito de Évora (RAA-DE) foi divulgada no IGNITE Portugal, movimento informal aberto a todos que pretende dar voz e palco a novas ideias e projetos e ao trabalho das organizações que produzem impacto no território. Os eventos IGNITE decorrem em espaços abertos à participação de todos, nos quais são realizadas apresentações temáticas em apenas 5 minutos, 20 slides que rodam automaticamente a cada 15 segundos. O diretor do Arquivo Distrital de Évora, Jorge Janeiro, participou com a apresentação “Arquivos em rede para Pescar a História” na qual deu a conhecer a importância das redes de arquivos e os resultados já alcançados na RAA-DE.



Dia Aberto

No dia 20 de julho, como forma de divulgação junto das famílias da região, o Arquivo Distrital de Évora realizou um Dia Aberto com visitas guiadas, Caça ao Tesouro, jogo das profissões e Oficina de Escrita Antiga em que as crianças puderam escrever com penas e tinta-da-China.



E XPOSIÇÕES

Exposição “Resistência, Revolução e Democracia: Contributos para o estudo do Marxismo no distrito de Évora”

No ano em que se assinalam 100 anos sobre a Revolução Bolchevique o Arquivo Distrital de Évora divulga a documentação que conseguiu reunir, neste momento, associada aos movimentos sociais e políticos marxistas. Alguma documentação, embora não diretamente relacionada com o marxismo, é integrada na exposição para ajudar a compreender os diversos contextos vividos por aquela ideologia na nossa região.

O marxismo teve, obviamente, uma expressão política, havendo vários partidos que perfilhavam esta ideologia, destacando-se, naturalmente, o Partido Comunista Português, fundado em 1921. Mas o marxismo também tem um papel importante no domínio social e laboral, dinamizando as lutas sociais, sobretudo, através dos sindicatos.

O marxismo é, no atual quadro político, a ideologia com maior antiguidade no Distrito de Évora, tendo um percurso que deve ser devidamente estudado. Perseguido logo desde a República, embora temporariamente legalizado, o marxismo atravessa um longo caminho até ser novamen-

te aceite e ganhar espaço na nossa sociedade, a par de outras ideologias que entretanto se afirmaram no Portugal democrático.

A resistência durante décadas a proibições, a perseguições e a violências é um dado que deve ser compreendido no contexto social do Alentejo. A Revolução de 25 de Abril de 1974 traria não apenas a Liberdade mas um quadro político em que o marxismo se destacaria na região sob diversas formas. A Revolução de Abril transformou completamente a realidade: de ideologia perseguida, o marxismo passou a estar no centro da agenda política, mobilizando as populações em torno de aspirações contidas por décadas. A Reforma Agrária foi um dos movimentos que maior impacto social e mediático teve e que deve ser mais estudado.

Arrefecidos os ímpetos da Revolução, a Democracia viria a dar espaço às várias formações marxistas para conquistarem a preferência dos eleitores. As eleições autárquicas de 1976 dariam legitimidade aos partidos marxistas para governarem democrática-

mente. O Partido Comunista, apresentando-se às urnas ao longo dos anos com diferentes designações, em função das coligações em que se integrou, foi o que maior número de autarquias governou, desempenhando um papel essencial no desenvolvimento do Distrito de Évora.

Nesta exposição não se pretende glorificar o marxismo. Não é essa a nossa função. O que se pretende é divulgar uma realidade que não deve ser esquecida nem menosprezada. Até porque se trata de um movimento político e social que atravessa todo um século, tendo sido entendido durante décadas como prejudicial à sociedade e severamente perseguido para, mais tarde, ser aceite no sistema político e vir a ocupar o poder em várias autarquias na região.

Esta análise de longo curso deve ser estudada pelos especialistas e conhecida pela generalidade da população, até porque o marxismo justificou, em parte, o endurecimento do sistema político português entre 1926 e 1974, sendo olhado como o principal inimigo do Estado.

Exposição “Resistência, Revolução e Democracia: Contributos para o estudo do Marxismo no distrito de Évora”



Inauguração da Exposição

Exposição

Resistência, Revolução e Democracia: contributos para o estudo do marxismo no distrito de Évora

Arquivo Distrital de Évora

6 de dezembro - 18:00h



Sr. Governador

A propaganda bolchevita em
Labeão é extraordinariamente
desenvolvida.
O principal propaganda é o Manuel
Unblind sapateiro e outros sat.
o pai Maria pedreiro, e outros dois
p. 3.
Mande indagar e saber a verdade
Até ha telegrammas em cifra!

Providencias Sr. Governador.



ORGANIZAÇÃO:

ARQUIVO
DISTRITAL DE
ÉVORA

Patente ao público de 6 de dezembro de 2017 a 30 de abril de 2018

Cartaz da Exposição

Políticas Públicas em Contexto Revolucionário

Entre a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição de 1976 Portugal viveu um dos períodos mais agitados da sua História. Por um lado, a autoridade do Estado foi posta em causa e as instituições públicas tinham dificuldade em implementar as suas políticas. Por outro lado, o Estado ampliou substancialmente o seu leque de políticas públicas, sobretudo ao nível social, de modo a promover o desenvolvimento económico e social, um dos três pilares do Programa do Movimento das Forças Armadas.

Durante a Assembleia Constituinte o deputado Francisco Oliveira Dias efetuou um requerimento através do qual pretendia obter “informações relativas a actividades de serviços municipais ou de freguesias, de comissões de moradores ou outras”, concretamente, sobre, tratamento e abastecimento de água, redes de esgotos e tratamento de detritos, recolha e tratamento de lixos, bem como sobre obras previstas e critérios de prioridade definidos para as obras a realizar nestes domínios.

As respostas ao requerimento, dirigido a todos os municípios, freguesias e associações de moradores do país, traçam-

nos um retrato sobre o amplo movimento de fomento de obras e da prestação de serviços às populações neste período, permitindo-nos, inclusivamente, produzir comparações entre entidades. A Revolução de Abril de 1974 gerou uma pressão sobre os órgãos autárquicos no sentido da satisfação das necessidades básicas, levando-os a acelerar a construção de redes de água e saneamento e a aperfeiçoarem os sistemas de recolha e tratamento de lixo.

Nessa época, estas áreas da política pública eram fundamentais num país fortemente atrasado comparativamente com outros países europeus, assistindo-se, durante e nos anos imediatamente após a Revolução, a um progresso significativo propulsionado pelo Poder Local e atentamente acompanhado pelo poder político central.

Política Pública em Contexto Revolucionário



Inauguração da Exposição pelo Diretor do Arquivo Distrital, na Universidade de Évora



Exposição patente no Arquivo Distrital de Évora de 21 de junho a 30 de setembro de 2018

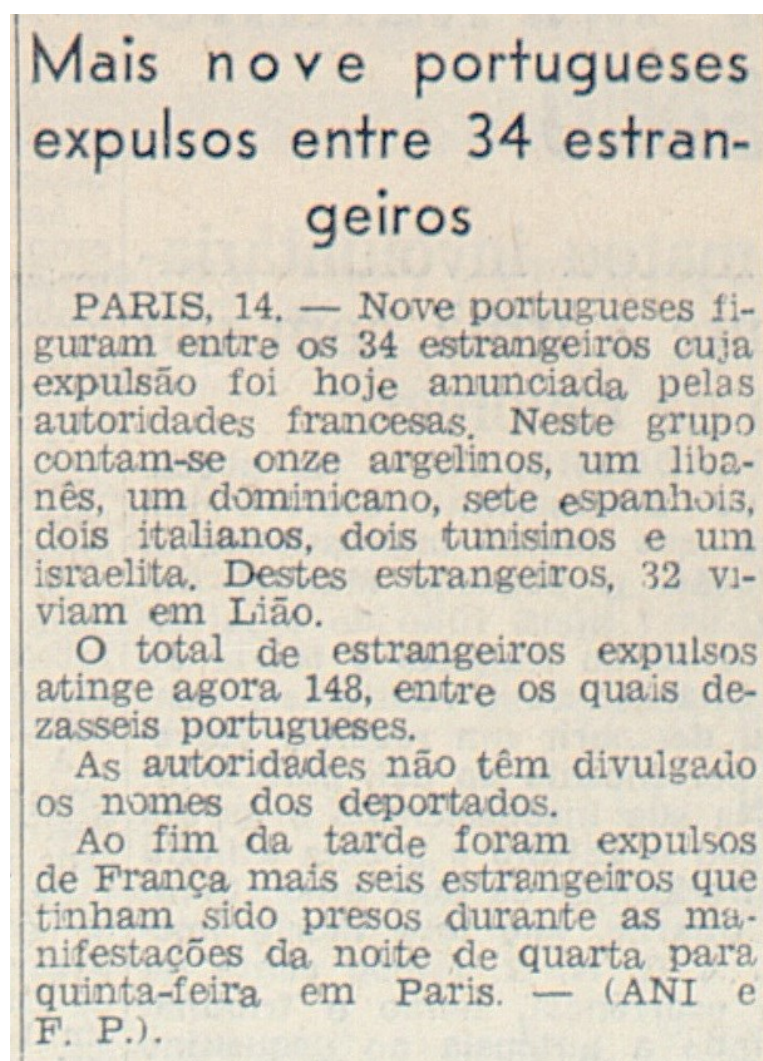


Cartaz da Exposição

Maio de 68 na Imprensa Portuguesa

O Centro de Investigação em Ciência Política e a Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora inauguraram dia 8 de maio a **Exposição: "Maio de 68 na Imprensa Portuguesa"**. Os acontecimentos de Maio e Junho de 1968 em França têm sido caracterizados como uma revolta espontânea antiautoritária desencadeada por estudantes universitários que deram voz às suas aspirações libertárias e críticas dum modelo civilizacional burguês, consumista e imperialista. Como movimento social, apresentou-se multiforme, plural e descentralizado, ganhando expressão com o apoio de milhões de trabalhadores que recorreram à greve geral. Apesar da normalização imposta, o *Maio de 68* constitui um marco cultural e uma referência que ultrapassou as fronteiras francesas. O estudante universitário emerge como um actor social crítico e interventivo, tal como ocorreria em Portugal na crise académica do ano seguinte. Por outro lado, a experiência de Maio foi vivida também por jovens exilados políticos portugueses e por emigrantes que viriam a participar, de diferentes modos, na revolução portuguesa. Nu-

ma visão mundial, a participação estudantil nos processos de mudança política e social iria ainda marcar as décadas de 1980 e 1990. **Curadoria:** Paulo E. Guimarães, **CICP / ECS – UÉ | Programa de Doutoramento em História Contemporânea | Mestrado em Estudos Históricos Europeus e Africanos.**



Um dos documentos selecionados na exposição documental ("Mais 9 portugueses expulsos...", *Diário de Notícias*, 15 de Junho de 1968)

Maio de 68 na Imprensa Portuguesa



Visita guiada à exposição, Universidade de Évora (fotografia da autoria de Carla Vieira)



Paulo Guimarães (curadoria) e dois participantes na Revolução de Maio de 68 a viver em Évora (José Rodrigues dos Santos e Sejo Vieira), (fotografia da autoria de Carla Vieira)



Vista parcial da exposição com instalação ao centro ("(des)ordem", 2018), (fotografia da autoria de Carla Vieira)

DOCUMENTO DO MÊS - 2017

Évora invadida pelas tropas francesas comandadas pelo General Loison

Faz no dia 29 de julho precisamente 209 anos que a cidade de Évora foi invadida pelas tropas francesas comandadas pelo General Loison. Na defesa da cidade juntaram-se às tropas eborenses as de Vila Viçosa e de Juromenha, bem como um grande número de populares e religiosos que lutaram corajosamente para fazer frente ao exército francês e impedir que o mesmo entrasse na cidade. Mas os franceses conseguiram quebrar o cerco das muralhas e entraram abruptamente matando quem se encontrava nas ruas, nas praças e nas Igrejas, deixando um funesto rasto de destruição.

O documento do mês de julho que disponibilizamos contém uma lembrança, datada de 3 de julho de 1814, sobre o assassinato de religiosos aquando da Invasão Francesa à cidade.

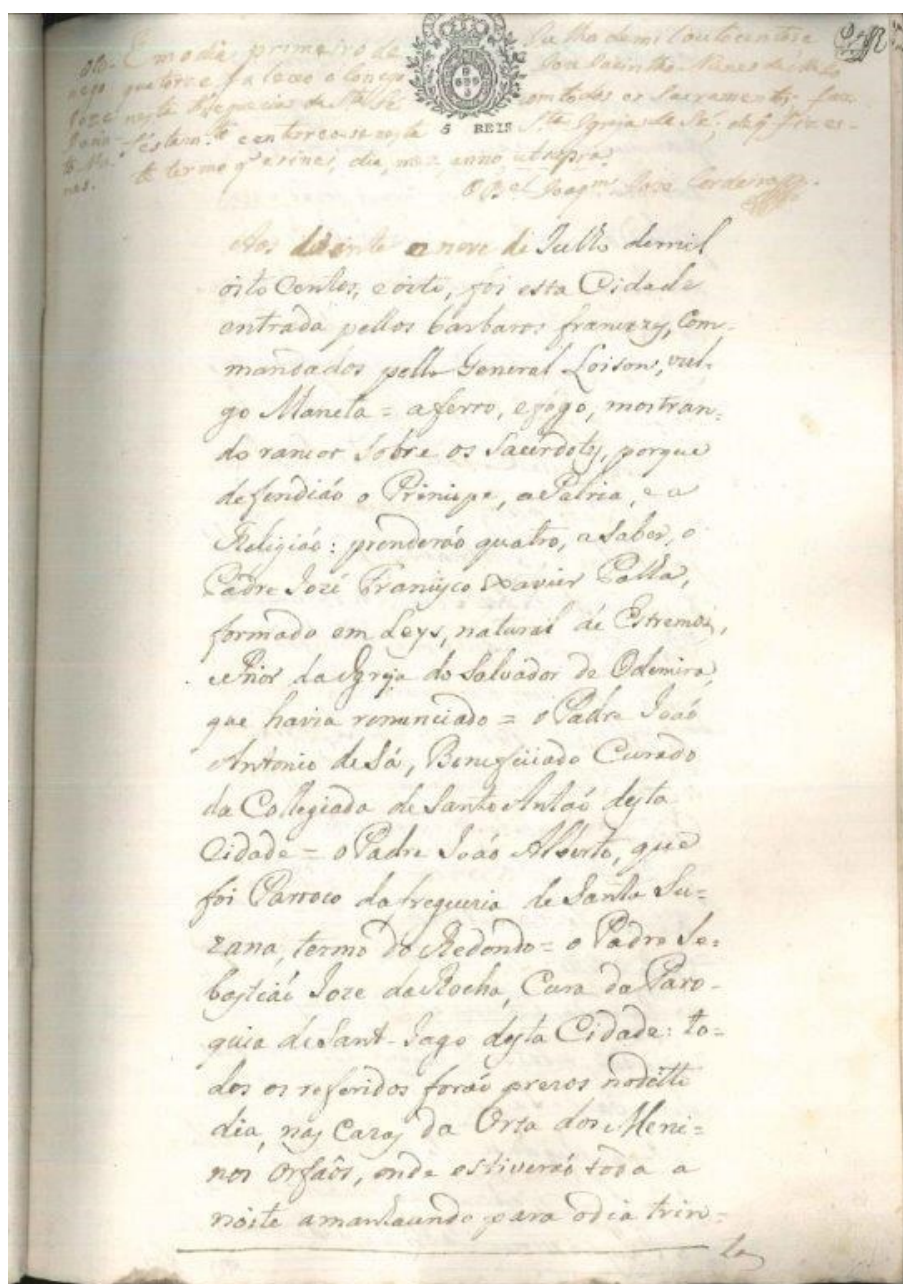
Descreve o nome dos religiosos que, no dia 29 de julho de 1808, foram presos pelos franceses e encarcerados nas “casas na Orta dos Meninos Orfãos”, onde aguardaram a morte. A nota refere que no dia 30 de julho estes foram fuzilados e os seus corpos sepultados “junto do Valado da Orta dos Leoens”, onde permaneceram até ao dia 27 de junho de 1814.

Indica, ainda, que no dia 27 de junho de 1814 os seus ossos foram desenterrados e trasladados para a Igreja de São Bartolomeu, onde se juntaram também as ossadas de outros cónegos assassinados.

Relata também que na presença de diversas entidades eclesiásticas realizou-se um cortejo fúnebre, no qual o esquife com as ossadas foi levado para a Sé Catedral. No dia seguinte celebrou-se uma cerimónia fúnebre em memória dos religiosos e os seus ossos foram depositados na Capela de Santa Ana em “campo de pe-

dra” e com a inscrição seguinte “Sacerdotes, fuzilados pelos franceses em 1808: Livro dos óbitos de 1814m folhas 51”.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Paróquia da Sé, Óbitos, 1810-1824, liv. 92, f. 51 a 52 vº

Livro de Registo dos Fogos e Moradores no Distrito da 3ª Companhia da Capitania Mor de Ordenanças de Évora” [1832]

O Arquivo Distrital de Évora possui um vasto conjunto de fontes documentais que podem, de algum modo, complementar e enriquecer as informações sobre a genealogia, a história local, a história das mentalidades e outras.

Neste mês de agosto damos a conhecer o “Livro de Registo dos Fogos e Moradores no Distrito da 3ª Companhia da Capitania Mor de Ordenanças de Évora” [1832].

As “Ordenanças” eram uma organização militar da força local. Foram criadas no reinado de D. Manuel I com o objetivo de se criar uma estrutura de recrutamento e mobilização territorial de um exército nacional. Até ao reinado de D. Sebastião o sistema não teve grande sucesso na sua implementação.

Pelo Regimento dos Capitães-Mores de 10 de dezembro de 1570, D. Sebastião organiza ordenanças com base nas capitânias, cada qual a cargo de um capitão-mor. Cada capitania correspondia à área territorial de uma cidade, vila, concelho ou território senhorial e incluía várias companhias de ordenanças, cada qual a cargo de um capitão e com um efetivo de cerca de 250 homens. Os oficiais das ordenanças são designados pelas câmaras municipais, exceto nas terras onde existisse alcaide-mor, caso em que este assumia por inerência o cargo de capitão-mor. Os cargos dirigentes eram atribuídos aos mais notáveis das terras, passando os oficiais de ordenanças e, especialmente, os capitães-mores, a dispor de uma enorme influência local.

As ordenanças serviram de mecanismo de recrutamento e mobilização de soldados, nomeadamente, para a Batalha de Alcácer Quibir e para a Guerra da Restauração. Aos poucos a Coroa foi cen-

tralizando a nomeação dos oficiais das ordenanças. Associadas ao Antigo Regime, foram extintas no Liberalismo e substituídas pela Guarda Nacional.

Através do novo regulamento de recrutamento militar, estabelecido pelo conde de Lippe em 1764, as capitânias são agrupadas em 45 distritos de recrutamento, cada qual correspondendo a um dos 45 regimentos existentes. Cada distrito deveria abastecer de recrutas o regimento correspondente. Em 1806, os distritos são substituídos por 24 brigadas de ordenanças, cada qual constituindo a circunscrição de recrutamento e mobilização de um regimento de infantaria e de dois de milícias.

Em 1832, o território da 3ª Companhia da cidade de Évora abrangia os moradores da Rua Ancha, Rua Nova, Terreiro de São Tiago, Beco da Praça do Peixe, Praça do Peixe, Rua do Salvador, Porta Nova, Rua do Bagulho, Travessa da Cancela, Travessa de Santo André, Rua das Adegas, Terreiro de Santa Catarina, Rua das Galvoas, Rua do Imaginário, Rua da Ladeira, Rua de Santa Marta, Terreiro de São Domingos, Rua de André a Cavallo, Rua de Álvaro Pires, Rua das Invernhas, Rua de São Cristóvão, Rua de Frei Brás, Rua do Alfeirão, Rua das Biquinhas, Rua da Milheira, Rua do Saravato, Rua da Cal Branca, Terreiro dos Penedos, Rua do Lagar do Cebo, Rua da Carta Velha, Rua dos Aferrolhados e a Rua das Lousadas (ou Loizadas).

O livro está organizado pela distribuição da 1ª à 4ª esquadra da companhia e dentro de cada uma as ruas que a elas estavam afetas.

Contém o número atribuído às casas, os nomes das pessoas que ali habitavam, a idade, o estado civil, a profissão, a naturalidade, a filiação, a data em que se alista-

vam, e um campo onde eram registadas algumas observações que se julgassem relevantes (se as casas estavam desabitadas, se eram cavaliças, casas de despejo ou outras).

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: AHMEVR, liv. 200

Visto de Passaporte referente a Manuel José de Sarrea Garfeas

O ADE divulga como documento do mês de setembro, o visto de Passaporte referente a [Manuel José de Sarrea Garfeas](#), solteiro, de 39 anos, natural de Vila Nova de Portimão, onde nasceu a 28 de dezembro de 1808 e faleceu, na mesma localidade, a 5 de dezembro de 1891. Este proprietário visou o seu passaporte em Évora, onde pernitoou na noite de 25 de junho de 1848, com destino à sua terra natal, por um período de 15 dias.

Manuel José de Sarrea Garfeas, miguelista, Senhor dos morgados de Donalda, em Portimão, e dos de Garfeas e Quelfes, em Faro, foi intitulado de Conde da Donalda por D. Miguel I de Portugal. Era filho do coronel do Regimento de

Milícias de Lagos, Francisco de Paula Sarrea Tavares e de sua mulher D. Rita de Cássia de Azevedo Coutinho. Estudou no seminário de Santarém e frequentou o curso de Direito em 1826 na Universidade de Coimbra. No ano seguinte assentou praça no regimento de milícias em Lagos, onde foi promovido a capitão da 1.ª Companhia de Granadeiros do Regimento de Milícias.

Casou em Lisboa a 15 de agosto de 1850, no oratório de seu sogro à praça das Flores, com Maria da Piedade Micaela da Mota Feio Henriques de Castelo Branco e Torres, filha de João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco e de D. Maria do Carmo Baena Falcão Van-Zeller Henriques de Noronha.

Francisca Mendes
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora

Notário de Évora *Concelho 2.º de Évora*

Atestado do Passaporte visado neste Arquivo Distrital de Évora, em dia 25 de junho de 1848.

N.º de Visto	Nome	Idade	Residência	Ocupação	Estado	Matrícula	Data do Passap. 1.º e 2.º	Assinatura	Assinatura
1.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
2.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
3.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
4.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
5.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
6.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
7.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
8.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
9.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
10.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
11.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
12.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
13.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
14.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
15.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
16.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
17.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
18.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
19.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
20.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
21.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
22.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
23.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
24.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
25.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
26.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
27.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes
28.º	Manuel José de Sarrea Garfeas	39	Vila Nova de Portimão	Capitão	32	1848	25 de junho	Manuel José de Sarrea Garfeas	Francisca Mendes
29.º	Francisco de Paula Sarrea Tavares	38	Lagos	Capitão	31	1848	25 de junho	Francisco de Paula Sarrea Tavares	Francisca Mendes
30.º	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	27	Lagos	Capitã	26	1848	25 de junho	Rita de Cássia de Azevedo Coutinho	Francisca Mendes

Assinatura do Notário: Manuel José de Sarrea Garfeas

Assinatura do Arquivo: Francisca Mendes

Taça de Portugal entre o Futebol Clube do Porto e o Lusitano Ginásio Clube, 21 de junho de 1953

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

É com esta quadra de Luís Vaz de Camões que damos a conhecer o documento do mês de outubro. Trata-se do cartaz do jogo de futebol disputado para a Taça de Portugal entre o Futebol Clube do Porto e o Lusitano Ginásio Clube, realizado no dia 21 de junho de 1953, no “Campo Estrela” em Évora. Neste tempo, o bilhete mais caro era 30\$00, para a bancada central, e o mais barato era de 10\$00.

Hoje, passados 64 anos, a história repete-se mas com algumas nuances. Realiza-se o encontro da 3.ª eliminatória da Taça de Portugal que põe novamente frente a frente o Lusitano Ginásio Clube e o Futebol Clube do Porto. Mas não no mesmo estádio porque a avaliação dos peritos ao “Campo Estrela” não satisfaz as exigências necessárias para um jogo considerado de «alto risco». Para desgosto de muito Eborenses a partida vai ser disputada às 20:15 horas no Estádio do Restelo do Clube de Futebol “Os Belenenses”.

Francisca Mendes
Técnica Superior
Arquivo Distrital de Évora

ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

LUSITANO GINÁSIO CLUBE

CAMPO DE JOGOS
ESTRADA DE ALCÁÇOVAS
Telej. 2844

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1911
OFICIAL DA ORDEM MILITAR DE CRISTO
LOUVAO PELA C. M. ÉVORA

SEDE
JARDIM DO PARAÍSO
Telej. 2727

ÉVORA

Referência

N.º	Prim.º	Ass.
-----	--------	------

F U T E B O L

Segunda, 21 de Junho de 1953

Campo Estrela às 17 horas

Organização do LUSITANO G. CLUBE

TAÇA DE PORTUGAL

LUSITANO GINÁSIO CLUBE

e

FUTEBOL CLUBE DO PORTO

PREÇOS

Bancada central.....	30\$00
Bancada lateral.....	20\$00
Superior.....	15\$00
Peão.....	10\$00

N.º. — Regressa o lugar de não levar assento diferente no mesmo dia e em qualquer tempo, os lugares adjacentes de referência e data

Cota: Governo Civil de Évora — SC: H; SSC: B; SR:002; SSR:004

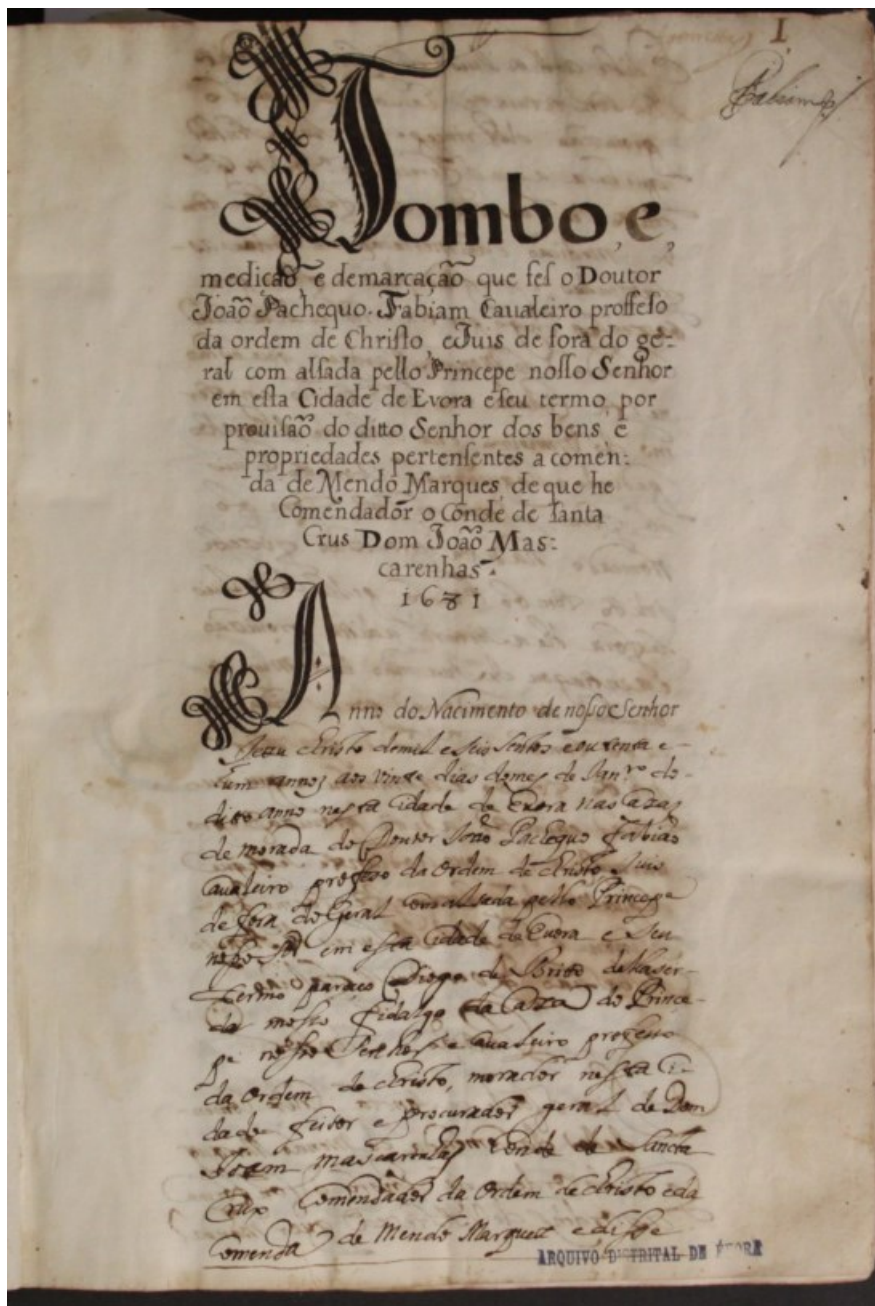
Tombo da Comenda de Mendo Marques, efetuado no ano de 1681, pertencente à Ordem Militar de Cristo

O documento que destacamos no mês de novembro é um Tombo da Comenda de Mendo Marques, efetuado no ano de 1681, pertencente à Ordem Militar de Cristo. Era Comendador o Conde de Santa Cruz, D. João de Mascarenhas.

A Comenda de Mendo Marques era uma das muitas comendas da Ordem de Cristo situadas a Sul do Rio Tejo e data do séc. XIII.

O território da Comenda de Mendo Marques situava-se quase na totalidade na cidade de Évora, havendo uma junção entre a propriedade urbana e a rural. O tombo apresenta as propriedades distribuídas por cinco zonas distintas: as situadas na cidade de Évora e freguesias rurais (São Manços e Graça do Divor); as hortas e ferragiais no Rossio que circundavam São Brás; as situadas em Valcovo; em Vale de Freiras; e em Mendo Marques. O território de Mendo Marques possuía também herdades que estavam localizadas na freguesia de Santa Justa, pertencente na altura ao extinto Concelho de Vimieiro, e na freguesia de São Gregório, pertencente ao Concelho de Arraiolos.

No tombo consta, para além da localização das propriedades, a medição e demarcação de cada uma, identificando os foreiros das mesmas.



Cota: Provedoria das Comarcas de Évora e Estremoz, Comendas da Ordem de Cristo

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora

“Resistência, Revolução e Democracia: Contributos para o estudo do Marxismo no distrito de Évora”

No mês de dezembro destacamos um documento composto que se encontra na exposição “Resistência, Revolução e Democracia: Contributos para o estudo do Marxismo no distrito de Évora” patente no Arquivo Distrital de Évora até 30 de abril de 2018.

A Revolução de Abril de 1974 depôs o regime ditatorial do Estado Novo e iniciou um processo que culminaria na implementação de um regime democrático em Portugal.

Antes da Revolução o Governo Civil era uma entidade que seguia rigorosamente as ordens do regime do Estado Novo. Após a Revolução, e com a aprovação da Constituição de 1976, o cenário muda, como se pode constatar no documento em destaque.

O Governador Civil de Évora, Manuel Francisco da Costa, ao receber um ofício da Junta de Freguesia de São Manços a protestar contra a realização de uma reunião da Cooperativa de Habitação Económica de Torre de Coelhinhos na Casa do Povo de São Manços, salienta que ao abrigo da Constituição Portuguesa a cooperativa tinha plena liberdade para realizar a reunião. No final da sua resposta reforça mesmo esse direito justificando que “A Democracia é isso mesmo”.

Junta de Freguesia de S. Manços

Ex. S.
Governador Civil
do
Distrito de
ÉVORA
3-2-77

REGISTADO
413/77
Proc. A-1/1
Livro N. 576

Sua referência: Sua comunicação de: Nossa referência: SÃO MANÇOS

ASSUNTO: Junto envio a V. Ex. uma cópia de uma convocatória para uma reunião na Casa do Povo como refere o referido comunicado. Serão presente para perguntar a V. Ex. se essa Comissão está devidamente autorizada por V. Ex. porque aqui está-se gerando uma grande confusão sobre esse assunto, porque a maioria do Povo não está de acordo com essa dita reunião o que a qual poderá gerar aqui alguns problemas de agitação. Porque o Povo aqui é tem razão, não quer receber lições de um Povo como o da Torre dos Coelhinhos, e de mais da ordem política de onde essa Comissão vem os meus melhores cumprimentos!
O Presidente da Junta de Freguesia
Jacinto António Pinheiro

MINISTÉRIO. Anexo - 008 an. - 01 015 FORMBIO A-5

Cota: SGMAI/ADEVRE/532 (A-1/1)

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora

DOCUMENTO DO MÊS - 2018

“Resistência, Revolução e Democracia: Contributos para o estudo do Marxismo no distrito de Évora”

No mês de janeiro destacamos mais documentação que se encontra na exposição “Resistência, Revolução e Democracia: Contributos para o estudo do Marxismo no distrito de Évora” patente no Arquivo Distrital de Évora até 30 de abril de 2018.

No contexto da intimidação a que estavam sujeitos os partidos e as entidades sindicais adversas ao regime do Estado Novo, destacamos um processo do Governo Civil de Évora.

O governador civil de Évora, possivelmente através de denúncia, teve conhecimento de que o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Lisboa se preparava para efetuar um comício político no Castelo de Arraiolos, no dia 7 de abril de 1974, para discutir, entre outros assuntos, a reivindicação de melhores salários.

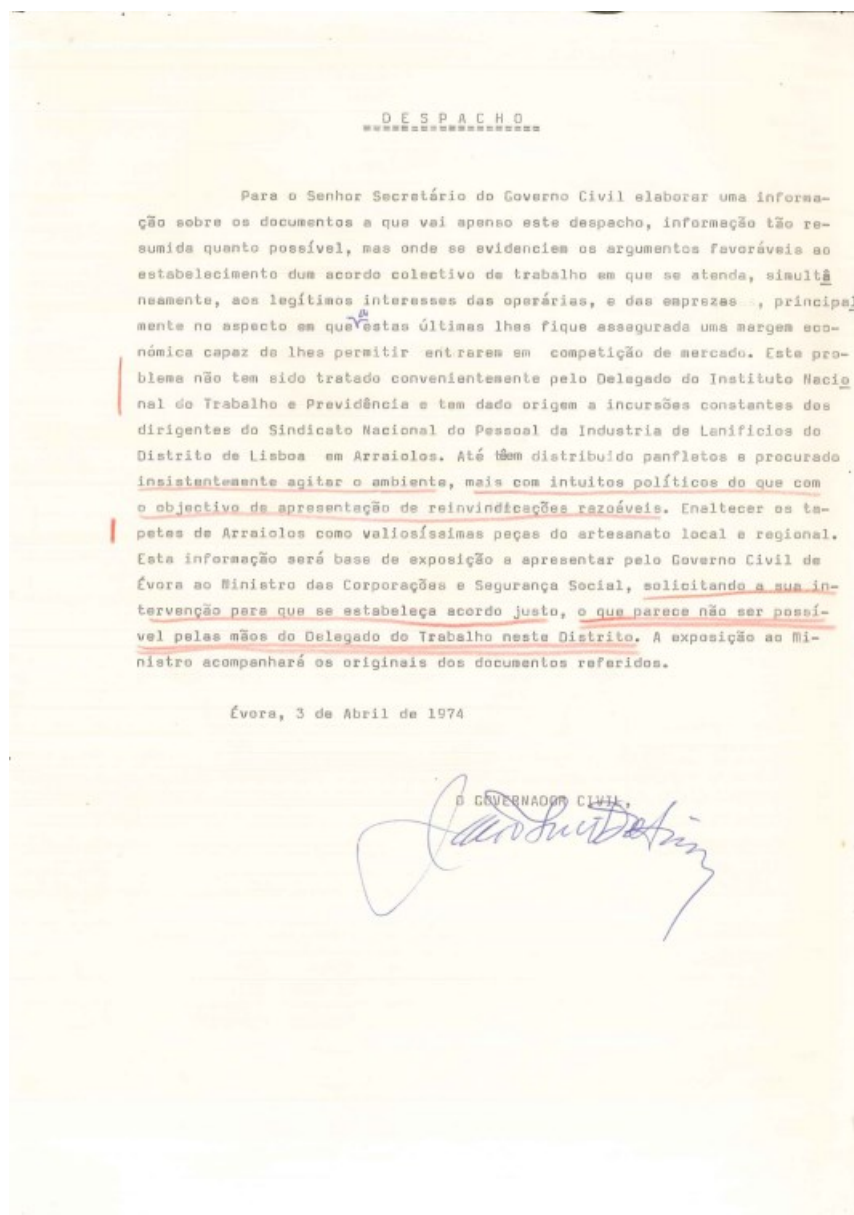
No dia 3 de abril de 1974, como medida de precaução, manda que o secretário do Governo Civil efetue uma informação para enviar ao Ministro das Corporações e Segurança Social, evidenciando e enaltecendo o valor artesanal dos tapetes de Arraiolos, para que fosse possível estabelecer um acordo coletivo de trabalho que defendesse os direitos das operárias e das empresas da indústria de lanifícios. Refere que o assunto não estava a ser devidamente tratado pelo delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, o que tinha estado na origem das incursões por parte dos dirigentes sindicais de Lisboa junto da população de Arraiolos, distribuindo panfletos e procurando desestabilizar o ambiente.

No dia 5 de abril de 1974 envia um ofício confidencial para as autoridades policiais competentes informando que os dirigentes do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito

de Lisboa iam organizar uma excursão a Vila Viçosa no dia 7 de abril e que no regresso pretendiam reunir-se no Castelo de Arraiolos para um Comício Político. Como o comício não estava autorizado solicita às autoridades que não permitam a entrada dos autocarros na vila no dia 7 de abril e remete-lhes o panfleto do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios do Distrito de Lisboa que foi distribuído nas ruas de Arraiolos. Estes acontecimentos tiveram lugar poucos dias antes

da Revolução que devolveria a Liberdade ao Povo Português.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: SGMAI, GCEVR, cx. 487, Letra A, nº 17, proc. 2

Testamento de Garcia de Resende

No mês de fevereiro destacamos um documento pertencente ao fundo da Provedoria da Comarca de Évora e Estremoz.

Trata-se do requerimento de Manuel de Sande de Vasconcelos, morador em Estremoz, solicitando, ao Juiz de Fora da cidade de Évora, que Faustino Xavier da Rosa, tabelião público de notas da mesma cidade, e, segundo as palavras do requerente, o *“mais practico e inteligente de letras antigas”*, lhe passasse certidão do teor do testamento de Garcia de Resende, cuja cópia se encontrava na posse dos religiosos do Convento de Nossa Senhora do Espinheiro. No mesmo documento consta a certidão da cópia do testamento lavrada a 13 de maio de 1814 e extraída da cópia existente no convento, lavrada por Bernardo Gomes, tabelião público de Évora, a 12 julho de 1618. Segundo a informação que consta na primeira cópia do testamento o documento original estaria na posse de Pero Paulo de Resende.

Garcia de Resende nasceu por volta de 1470 e faleceu em Évora na Rua do Tinhoso, atual Rua da Moeda, a 3 de fevereiro de 1536. Esteve ligado à corte desde muito cedo, foi moço de câmara e secretário particular de D. João II e, após o falecimento deste, durante o reinado de D. Manuel, foi incumbido de diversas missões, incluindo a de secretário da embaixada enviada ao Papa Leão X. Foi nomeado, pelo monarca, Fidalgo da Casa Real, escrivão do príncipe D. João e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi na corte que desenvolveu o seu talento pela escrita e pela arte. São da sua autoria o *“Cancioneiro Geral”*, de *“Trovas à Morte de D. Inês de Castro”*, de *“Vida e Feitos de D. João II”*, do *“Sermão dos Três Reis Magos”*, *“Miscelânea e Variedade de Histórias”*, entre outros.

A vida na corte, ao serviço dos monarcas, também lhe permitiu acumular uma enorme fortuna. Foi senhor de diversas propriedades no Alentejo (Moinho de Verde, Herdade de Vale de Arca, Herdade do Baleizão, em Beja, e várias casas em Évora), na Estremadura (Quinta da Caparica em Almada e casas em Lisboa, na Tanóaria) e em Santarém (Almeirim).

Fez testamento a 8 de setembro de 1533, no qual deixou expressa a vontade de ser sepultado na capela que possuía junto ao Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, de como pretendia que fosse a cerimónia fúnebre e determina também o número de ofícios e missas que deviam realizar a bem da sua alma. Com o vasto património que possuía instituiu um morgado na condição de que os herdeiros do mesmo possuísem sempre o apelido de *“Resende”*.

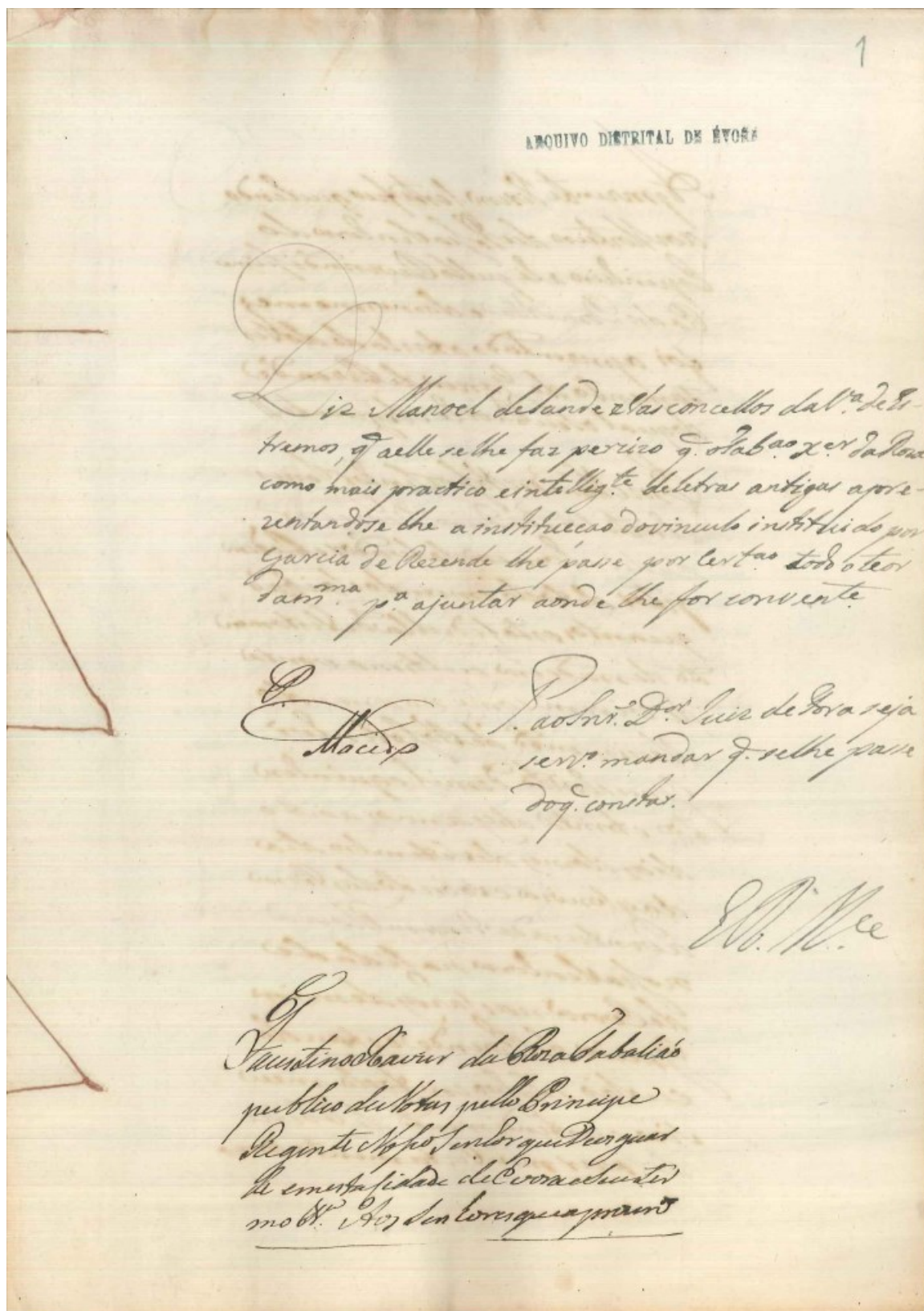
Garcia de Resende era solteiro mas aquando da sua morte já tinha legitimado três filhos, Francisco, António e Maria, e aguardava pelo alvará de legitimação de um quarto filho por nome Sebastião, que também aparece contemplado no testamento. No testamento discrimina o que cabia a cada um dos filhos, desde propriedades, móveis, joias, tapeçarias, entre outros bens como livros, incluindo um *“livro de rezar”*, *“trezentos e sincoenta cancioneiros ou mais que aqui tenho nas duas arcas e almarios”* e *“livros de historias”* e retábulos *“que valem muito”*, *“moedas de ouro, prata e cobre que são muitas e de muito valor”*, *“panos da Índia”*, *“o pedaço que tenho grande do lenho de Vera Cruz”* e *“os outros pedaços e reliquias”*. Deixa os escravos que possuía aos filhos e as escravas à filha e ordena-lhes que os tratem bem, ressaltando que não lhes conce-

dia alforria para não se tornarem ladrões ou andarem a pedir *“pelo amor de Deus”* como muitos outros.

A sua afinidade com o rei é notória nos pedidos que deixa explícitos no testamento. Pede exclusivamente ao rei que conceda mercê do ofício que possuía a sua filha para dote de casamento e que *“a queira bem casar”* como fizera a todos os escrivães da Fazenda, e, se a mesma já fosse casada, concedesse a dita mercê a cada um dos filhos. Pede também que o mesmo quisesse *“tomar todos por Moços fidalgos como fez a outros muitos a que não tinha tanta obrigação”*. Concede também ao rei o direito de preferência na compra de alguns dos seus bens. Manda que o que se vendesse fosse vendido com *“recato e o fação saber a ElRei e aos Infantes porque há muitas couzas de pinturas melhores que há no Reino e folgarão de as comprar”*.

Determina que todas as obras que tinha escritas *“em trovas e prosa e a vida de ElRei Dom João e cartas e tudo o que tenho feito”* se ainda não estivessem impressas, aquando da sua morte, se juntassem num volume e publicassem e fizessem mil livros *“que por serem couzas boas se hão bem de comprar”*, porque renderiam muito dinheiro.

No final deixa por testamenteiros os filhos, Pero da Mota, seu cunhado, e o Padre Frei Francisco de Vargas, pede ao Conde do Vimioso e a Francisco de Castelo Branco, camareiro Mor de El-Rei, e ao Reverendo Padre Mestre Baltazar que eles lhe fizessem mercê de tomarem cuidado de saber se o testamento era cumprido como ele prescrevia e que o fizessem cumprir como ele faria se lhe pedissem.



Cota: Provedoria da Comarca de Évora e Estremoz, Capelas da Coroa

A greve dos serviços Telégrafos-Postais de março de 1920 - “Laura da Assunção Afonso Varela, uma mulher indomável”

Para assinalar o **Dia Internacional da Mulher** o Arquivo Distrital de Évora divulga um documento que faz parte do Fundo do Governo Civil de Évora. É o relatório enviado, a 10 de abril de 1920, pelo administrador do concelho de Mourão, Manuel Nobre de Gusmão, ao governador civil de Évora, Florival Sanches de Miranda, reportando os acontecimentos da greve ocorrida naquele concelho.

É uma peça sublime não apenas dos primórdios da ação do movimento sindical em Portugal mas, sobretudo, do papel que as mulheres desempenharam no mundo do trabalho. Havia mulheres que valiam mais do que mil homens e ninguém, nem mesmo o próprio Estado, as conseguia domar, como foi o caso da encarregada do Posto dos Correios de Mourão, Laura Varela. Como veremos, esta senhora, em linguagem popular, “fez gato-sapato” das autoridades, fechando o posto quando queria, desobedecendo às ordens do administrador do concelho e regressando ao trabalho mesmo contra a vontade daquele. É a história de uma grevista de uma vila do interior de Portugal que, sozinha, enfrentou sem medo o poder e venceu.

Após a 1ª Guerra Mundial o país atravessava uma grave crise económica, social e política. As greves sucederam-se por todo o país. Uma das greves com repercussões na estabilidade do país foi a greve dos funcionários dos serviços telégrafos-postais (telegrafistas, distribuidores postais e guarda-fios), que se iniciou a 3 de março de 1920, e, no caso do Distrito de Évora, durou até início de abril do mesmo ano.

A encarregada da estação Telégrafo-Postal de Mourão, **Laura da Assunção Afonso Varela**, aderiu à greve para lutar por melhores

condições de vida e de trabalho. Dia após dia a grevista foi mostrando relutância em regressar ao seu posto de trabalho, deixando o administrador do concelho de Mourão numa posição bastante constrangedora, como se depreende do relatório que este enviou para o governador civil.

O administrador do concelho refere no relatório que a greve teve início em Mourão no dia 4 de março, e que tivera conhecimento do facto porque a encarregada do serviço, Laura Varela, colocara o seguinte aviso na porta da estação telégrafo-postal: *“Tendo-se declarado a greve Telégrafo-Postal, o pessoal desta Estação resolveu ser solidário na causa comum. 4-3-920”*.

O administrador do concelho tomou posse da estação e perguntou então à encarregada se realmente se encontrava de greve, tendo esta respondido afirmativamente. Depois de a encarregada lhe passar o respetivo recibo de entrega da estação, o administrador colocou aí um praça da Guarda Fiscal, que estava habilitado para exercer funções de serviço telegráfico, que se manteve ao serviço durante 3 dias. Depois colocou no cargo uma outra senhora da vila, que exerceu funções somente 4 dias porque, no entanto, adoeceu.

No relatório diz que a grevista, D. Laura, dormia num compartimento da estação contíguo à sala onde estava o telégrafo e para que a senhora não “entendesse d’ouvido a correspondência transmitida” a intimara a sair do seu quarto, mas permitindo a utilização de outros compartimentos do edifício. Depois de uma acesa discussão, a encarregada saiu apenas quando ele se declarou “responsável pelos haveres” que ela deixara no edifício.

Ainda na presença da encarregada, no dia 6, para se proteger das responsabilidades, refere o administrador que procedeu *“à aposição de selos nas portas dos compartimentos interiores que assim ficaram completamente isolados da estação”*.

Nos dias que se seguiram, a diversos pretextos, nomeadamente, para *“alimentar umas galinhas que ali possuía e lá se encontravam”*, *“que precisava entrar nos seus aposentos particulares, para se prover de víveres que lá se encontravam”*, a encarregada foi ao edifício da estação, tentando forçar a entrada nos compartimentos selados, insultando os guardas e a senhora que se encontravam de serviço.

No dia 15 de março apresentou-se ao serviço o distribuidor postal, José Batista, que *“por solidariedade também tinha abandonado o serviço”*. E no dia 16 foi o administrador do concelho informado pelo cabo comandante da GNR que a encarregada *“estava resolvida a retomar o serviço”*. Na estação a encarregada pediu-lhe então para alugar o aparelho para trocar impressões com o colega de Reguengos. O cabo da GNR perguntou-lhe se, efetivamente, pretendia retomar ao seu local de trabalho, tendo a mesma respondido afirmativamente. O administrador diz que fez logo um comunicado ao governador civil a informar que a greve em Mourão tinha terminado mas a encarregada não o transmitiu como ele lhe pedira, alegando que se encontrava adoeitada, que o enviaria no dia seguinte.

No dia 17 o administrador mandou o oficial de diligências da Administração do Concelho à estação saber se o comunicado já fora enviado. Foi informado que a D. Laura estava doente e que conti-

nuava de greve, recusando fazer as declarações da doença e de greve por escrito.

Dirigiu-se então o próprio administrador do concelho à estação e censurou a encarregada por “*falta de correção e de lealdade no seu procedimento*”. Voltou a requisitar um praça à GNR para ficar de guarda à estação para impedir que a funcionária utilizasse o aparelho telegráfico.

No dia 25 de março, em conformidade com as instruções do governador civil, mandou o oficial de diligências da Administração do Concelho intimar a encarregada a retomar ao serviço. Como no dia 26 a mesma não compareceu no local de trabalho, procedeu ao levantamento do competente auto de abandono do lugar que enviou ao governador civil.

Mas no dia 27 a D. Laura foi a Lisboa e, ao regressar, no dia 1 de abril, anunciou ao guarda que se encontrava na estação que, às 8 horas da manhã, tomaria conta da mesma, ameaçando o distribuidor postal que abandonara a greve “*de que seria o primeiro a «guinar»*”.

O administrador, surpreendido, ordenou à encarregada que iniciasse funções somente quando ele tivesse a confirmação oficial da

finalização da greve e a autorização para lhe entregar a estação. A senhora Laura Varela, perante isso, “*com modos desabridos e gestos agressivos, queria forçosamente apoderar-se da estação, dizendo que não tinha que esperar a minha comparência, nem as minhas ordens, nem a minha autorização porque quem ali mandava era ela visto que a greve tinha acabado e ela retomava ao serviço*”.

O administrador, Nobre de Gusmão, refere que a senhora lhe apresentou um papel datilografado e com um carimbo branco, que ele não reconheceu, razão pela qual não consentiu que se ela se aproximasse dos aparelhos e lhe ordenou que abandonasse a estação. A encarregada não obedeceu, ficando na entrada do edifício a trabalhar: “*apossando de algum serviço postal (registos) e telegráficos que ia chegando, cobrando os portes*”, informando as pessoas que o serviço não prosseguia porque o administrador se opunha. Mais uma vez, este ordenou que ela saísse do edifício e, como esta não acatara a sua ordem, mandou prendê-la.

Sabendo da situação, o Dr. Francisco Pereira Dias da Fonseca foi à Administração do Concelho e pediu licença ao administrador para

levar a senhora a Reguengos porque ela tinha de lá estar nesse dia. O administrador aceitou e pediu que lhe trouxesse notícias oficiais sobre a greve. Ordenou ao oficial de diligências que ia acompanhar a reclusa, munido do competente ofício para o Juiz de Direito, que se em Reguengos soubessem oficialmente que a greve terminara, não a entregasse ao Juiz.

A encarregada da estação regressou a Mourão a 2 de abril, assim como as notícias oficiais sobre o fim da greve. No mesmo dia, depois de receber um telegrama do Diretor dos Correios de Évora, o administrador informou a senhora encarregada que podia retomar as suas funções. No dia 3 recebeu o telegrama oficial do governador civil confirmando o fim da greve e pedindo-lhe o relatório da situação.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora

Tanto se desbarato a
prime telegraph-Portel, o
pensaff. esta bstaar
recheu ser solitario na
cama comum.
4-3-920 acb

Revolução dos Cravos

Há 44 anos ocorreu um dos maiores acontecimentos da História de Portugal, a Revolução de 25 de Abril, também denominada Revolução dos Cravos, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e iniciou um processo que viria a implantar um regime democrático no nosso país.

Para nos juntarmos às comemorações do dia 25 de Abril destacamos para “Documento do mês de abril” o relatório dos principais acontecimentos passados no Governo Civil do Distrito de Évora desde o dia 25 de abril até ao dia 4 de maio de 1974, feito pelo então Secretário do Governo Civil de Évora, no exercício das funções de Governador Civil, António dos Santos Cartaxo Júnior.

A notícia do movimento libertador das forças armadas chegou a Évora no dia 25 de abril, logo pela manhã, através da rádio. Segundo as declarações de António Cartaxo, o Governador Civil, e ele próprio, estiveram toda a manhã no edifício do Governo Civil, mas da parte da tarde o Governador Civil não compareceu e manteve-se incontactável. Como previa a Lei, na falta do Governador Civil, o senhor António Cartaxo, enquanto secretário, assumiu o posto, contactando o Comandante da Região Militar de Évora e disponibilizando-se para servir o Movimento das Forças Armadas. No dia 26 teve conhecimento que o Governador Civil estava com o Presidente da Câmara e que iria às instalações do Governo Civil para falar. Através da rádio tiveram conhecimento que a Junta da Salvação Nacional exonerava os Governadores Cívicos e concedia aos secretários das instituições os respetivos poderes. Perante esse facto o Governador Civil abandonou o edifício. O senhor António Cartaxo contactou a Região Militar de Évora e os presidentes das Câmaras Municipais dos concelhos do distrito ou os vice-presidentes em exercício para ficarem à frente das instituições até novas ordens da Junta de Salvação Nacional. No dia 27 voltou a colo-

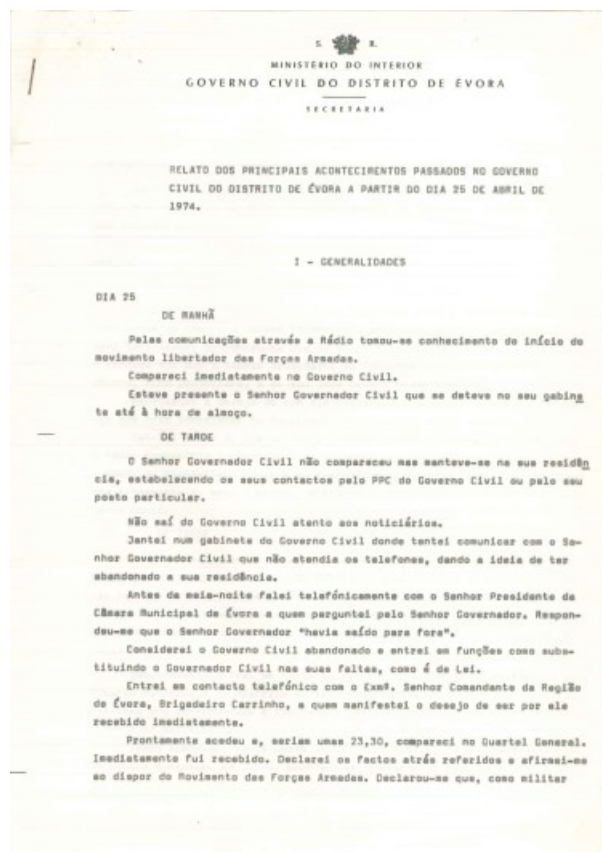
car-se à disposição das autoridades militares e ao serviço da Junta de Salvação Nacional e do General António Spínola. Durante a tarde congratulou o Coronel Fontes Pereira de Melo, novo Comandante da Região Militar de Évora.

Durante os dias que se seguiram o senhor António Cartaxo mostrou sempre o seu apoio incondicional à Junta Nacional, recebeu no seu gabinete diversas entidades policiais, oficiais e particulares que se mostraram também elas apoiantes do programa da Junta de Salvação Nacional.

No relatório declarou que, como trabalhador e cidadão democrata, participara no enorme cortejo cívico de comemoração do “Dia dos Trabalhadores” no dia 1 de maio, que ocorrera no Rossio de São Brás, caminhando à frente com entidades civis e militares. No dia 4 foi procurado pelo secretário do Senhor Arcebispo de Évora, que lhe pediu autorização para a realizar as duas principais procissões em Vila Viçosa. Depois de trocar impres-

sões, e vincando o carácter liberal e democrático do Movimento das Forças Armadas e do programa da Junta de Salvação Nacional, foram as procissões realizadas. Segundo as entidades militares e policiais, as mesmas decorreram sem incidentes. No relatório pede também diretivas sobre a possibilidade de pedidos de exoneração por parte de presidentes de Câmara ou vice-presidentes em funções.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Governo Civil de
Évora, Cx. 486, Letra A, nº
11, Proc. 1

Escritura de compra e venda de um escravo, tabelião Pedro Borges, 1592

O documento que destacamos no mês de maio é uma escritura de compra e venda de um escravo, lavrada no cartório do tabelião Pedro Borges, em Évora, a 8 de janeiro do ano de 1592.

Foram outorgantes, como vendedor, Gaspar Gonçalves, lavrador e morador no termo da cidade de Évora, e, como comprador, o Reverendo Padre Frei Gaspar Leitão, mestre na Santa Teologia, pregador de El-Rei e provincial da Ordem dos Pregadores em Portugal, morador em Lisboa, que se fez representar, no ato da transação, por Frei Pedro dos Mártires, prior do Mosteiro de São Domingos da cidade de Évora.

O escravo chamava-se Luís, era branco, louro, de olhos verdes, pestanas brancas, rosto redondo e possuía na face esquerda “um sinal” feito, segundo o vendedor, por uma “mordedura de hum cavallo”, tinha “8 anos para 9 anos” e era filho de uma escrava, por nome Maria, que o vendedor comprara a João Montes, morador na “herdade dos pinheiros” (ou Herdade do Espinheiro), que ficava “no caminho para Santarém”.

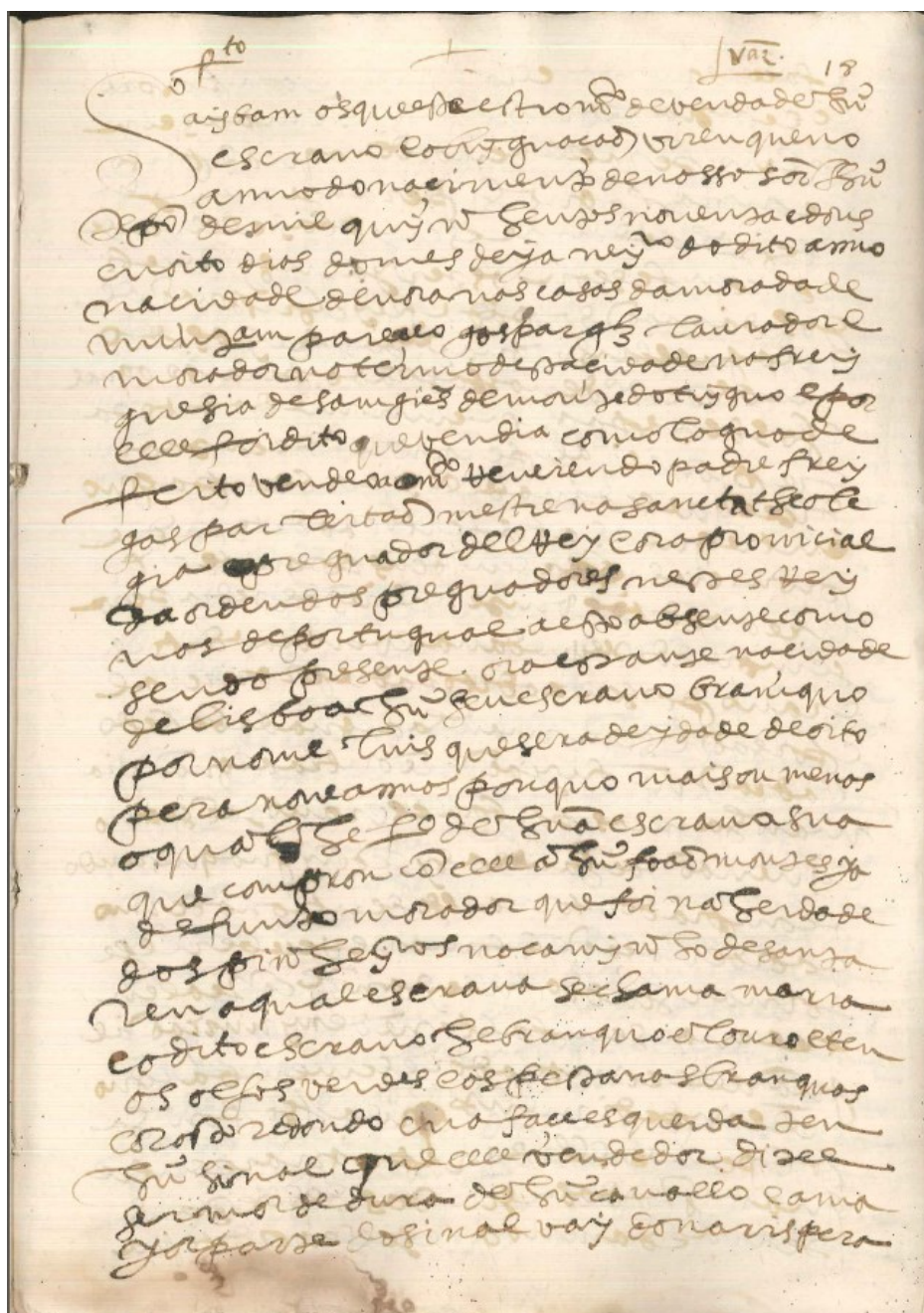
O menino foi vendido por 20 mil réis, quantia que o vendedor recebera antecipadamente através de Frei Cristóvão de Magalhães, vigário das freiras do Mosteiro de Nossa Senhora do Paraíso, em representação do comprador.

O vendedor garantiu que o menino não tinha “manha alguma de bêbedo ladrão nem fujão nem outra alguma manha mas por bom escravo são seguro” e que se obrigava a recebê-lo de volta e “a tornar seu direito inteiramente” se o comprador, dentro do prazo estabelecido por lei, o devolvesse.

No final da escritura o vendedor na presença do tabelião e das testemunhas entregou o escravo a Frei Pedro dos Mártires que refe-

riu que ele em nome do comprador aceitava e tomava a dita compra.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Cartório Notarial de Évora, liv. 306, f. 18 a 19 vº

Operação “Plus Ultra” – José Chimunga

Os documentos que destacamos no mês de junho são um testemunho da história contemporânea que, para muitos ou para a maior parte de nós, é completamente desconhecida. A inesquecível aventura que viveu José Chimunga, de 12 anos, natural de Angola, da Aldeia de Chicundo, distrito de Bié, representante de Portugal na “Operação Plus Ultra”, no ano de 1968.

A operação denominada “Operação Plus Ultra” teve início em 1963 por iniciativa da Sociedade Espanhola de Radiodifusão e da companhia aérea Ibéria. A operação consistia em promover uma campanha de solidariedade internacional destinada a premiar crianças, dos 8 aos 16 anos, que se destacassem pelos seus valores humanos. As crianças dos países aderentes eram eleitas pelos seus atos de bondade, heroísmo, sacrifício, amor ao próximo, entre outros atos de bravura. Os países participantes na iniciativa eram Alemanha Ocidental, Bélgica, Espanha, França, Itália, Jugoslávia e Portugal.

Em Portugal a “Operação Plus Ultra” foi coordenada pelo Rádio Clube Português (RCP), que divulgava a iniciativa e solicitava aos governadores civis que reportassem notícias sobre crianças que possuísem os requisitos para se habilitarem ao prémio.

No ano de 1968 as crianças escolhidas usufruíram de uma viagem de férias que se iniciou em Madrid a 3 de setembro, depois seguiram de avião para Roma, onde foram recebidas pelo Papa Paulo VI, depois para Barcelona, Palma de Maiorca, Valencia, Sevilha, Jerez, Cádiz, Casablanca, Tenerife, Las Palmas e regressaram a Madrid a 24 do mesmo mês, onde foram recebidos por Franco. A cada criança foi oferecido um enxoval de viagem e, durante a digressão, foram acompanhadas

por hospedeiras da companhia aérea Ibéria e por enfermeiras da Cruz Vermelha.

José Chimunga foi distinguido com o prémio “Operação Plus Ultra” pelo seu ato de coragem ao salvar a vida a dois indivíduos que foram atacados por um leão no ano de 1967.

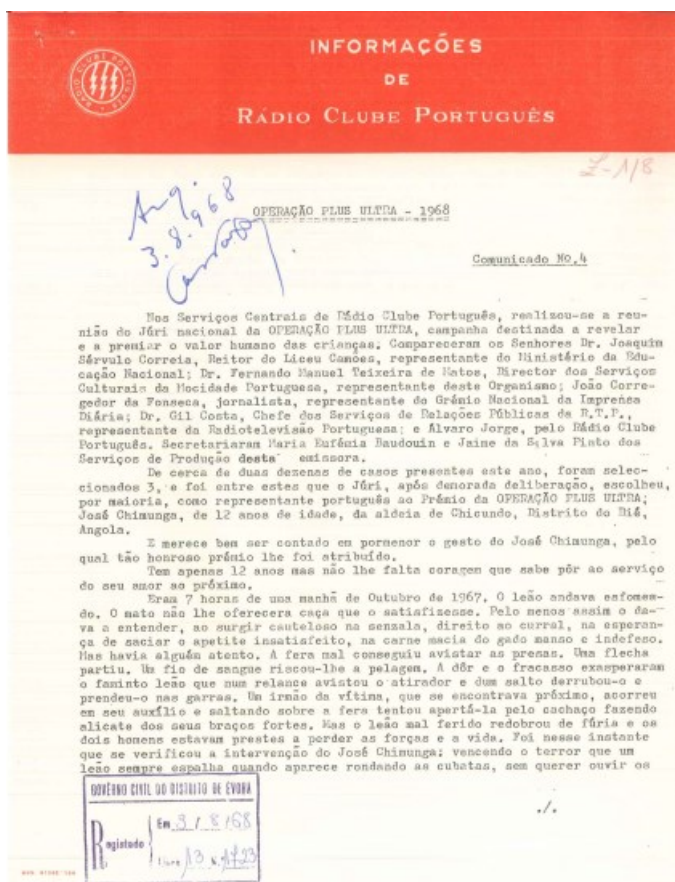
O representante português a quem a imprensa espanhola apelidou de “*negrito português*” foi, ao contrário dos seus antecessores, notícia de destaque na imprensa. O acontecimento foi utilizado pelo regime como propaganda política para desviar a atenção da realidade colonial que se vivia na época.

Quando regressou a Portugal, depois da viagem, antes de regressar à sua terra natal, Chimunga foi recebido pelo Almirante Américo Tomás, que o presenteou com uma fotografia e uma edição de luxo dos “Lusíadas”,

ambas com dedicatória e uma caixa de chocolates.

Segundo a informação remetida pelo Rádio Clube Português ao Governador Civil de Évora o futuro do jovem herói ficou garantido. O Governador do Distrito de Bié enviara um comunicado para ao RCP no qual declarava que o jovem ia ser internado no Colégio de São José, da Congregação “Os Maristas” de Silva Porto, para prosseguir os estudos e realizar o sonho de ser “engenheiro de máquinas”.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: GCEVR/Cx. 411, Z-1/8

Testemunhos da passagem dos franceses por Évora a 29 de julho de 1808

A 29 de julho de 1808 os franceses invadiram a cidade de Évora deixando um rasto de destruição.

As casas das religiosas também foram vítimas da selvajaria por parte dos mesmos que, sem piedade, ocuparam os edifícios, destruíram o património, maltrataram e violaram religiosas.

O convento de São Bento de Cástris não foi exceção. Devido à sua localização, extramuros da cidade de Évora, as religiosas ficaram vulneráveis e tiveram de fugir do mosteiro, rompendo com os votos de clausura a que estavam obrigadas.

No processo de Maria do Carmo Vidigal, natural da cidade de Évora, noviça do Convento de São Bento de Cástris, no qual pediu e alcançou “Breve Apostólico de dispensa de novo noviciado e mais indulgências para poder professar”, consta o testemunho dos momentos que se viveram no convento, não só pela descrição que a mesma relata dos factos, mas também pelo depoimento das religiosas que testemunharam a seu favor.

Maria do Carmo Vidigal entrou para pupila do convento no ano de 1806. Quando chegou à idade do noviciado prosseguiu a sua aprendizagem durante 11 meses, praticando todas as obrigações de noviça e seguindo a comunidade nos atos religiosos até julho de 1808, data em que o convento foi tomado pelos franceses, que obrigaram as religiosas a fugir para os campos e a procurar refúgio em sítios seguros.

Maria do Carmo Vidigal seguiu o exemplo das religiosas e foi refugiar-se na casa de seus pais. Após a saída do inimigo do mosteiro as religiosas regressaram, bem como a dita noviça que principiou novo noviciado, por ordem do Prelado, onde durante um ano

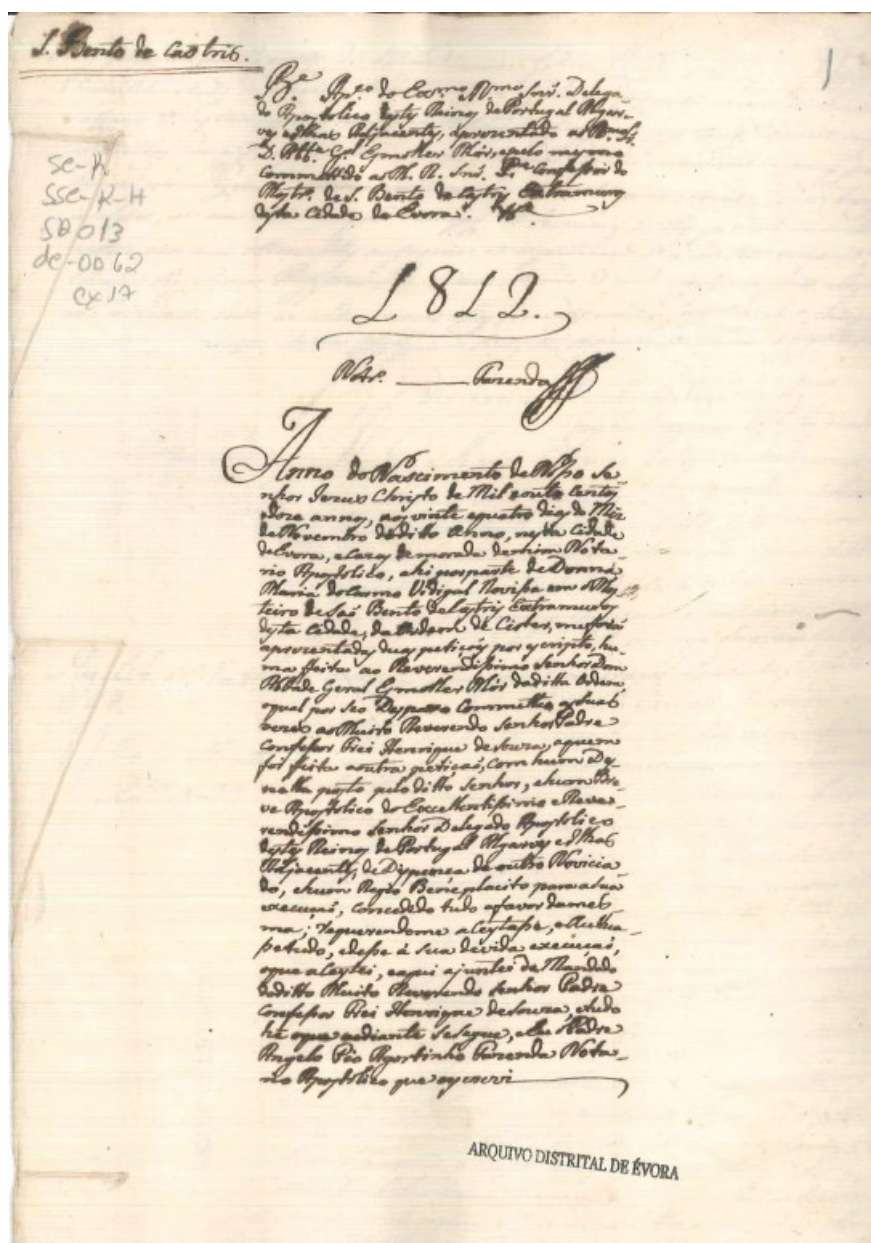
cumpriu as suas obrigações com zelo. Após acabar o noviciado, e, perante o temor de nova invasão pelos franceses, ficou a sua profissão adiada. Porém, continuou seguindo os atos conventuais até janeiro de 1811, em cuja época se aproximou o inimigo de Arraiolos. Novamente as religiosas, temerosas e por ordens superiores, abandonaram o seu mosteiro e procuraram asilo em casa de seus familiares.

Somente após a derrota das tropas francesas e do abandono do

espaço conventual pelos militares é que as religiosas regressaram à instituição, assim como a noviça Maria do Carmo Vidigal.

Exigiram novamente à noviça a repetição do noviciado levando a mesma a solicitar e a receber, do Núncio Apostólico, breve de dispensa do mesmo.

Célia Malarranha
Assistente Técnica
Arquivo Distrital de Évora



Cota: Cota: Câmara Eclesiástica de Évora, SC: K-Conventos; SSC: H- Évora; SR: Série: 013- Convento de São Bento de Cástris, Cx. 17, Doc. 62

A REDE DE ARQUIVOS DO ALENTEJO (RAA-DE)

Modelo de regulamento do arquivo

Jorge Janeiro

A RAA-DE tem vindo a desenvolver vários projetos em função das necessidades sentidas pelos seus membros. Algo comum a todos eles é a noção de que os serviços de arquivo foram relegados para o tratamento do arquivo histórico. O arquivo corrente e o intermédio estão a cargo de áreas como o expediente, a modernização administrativa ou a Informática. Os arquivistas, por sistema, não têm qualquer intervenção fora do “arquivo morto”, como depreciativamente é denominado na organização. Em certos casos são chamados pontualmente a intervir para ajudar a resolver um problema mas não lhes é reconhecida competência para gerir todo o sistema de arquivo. Esta situação dificulta uma gestão eficaz e eficiente da informação de arquivo.

A dispersão da legislação arquivística e a ausência de um regulamento atualizado que oriente as organizações, sobretudo públicas, no momento da aprovação de regulamentação de âmbito organizacional, são apontadas como fatores dissuasores da afirmação dos arquivistas e do serviço de arquivo na gestão adequada do sistema arquivístico. Até porque por vezes não há certos instrumentos técnicos ou, quando existem, nem sempre estão acessíveis ou normalizados, deixando os arquivistas numa situação de fragilidade.

A preocupação com a proteção dos arquivos privados de âmbito local, nomeadamente, das associações e das empresas, começa a sentir-se cada vez mais por parte dos municípios. Até porque é impossível ao Estado atender à miríade de arquivos locais, devido à distância, à falta de recursos e ao facto do interesse destes ser puramente local. Assim, são os municípios quem pode e deve agir a este nível, através do apoio à conservação, ao tratamento e à disponibilização desses arquivos.

Desta feita, a RAA-DE decidiu criar um modelo de regulamento com vista a:

- Reforçar o papel dos municípios na proteção do património arquivístico;
- Reforçar o papel do serviço de arquivo na gestão de documentos da organização;
- Harmonizar a regulamentação arquivística;
- Agregar a regulamentação e os instrumentos técnicos num único documento.

O regulamento tem um intuito marcadamente prático, pois visa oferecer aos responsáveis pelos sistemas de arquivo um quadro regulamentar bastante completo e um conjunto de documentos complementares que suportam a sua aplicação. Tudo concentrado num único documento.

As organizações que adotarem este regulamento terão, certamente: um reforço da intervenção do serviço de arquivo na gestão da informação na própria organização, nomeadamente, através da emissão de pareceres em domínios com impacto nessa gestão; e, se foram municípios, um poder mais efetivo na proteção e valorização do património arquivístico da sua zona de intervenção através da introdução de um sistema de incentivos e de penalizações que acarretam obrigações para as entidades de-

* Diretor do Arquivo Distrital de Évora.

tentoras de documentação que beneficiarem de apoios públicos.

Algumas das disposições determinam, por exemplo, que os titulares de cargos públicos e os servidores públicos, ao cessarem as suas funções, devem entregar os documentos públicos à pessoa que os substitua ou remetê-los ao serviço de arquivo. Atribuem também, ao serviço de arquivo, o poder de superintendência e fiscalização do sistema de arquivo da respetiva instituição, das entidades detidas ou participadas maioritariamente por esta, das apoiadas ou daquelas com delegação de competências.

O serviço de arquivo vê também reforçado o seu poder através da emissão de pareceres: sobre delegação de competências e atribuição de apoios a entidades coletivas do concelho; sobre processos de modernização ou de simplificação administrativas; no âmbito da aquisição de sistemas e programas informáticos, de equipamentos e de material para arquivo; sobre a política de informação; no âmbito de processos de contratualização de serviços na área dos arquivos com entidades públicas ou privadas; sobre propostas de utilização de edifícios para instalação de serviços de arquivo ou de depósito de arquivos e sobre projetos de construção, reabilitação, adaptação e remodelação de edifícios destinados aos mesmos fins.

A proposta prevê também penalizações, em caso de incumprimentos, como: a não atribuição e a suspensão dos apoios e das delegações de competências; a devolução de montantes e indemnizações quando houve despesas decorrentes da conservação, do tratamento e da disponibilização da documentação; a eliminação de documentação não protegida; o não fornecimento dos recursos indispensáveis ao funcionamento do arquivo.

O [modelo de regulamento](#) (fig.1) constitui-se, fundamentalmente, como um instrumento técnico. Trata-se de um produto do trabalho colaborativo de representantes de várias entidades mas não as vincula oficialmente. De qualquer modo, é expectável que algumas o adotem no todo ou em parte nos próximos anos.

Para que agora seja possível melhorar este trabalho vimos apresentá-lo à sociedade, esperando que gere contributos e críticas.



Rede de Arquivos do Alentejo
Distrito de Évora

Modelo de Regulamento do Arquivo e documentos complementares

2018

Évora

Fig. 1 - Modelo de Regulamento do Arquivo e documentos complementares

***Guia dos Arquivos do Distrito de Évora:
um olhar de relance***

Jorge Janeiro

O Guia dos Arquivos do Distrito de Évora, elaborado pela Rede de Arquivos do Alentejo – Secção do Distrito de Évora (RAA-DE), é uma iniciativa que decorre da estratégia de criação e de dinamização de redes de arquivos promovida pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). As redes de arquivos estão devidamente enquadradas na política arquivística nacional e o papel coordenador dos arquivos distritais está previsto no respetivo regime jurídico, concretizando a intervenção da DGLAB nas diversas regiões.

O trabalho colaborativo desenvolvido pelas redes de arquivos tem sido uma mais-valia na implementação de projetos emanados da DGLAB, aumentando a eficácia do órgão coordenador do sistema nacional de arquivos. Paralelamente, as redes vêm construindo agendas próprias de acordo com as necessidades mais prementes dos seus membros.

A RAA-DE enveredou pela elaboração do “Guia dos Arquivos do Distrito de Évora” suportado em alguns “Guias dos Arquivos dos Concelhos”. O Guia agora apresentado é um projeto exploratório que abrange apenas cinco concelhos (Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e Reguengos de Monsaraz) e que não cobre, em cada um desses concelhos, a totalidade dos arquivos, esperando-se que em futuras versões integre mais concelhos e mais instituições arquivísticas. É fundamental que as entidades, em especial as públicas, divulguem o seu património e informem os cidadãos de que detêm documentação que estes podem necessitar para garantirem os seus direitos.

É esta lógica cooperativa entre os diversos níveis da Administração Pública que se estimula com as redes de arquivos, sendo este um projeto que inspira a produção gradual, noutras regiões, de novos guias. O resultado expectável será a elaboração de um Guia Nacional dos Arquivos, empreendimento que, devido à sua envergadura, levará tempo a ser concretizado e que, pela sua natureza, nunca ficará encerrado.

Inicialmente, a intenção da RAA-DE era criar um “Guia dos Arquivos” em cada concelho do Distrito de Évora. Como desenvolvimento da ideia surgiu o projeto de se elaborar um “Guia dos Arquivos do Distrito de Évora” cuja elaboração é incremental. Assim, os Guias concelhios e o Guia distrital evoluirão por versões e não se pretendem constituir como descrições arquivísticas da documentação, limitando-se a identificar genericamente cada fundo. A descrição aprofundada, a conservação e o acesso são responsabilidades das entidades detentoras dos fundos documentais podendo, caso os municípios decidam prestar-lhes apoio, ser objeto de acordo de colaboração. Os guias são disponibilizados em formato eletrónico na Internet, constituindo um instrumento complementar relativamente ao Portal Português de Arquivos, uma vez que muitos dos arquivos identificados no Guia não estão, ainda, disponíveis naquela plataforma.

* Diretor do Arquivo Distrital de Évora.

O Guia deverá, progressivamente, abranger mais concelhos e arquivos, permitindo um conhecimento aprofundado e uma maior valorização do património arquivístico local. A atuação dos Municípios nesta área sairá assim reforçada, antevendo-se um incremento da interação e cooperação entre o Poder Local Democrático e os diversos detentores das memórias locais. Outro aspeto a valorizar é a difusão, através de um único ponto de acesso, de informações aos cidadãos sobre as entidades que detêm informação e sobre o modo como poderão obtê-la. Assim, em vez de se perderem em múltiplas e difíceis pesquisas na Internet ou em vez de serem sistematicamente encaminhados de serviço em serviço à procura de documentos cujo rasto muitas vezes se perdeu, os cidadãos passam a dispor de informação agregada para usufruírem dos seus direitos. Sem custos e à distância de um clique.

O Guia dos Arquivos do Distrito está organizado por concelhos e identifica os fundos existentes em cada concelho, repartindo-os pelos grupos de fundos. O Guia não se foca, portanto, nos arquivos como locais ou instituições onde estão instalados os documentos e onde funcionam os serviços de arquivo. O foco é o arquivo enquanto conjunto documental, tendo-se adotado esta designação por se entender era mais fácil, para o cidadão comum, compreender o objeto do guia, uma vez que para a maioria da população o conceito de fundo é de difícil perceção enquanto o de arquivo é mais facilmente entendível. E o Guia destina-se a todos, pelo que a linguagem procura responder a públicos vastos sem formação ou conhecimentos básicos em arquivo.

Relativamente à descrição dos fundos, a RAA-DE optou por utilizar os seguintes campos: Fundo; Âmbito e conteúdo; Entidade produtora; Entidade proprietária; Tipo de entidade; Utilidade pública; Classificação; Entidade responsável pela custódia; Acessibilidade; Morada; Instrumentos de descrição documental; Entidades ou fundos relacionados; Contactos; Datas extremas; Dimensão; Responsável. Abaixo explicita-se o tipo de informação inserida nos diferentes campos:

- ◆ Fundo – neste campo inseriu-se o título do fundo;
- ◆ Âmbito e conteúdo – neste campo enquadrrou-se o fundo no seu contexto funcional, identificando-se genericamente a missão e as funções do produtor e o tipo de documentação existente no fundo documental;
- ◆ Entidade produtora – neste campo inseriu-se o nome do produtor do fundo;
- ◆ Entidade proprietária – neste campo inseriu-se o nome do dono do fundo. A necessidade de identificar o dono prende-se também com o facto de se promover a avaliação da documentação quando a entidade proprietária deve obter autorização do órgão coordenador do sistema nacional de arquivos para proceder à eliminação de documentos;
- ◆ Tipo de entidade – neste campo referiu-se se a entidade é pública ou privada. Sendo uma entidade pública deve obter autorização do órgão coordenador do sistema nacional de arquivos para proceder à eliminação de documentos;
- ◆ Utilidade pública – neste campo referiu-se se a entidade tem utilidade pública administrativa porque nesse caso tem de obter autorização do órgão coordenador do sistema nacional de arquivos para proceder à eliminação de documentos;

- ♦ Classificação – neste campo indicou-se se o fundo documental está classificado como detendo interesse cultural de âmbito nacional, público ou municipal uma vez que daí decorre um conjunto específico de direitos e de obrigações. Após análise à lei a RAA-DE entendeu que a classificação da documentação não é automática, dependendo de uma decisão do Governo ou de uma deliberação do Município;
- ♦ Entidade responsável pela custódia – neste campo identificou-se a entidade que guarda a documentação;
- ♦ Acessibilidade – neste campo referiu-se se a documentação é de livre acesso ou se é necessário obter autorização para a consulta e outras restrições existentes;
- ♦ Morada – neste campo referiu-se o local onde a documentação pode ser consultada;
- ♦ Instrumentos de descrição documental – neste campo indicou-se a existência, ou não, de catálogos ou inventários ou de outros instrumentos de descrição;
- ♦ Entidades ou fundos relacionados – neste campo registaram-se os fundos ou entidades relacionados com o fundo identificado;
- ♦ Contactos – neste campo colocaram-se os contactos através dos quais se possibilita o acesso à documentação;
- ♦ Datas extremas – neste campo indicou-se a data inicial e a data final do fundo;
- ♦ Dimensão – neste campo colocou-se a dimensão em metros lineares e o número de unidades de instalação da documentação;
- ♦ Responsável – neste campo identificou-se a pessoa a contactar para aceder à documentação.

A primeira versão do Guia dos Arquivos do Distrito de Évora abrange cinco concelhos e integra um total de 403 fundos arquivísticos distribuídos da seguinte forma:

- Concelho de Estremoz: 59 fundos, sendo 6 da Administração Central do Estado, 4 da Administração Local, 1 eclesiástico, 1 empresarial, 35 judiciais, 5 coleções, 6 de associações e 1 arquivo pessoal;
- Concelho de Évora: 264 fundos, sendo 38 da Administração Central do Estado, 2 da Administração Local, 137 eclesiásticos, 4 de associações, 3 de instituições de ensino, 27 notariais, 35 coleções, 10 judiciais, 1 arquivo de família e 7 arquivos pessoais;
- Concelho de Montemor-o-Novo: 50 fundos, sendo 46 de empresas e 4 Arquivos de associações;
- Concelho de Redondo: 11 fundos, sendo 2 da Administração Central do Estado, 4 da Administração Local, 4 eclesiásticos e 1 de associações;
- Concelho de Reguengos de Monsaraz: 19 fundos, sendo 1 da Administração Central do Estado, 6 da Administração Local, 8 eclesiásticos e 4 de associações.

Estes números demonstram que existe um património arquivístico diversificado e numeroso disseminado por todo o Distrito de Évora, embora se assinala claramente uma concentração no concelho de Évora resultante, sobretudo, de aí se sediar o Arquivo Distrital, no qual estão instalados cerca de 200 fundos.

Os arquivos públicos e os eclesiásticos são, também, os mais antigos, numerosos e volumosos, denotando-se uma escassez relativa dos arquivos pessoais, de família, de associações e de empresas. Contudo, a democratização do ensino e a massificação das novas tecnologias vão modificar esta realidade a breve trecho, levando à necessidade de se repensar a política de memória no sentido de captar, tratar, salvaguardar e disponibilizar os registos oriundos das associações, das empresas, das famílias e dos indivíduos.

O Guia dos Arquivos do Distrito é, portanto, um instrumento ao serviço de uma memória plural, inclusiva e democrática de modo a que, no futuro, todos possam ser lembrados.

É, também, um instrumento ao serviço dos cidadãos, pelo que as entidades públicas que não disponibilizaram informação para esta versão do Guia, nomeadamente, porque os seus arquivos são sigilosos ou porque não estão em condições de serem consultados por falta de tratamento arquivístico, lembramos que têm, entre outros, os seguintes deveres: dar a conhecer que são detentoras de informação, salvaguardar e tratar a documentação e permitir o acesso apenas ao que, nos termos da lei, pode ser consultado.

A divulgação dos arquivos, num Estado de Direito Democrático, é fundamental mas não implica que os seus detentores percam direitos de propriedade ou que os devam abrir sem restrições. Através deste Guia mantém-se o equilíbrio entre todos os interesses em presença, favorecendo o conhecimento sobre a informação e o património arquivístico do distrito e, ao mesmo tempo, sublinhando os direitos de propriedade e as condições de acesso à informação.

A metodologia adotada para produzir o Guia dos Arquivos do Distrito foi essencialmente colaborativa, seguindo as seguintes fases:

- a) Definição do âmbito territorial e do tipo de arquivos a incluir no Guia;
- b) Construção da estrutura do Guia, com especial incidência nas tipologias dos “Grupos de Fundos”;
- c) Seleção dos campos a utilizar no Guia, tendo principalmente em conta os objetivos de salvaguarda e do acesso à documentação;
- d) Solicitação de dados sobre arquivos a entidades detentoras;
- e) Recolha e tratamento dos dados;
- f) Elaboração do Guia;
- g) Disponibilização do Guia na Internet.

As primeiras 4 fases obedeceram a uma dinâmica de colaboração que se foi reduzindo gradualmente nas fases posteriores. O resultado final é produto da conjugação de vontades dos detentores dos fundos que se dispuseram a divulgar informação, dos técnicos dos arquivos municipais que funcionaram como mediadores neste processo, recolhendo e tratando a informação, e do Arquivo Distrital que agregou os dados dos vários concelhos num único documento e o disponibiliza publicamente.

Trata-se, verdadeiramente, de trabalho em rede que, com base na cooperação, sem acréscimo de custos, permite acrescentar conhecimento para os cidadãos e para os investigadores, facilitando-lhes

o acesso à informação. Beneficia, ainda, o direito das gerações vindouras a usufruírem da respetiva memória ao contribuir, de forma indireta, para a salvaguarda da documentação.

Mais uma vez, como técnicos, buscámos a solução possível para ajudar a resolver o problema do acesso à informação e da salvaguarda dos arquivos. Estamos conscientes de que haverá críticas apresentar à metodologia seguida. Estamos naturalmente disponíveis para acolher sugestões que visem a melhoria do nosso trabalho, desejando que despolete um processo que culmine na elaboração progressiva de um Guia Nacional dos Arquivos.

O Guia dos Arquivos do distrito de Évora está disponível para consulta em: <http://adevr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/4/2016/05/GUIA-DOS-ARQUIVOS-DO-DISTRITO-DE-%C3%89VORA-vers%C3%A3o-0.1.pdf>



Rede de Arquivos do Alentejo
Distrito de Évora

GUIA DOS ARQUIVOS DO DISTRITO DE ÉVORA

**Concelhos de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo e
Reguengos de Monsaraz**

Versão 0.1

2018

Évora

DIVULGAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

*Estalagens e Pousadas existentes em
Évora na década de 1835-1845*

Francisca Mendes

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal dar a conhecer as estalagens e pousadas que existiam em Évora entre os anos de 1835 e 1845, e, sempre que possível, mencionar a legislação em vigor na época.

Abstract: This article aims to let know the inns and hostels that existed in Évora between 1835 and 1845, also, when possible, to mention the legislation applied at the time.

Palavras Chaves: Estalagem, Pousada, Évora.

Key-words: Inn, Hostel, Évora

Introdução

O Arquivo Distrital de Évora continua, desde o ano passado, a trabalhar e esmerar esforços no sentido do tratamento documental para fazer face aos imensos pedidos de cidadania portuguesa, que lhe chegam diariamente, oriundos de cidadãos brasileiros. Desta forma, tem vindo a disponibilizar documentação referente, não só aos registos paroquiais, mas também aos processos de passaportes que se encontram no Fundo documental do Governo Civil, muitos deles com destino à *República dos Estados Unidos do Brasil*.

Ao longo dos trabalhos de tratamento desta documentação relativa aos passaportes (já descrita e disponível on-line através do artigo “Os registos de Passaportes do Arquivo Distrital de Évora, 1834-2006”, publicado no Boletim Nº 5 do Arquivo Distrital de Évora em novembro de 2016) foi também encontrada documentação referente a estalagens e pousadas existentes na cidade que hospedavam os viandantes, portugueses e estrangeiros, que se deslocavam dentro do reino.

Desta forma, este pequeno artigo terá como objetivo principal dar a conhecer os estabelecimentos de hospedagem que existiam em Évora na década de 1835/45 e, sempre que possível, mencionar a legislação em vigor na época. Esta informação encontra-se descrita nos primeiros registos referentes à deslocação e permanência dos cidadãos na cidade, após a criação do Governo Civil de Évora, disponível para consulta no Fundo do Governo Civil de Évora, na Secção H, Subsecção H/D, na Série 003, acondicionada em 13 caixas que contêm 156 maços e cerca de 2900 documentos.

* Técnica Superior no Arquivo Distrital de Évora.

Deslocação e permanência dos cidadãos em Évora

Em Portugal e no caso específico da cidade de Évora, a informação sobre a deslocação e permanência dos cidadãos era, em parte, fornecida pelos proprietários ou pelas pessoas responsáveis das estalagens e pousadas do concelho, com o objetivo de denunciar quem por ali pernoitasse sem passaporte.

Segundo o parágrafo 14º e 15º do Regulamento de 6 de março de 1810, todas as pessoas que hospedassem, de graça ou por dinheiro, pessoas nacionais ou estrangeiras que transitassem na cidade sem passaporte, eram obrigadas a denunciá-las, caso contrário, responderiam por elas à menor suspeita. No caso de hospedarem a troco de dinheiro eram obrigadas a enviar uma relação diária das pessoas hospedadas em suas casas.

Este Regulamento remete no parágrafo 15º para o parágrafo 12º do Alvará de 25 de junho de 1760, que já obrigava todos os estalajadeiros, taberneiros, vendeiros e qualquer outras pessoas que alojassem nas suas casas pessoas nacionais ou estrangeiras, a fazer um registo diário com a seguinte informação: nome da pessoa que hospedavam; lugar de onde vinha; profissão; número de pessoas que vinham juntas (comitiva) e se tinham passaporte. Estes registos eram posteriormente enviados ao Intendente Geral da Polícia, caso contrário, poderiam ser “fechadas as Casas de pasto, Estallajens, Tavernas, e Vendas; ficando inabilitadas para abrirem outras; além de serem responsáveis por todo o damno que fizerem as pessoas, cujas declaraçoens houverem sido omitidas, ou affectadas por cada hum dos sobreditos”¹.

A esta legislação do princípio do século XIX veio juntar-se o Regulamento de 25 de maio de 1825 que reforçou, de certo modo, a obrigatoriedade do uso de passaporte, uma vez que obrigava todo o indivíduo, que saísse a mais de 5 léguas para lugar fora da sua residência, a tirar passaporte, excetuando apenas os militares que se apresentavam com as respetivas guias². Foi ainda assegurada, no parágrafo 14º deste Regulamento, a punição a que cada indivíduo se sujeitava no caso de incumprimento da lei, ou seja, todo o indivíduo encontrado sem passaporte pagaria uma multa de 2.400 reis.

Com a criação do Governo Civil em julho de 1835 e na sequência da obrigatoriedade de cumprir a legislação anterior, os registos diários, sobre os hóspedes que pernoitavam na cidade, passaram a ser enviados ao Regedor da Paróquia, que exercia autoridade policial.

Esta documentação permite-nos, a partir de 1835 e durante os dez anos seguintes, que analisaremos, ter conhecimento não só da informação obrigatória que por lei tinha que ser registada diariamente, como também nos permite ter conhecimento do número das casas de hospedagem que existiam na

¹ PORTUGAL. Leis, decretos etc. [Alvará com força de Lei da criação da Intendência Geral da Polícia e seu Regulamento, de 25 de Junho de 1760]. - [Lisboa] : reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues, [1760]. - 11 p. ; 2º (31 cm). [Em linha]. [Consultado em 17 de janeiro de 2018]. Disponível na internet: <URL: http://purl.pt/17387/4/1754614_PDF/1754614_PDF_24-C-R0150/1754614_0000_1-b_t24-C-R0150.pdf>

² PORTUGAL. Leis, decretos etc. [Regulamento de 25 de maio de 1825]. [Em linha]. [Consultado em 18 de janeiro de 2018]. Disponível na internet: <URL: [http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/690_Decreto%20\(25.05.1825\).pdf](http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/690_Decreto%20(25.05.1825).pdf)>

cidade a partir desta data, a sua designação, morada e o nome do proprietário ou da pessoa responsável, conforme se demonstra nas figuras 1, 2 e 3.

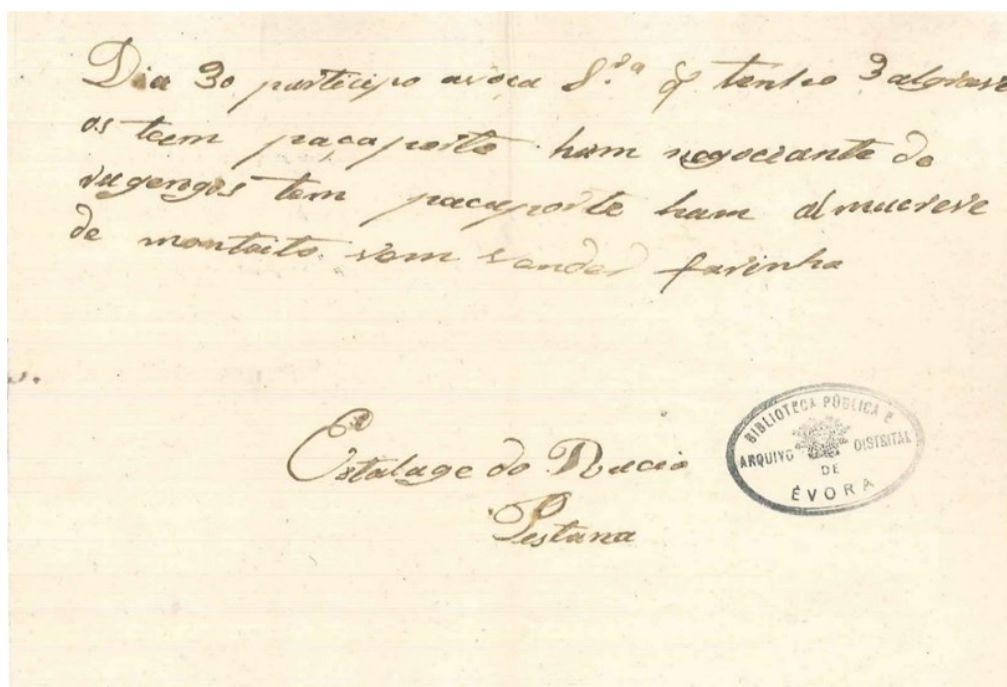


Fig. 1 - Registo da Estalagem do Rossio realizado pelo Sr. Pestana a informar que em 30 de novembro de 1835 pernoveram: 3 algarvios que tinham passaporte; um negociante de Reguengos e um almocreve de Montoito que vendia farinha³.

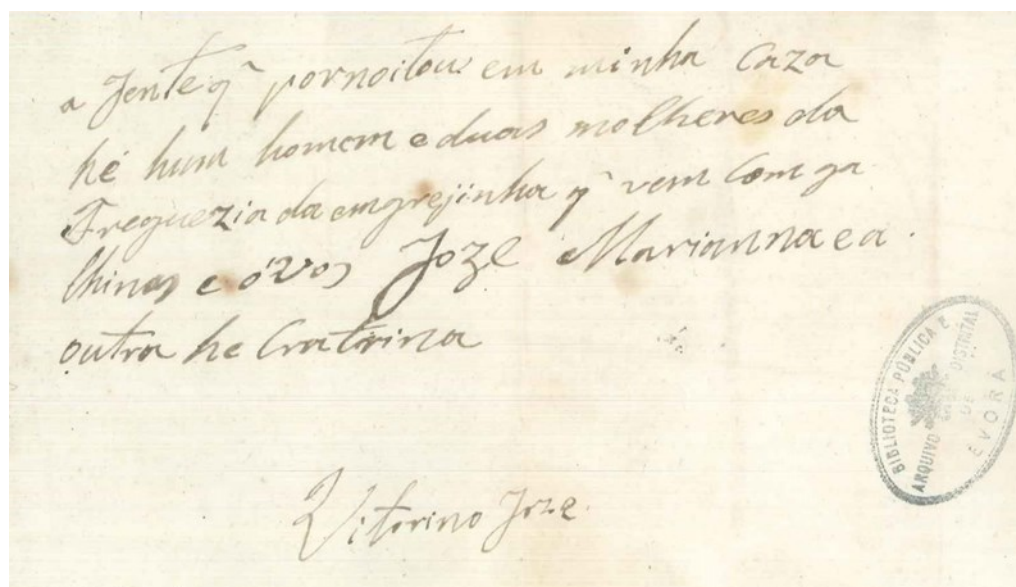


Fig. 2 - Registo da Estalagem de Vitorino José a informar que tinha hospedados um homem e duas mulheres que vinham da freguesia da Igreja com galinhas e ovos, o homem chamava-se José e as mulheres eram Mariana e Catarina⁴.

³Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.1, mc. 6, doc. 199, nº 6.

⁴Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.1, mc. 7, doc. 211, nº 11.

No exemplo que se segue (fig. 3) verifica-se que, por haver mais indivíduos a pernoitar nesta Estalagem, foi elaborado um registo mais cuidado (tipo tabela), realizado por Ângela Maria do Nascimento, referente às pessoas que pernoitaram na Estalagem da rua do Evorim (atual rua do Eborim), em 26 de novembro de 1835. Esta informação mostra, uma vez mais, os nomes das pessoas que ficaram hospedadas (9 hóspedes), a morada (Alvito, Vila Viçosa, Algarve e Espanha), a profissão (Provedor, Almocreve e Negociante), o destino e se possuíam ou não passaporte.

Relação das pessoas que pernoitaram na Estalagem da Rua do Evorim de 26 em 26 de Novembro de 1835

<i>Nome</i>	<i>Terreno ou P. de</i>	<i>Profissão</i>	<i>de onde vem</i>	<i>Se tem passaporto</i>
<i>João Maria</i>	<i>Alvito</i>	<i>Provedor</i>	<i>Alvito</i>	<i>Sim passaporto</i>
<i>João 1º</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>
<i>João Maria</i>	<i>Vila Viçosa</i>	<i>Alvito</i>	<i>Vila Viçosa</i>	<i>Alvito</i>
<i>M.ª Maria</i>	<i>Algarve</i>	<i>Alvito</i>	<i>Algarve</i>	<i>Alvito</i>
<i>M.ª da Estrela</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>
<i>D.ª da Estrela</i>	<i>Espanha</i>	<i>Negociante</i>	<i>Espanha</i>	<i>Alvito</i>
<i>João Martin</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>
<i>João Vaz</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>	<i>Alvito</i>

Ângela Maria do Nascimento

Fig. 3- Registo realizado por Ângela Maria do Nascimento, referente à Estalagem da rua do Evorim, em 26 de novembro de 1835⁵

Na figura 4 poderemos verificar que estes registos eram também obrigatórios mesmo quando não havia hóspedes.

Relação das pessoas que pernoitaram na Estalagem do Arquinho Nº 75 em 26 de Novembro de 1835

<i>Nome</i>	<i>Terreno ou P. de</i>	<i>Profissão</i>	<i>de onde vem</i>	<i>Se tem passaporto</i>
<i>Não há novidade</i>	<i>São</i>	<i>Cas</i>	<i>São</i>	<i>Parap.</i>

Theresa de Jesus

Fig. 4- Registo da Estalagem do Arquinho Nº 75, realizado por Teresa de Jesus, a informar de que em 26 de novembro de 1835 “Não há Novidade”, ou seja, ninguém pernoitou naquela Estalagem⁶

A figura 5 é referente ao registo da Estalagem de Joaquim José, na rua da Cadeia, realizado em 29 de julho de 1844, onde se verifica que estiveram hospedados dois homens: José, almocreve de Monte de Trigo, e Manuel, regatão de Montemor-o-Novo, ambos sem passaporte, uma vez que se deslocavam a menos de 5 léguas, conforme estipulado no Regulamento de 25 de maio de 1825.

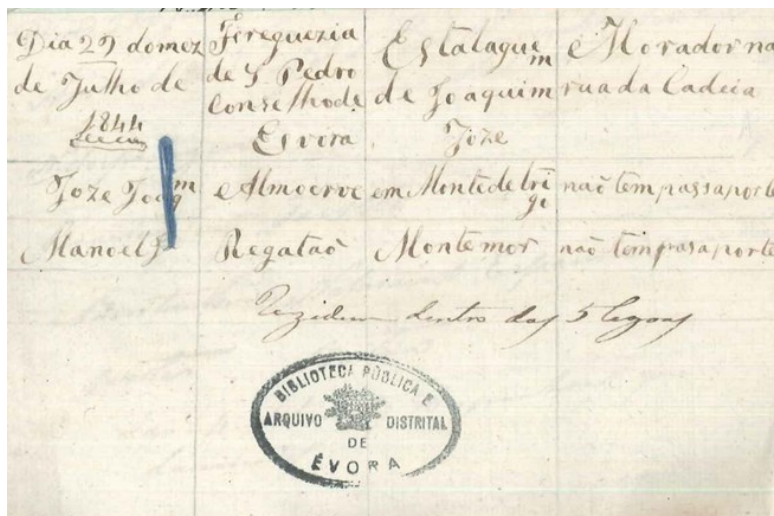


Fig. 5- Registo referente à Estalagem de Joaquim José, na rua da Cadeia, realizado em 29 de julho de 1844⁷.

Como já foi mencionado anteriormente, a partir da legislação de julho de 1835 (criação dos Governos Civis), os Regedores das Paróquias eram incumbidos de compilar, diariamente, as informações que lhes chegavam através dos registos das casas de hospedagem (fig. 6) e enviar estas informações ao Administrador do Concelho que, por sua vez, oficializava as ocorrências (fig. 7) e as enviava ao Governador Civil juntamente com o mapa de registos dos passaportes conferidos e visados na Administração do Concelho (fig. 8).

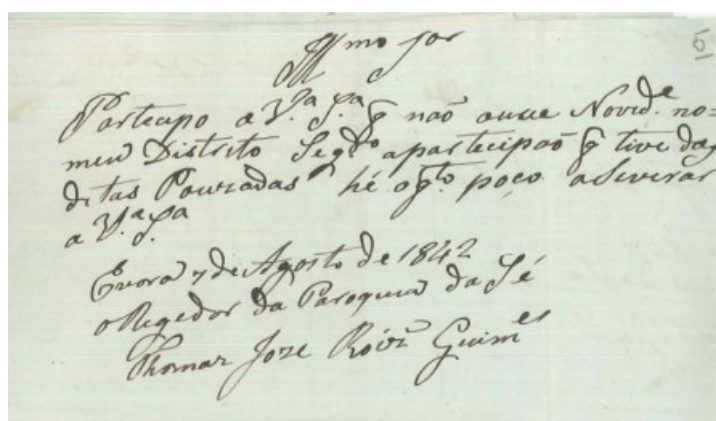


Fig. 6- Registo elaborado pelo Regedor da Paróquia da Sé, Tomás José Rodrigues Guimarães, em 7 de agosto de 1842, a participar ao Administrador do Concelho “que não ouve novidade no meu distrito segundo a participação que tive destas Pousadas é o que posso asseverar a V. Exa”⁸.

⁵Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.1, mç. 7, doc. 254, nº 7.

⁶Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.1, mç. 7, doc. 251, nº 7.

⁷Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.11, mç. 60; doc. 1860, nº 1.

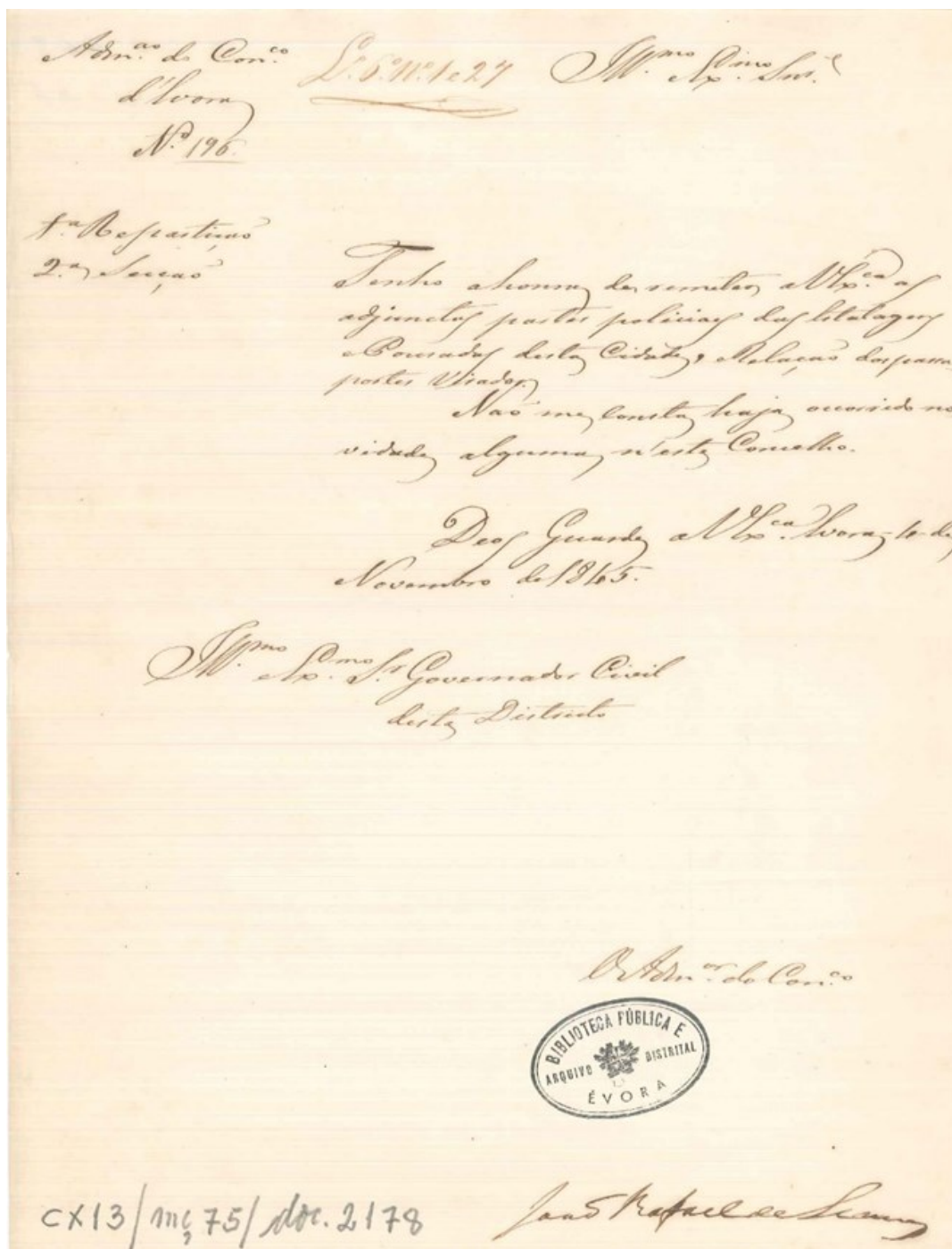


Fig. 7- Ofício datado de 4 de novembro de 1845, emitido pelo Administrador do Concelho, João Rafael de Lemos, a dar conhecimento ao Governador Civil, “das partes policiaes das Estalagens e Pousadas desta cidade e relação dos passaportes visados. Não me consta haja ocorrido novidade alguma neste concelho”⁹.

⁸Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.4, mç. 35, doc. 889, nº 5.

⁹Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.13, mç. 75, doc. 2178.

Tabela 1 - Estalagens e Pousadas existentes em Évora na década de 1835-1845

Designação da casa de hospedagem	Proprietário/Pessoa responsável	Localização (Freguesia/Morada)	Datas extremas dos registos
Pousada da Capelinha	- Francisca do Carmo - Boa Ventura de Brito - Catarina Maria	Freguesia de S. Pedro Trav. da Capelinha	1835-1845
Estalagem da Rua do Paço	- António Cardoso - Francisca Rita - Joaquim Francisco Marques	Freguesia de S. Pedro Rua do Paço (atual rua da República)	1835-1845
Estalagem de Inácio de Jesus	- Inácio de Jesus	Freguesia de S. Pedro Rua do Paço (atual rua da República)	1842-1843
Pousada da Rua do Lagar dos Dízimos	- Teresa Rosa	Freguesia de S. Pedro Rua do Lagar dos Dízimos	1835-1836
Estalagem do Adro de S. Francisco	- Helena Antónia - Jerónima Bárbara - Teresa Rosa	Freguesia de S. Pedro Adro de S. Francisco Nº 11 (atual Largo de S. Francisco)	1835-1845
Estalagem do Adro de S. Francisco	- Rita Plácida	Freguesia de S. Pedro Adro de S. Francisco Nº 4 (atual Largo de S. Francisco)	1835
Estalagem de Ângela Maria Nascimento	- Ângela Maria Nascimento	Freguesia de S. Pedro Rua do Evorim Nº 2 (atual rua do Eborim)	1835-1836
Estalagem de Joaquim Marques	- Joaquim Marques	Freguesia de S. Pedro Rua do Evorim (atual rua do Eborim)	1843-1845
Estalagem da Rua da Cadeia	- António José Pereira	Freguesia de S. Pedro Rua da Cadeia Nº 63 (atual rua Romão Ramalho)	1835-1836
Estalagem do Arquinho	- Teresa de Jesus - Inácio de Jesus - Manuel Caeiro Saramago - Mariana Luísa	Freguesia de S. Pedro Rua da Cadeia Nº 75 (atual rua Romão Ramalho)	1835-1845
Estalagem da Casaca	- Mariana Joaquina	Freguesia de S. Pedro Rua da Cadeia nº 22 (atual rua Romão Ramalho)	1835
Estalagem de Joaquim José	- Joaquim José	Freguesia de S. Pedro Rua da Cadeia (atual rua Romão Ramalho)	1843-1845
Pousada da Rua do Raimundo	- Manuel Gomes	Freguesia de S. Pedro Rua do Raimundo	1836
Pousada da Travessa das Peras	- Francisco José Abegão	Freguesia de S. Pedro Travessa das Peras	1842-1843
Estalagem das Vieiras	(sem designação)	Freguesia de S. Pedro	1842
Pousada de Ventura Pousada de Boaventura	- Boaventura	Freguesia de S. Pedro	1842-1843

Designação da casa de hospedagem	Proprietário/Pessoa responsável	Localização (Freguesia/Morada)	Datas extremas dos registos
Pousada de Inês da Conceição	- Inês da Conceição	Freguesia de S. Pedro	1842-1845
Estalagem da Carne Magra	- Francisca Reto	Freguesia de S. Pedro	1842-1843
Pousada da Guitarra	- Ana Rita Guitarra	Freguesia de S. Pedro Largo da Alameda (atual largo Manuel Alves Branco)	1842-1843
Pousada da Rua Fria	- Ana do Carmo - Ana de Beja	Freguesia de S. Pedro Rua Fira	1844
Estalagem da Porta de Avis	- Vitorino José - Manuel Serrano - José Tomás	Freguesia de S. Mamede Rua de Avis Nº 15	1835-1845
Estalagem da Porta de Avis (2ª estalagem)	- António José Martinho Alves - António José Ferro - João António de Araújo - João Evangelista Ferreira Monteiro	Freguesia de S. Mamede Rua de Avis	1835-1845
Estalagem da rua do Mestre Resende	- Barbara Angélica	Freguesia de S. Mamede Rua do Mestre Resende Nº 83	1835-1842
Estalagem do Rossio	- António Pestana	Freguesia de Sé Portas do Rossio (atual Rossio de São Brás)	1835-1845
Estalagem de Narcisa Maria	- Narcisa Maria	Freguesia da Sé	1842
Pousada da rua de Oliveira	- António Fernandes	Freguesia da Sé Rua de Oliveira	1845
Pousada da Porta de Machede	- António de Oliveira	Freguesia da Sé Rua de Machede	1845
Pousada de Bernardino	- Bernardino José	(sem designação)	1842

A partir desta informação foram identificadas 28 casas de hospedagem em Évora, número a ter em consideração referente à época, o que significa que as pessoas deambulavam na cidade, que era, sem dúvida, um ponto de passagem e simultaneamente de paragem, tanto para os cidadãos portugueses que faziam a travessia entre o norte e o sul e vice-versa (fig. 1), como um ponto estratégico de paragem para cidadãos estrangeiros como é o caso dos espanhóis.

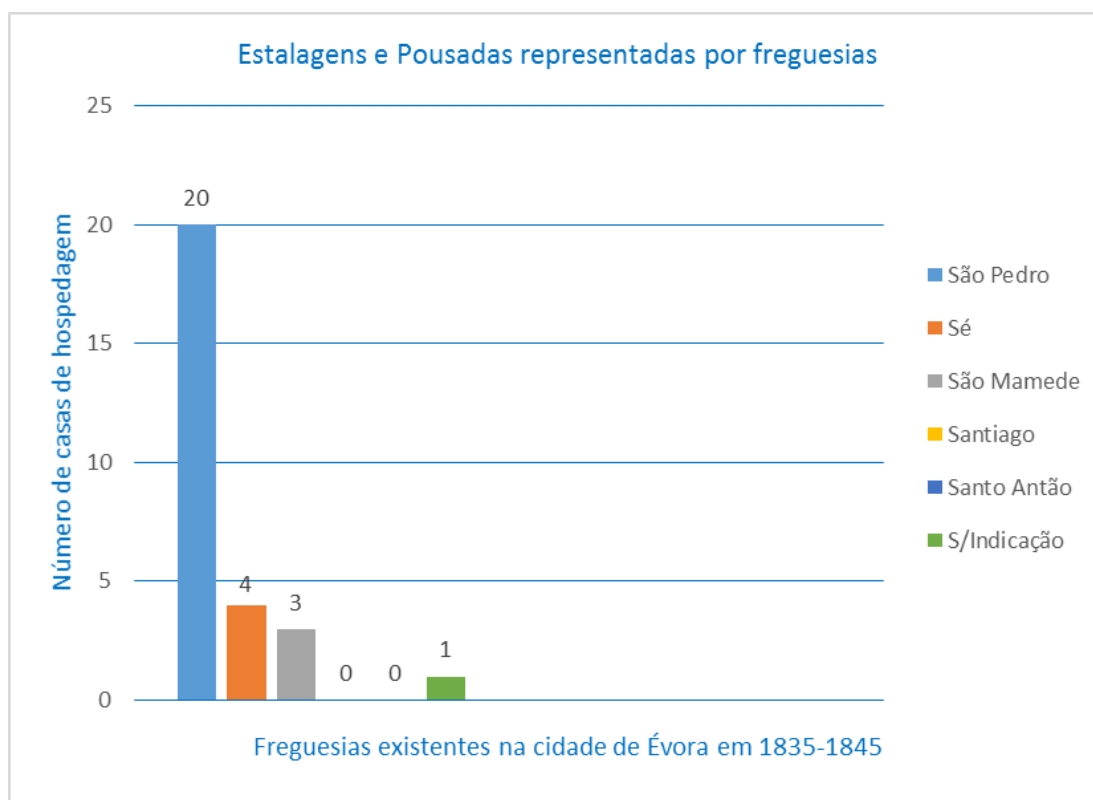
Estes registos indicam-nos que os viandantes desta época, para além de percorrerem grandes distâncias, também se deslocavam dentro do distrito e do próprio concelho, não atingindo, por vezes, as 5 léguas a que eram obrigados a possuir passaporte, no entanto, pernoitavam na cidade. Estes viandan-

tes eram, na sua maioria, pessoas que se deslocavam em trabalho, como almocreves (fig. 5) e pequenos comerciantes que vinham ao mercado da cidade com o objetivo de estabelecer negócio e outros deslocavam-se apenas com o objetivo de vender os seus produtos, como por exemplo vinho, farinha, caça, galinhas e ovos (fig. 2).

Em relação à designação das estalagens e pousadas verificamos que, na maioria, são designadas pelo nome da rua onde se localizavam, como são exemplo as Pousadas da rua do Paço e a do Adro de S. Francisco. No entanto, também existiam algumas designadas pelo nome dos seus proprietários como são exemplo a Estalagem de Ângela Maria Nascimento e a Pousada de Inês da Conceição.

Existiam na cidade 16 estalagens e 12 pousadas, repartidas por 3 das 5 freguesias existentes, conforme demonstrado no gráfico 1: São Pedro com 20, que demonstra bem que a centralidade da cidade permanecia no interior das muralhas, expandindo-se extramuros só a partir do século XX; Sé com 4; São Mamede com 3 e 1 pousada que não foi possível identificar a sua localização. Em relação às restantes freguesias da cidade: Santiago, não foi identificado qualquer registo e Santo Antão, não possuía casas de hospedagem, informação dada pelo Administrador do Concelho em agosto de 1842¹¹.

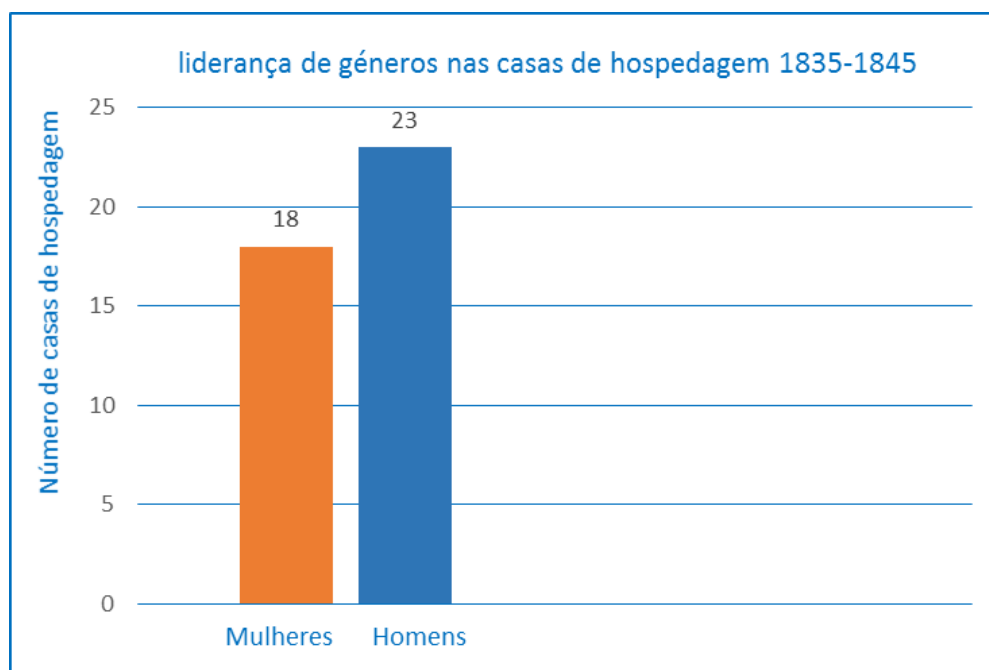
Gráfico 1 – Estalagens e pousadas representadas por freguesias



¹¹ Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Ofício datado de 7 de agosto de 1842, emitido pelo Administrador do Concelho, João Rafael de Lemos, a dar conhecimento das ocorrências ao Governador Civil. (Cota: GCE; SCH; SSC-D; SR-003; cx.4 mç. 35; doc. 889).

Constatamos também, através da informação recolhida e representada no gráfico 2, de que as mulheres tiveram um papel importante na liderança destas casas, verificando-se a existência de 18 mulheres a desempenhar o cargo de proprietárias ou responsáveis, aproximando-se do número de homens (23) que desempenhavam a mesma função, numa época em que o papel da mulher era marcado por preconceitos e de difícil afirmação, cabendo-lhe apenas, na maioria dos casos, o desempenho das tarefas domésticas e familiares.

Gráfico 2 – Representação da liderança de géneros nas casas de hospedagem 1835-1845



Estas casas de hospedagem localizavam-se em sítios estratégicos, como às portas da cidade, com o objetivo de serem as primeiras a receber os viandantes, como são exemplo: à porta do Rossio, à porta de Avis, rua do Raimundo e rua de Machede. Salienta-se também a existência de 4 estalagens na rua da Cadeia (atual rua Romão Ramalho) que gozava de localização privilegiada em relação a outras ruas, uma vez que, nela estavam sedeados os Paços do Concelho e também era esta rua que fazia a ligação direta entre a Praça Grande (atual Praça do Giraldo) e o Rossio de S. Brás (lugar privilegiado dos mercados e feiras da cidade).

O tempo de funcionamento das estalagens e pousadas era variável dependia, certamente, do número de clientela, pois existem casas de hospedagem que aparecem apenas durante um ou dois anos, como é exemplo a Estalagem da Casaca, Estalagem das Vieiras e Estalagem da Carne Magra e existem outras que permaneceram em funcionamento durante os 10 anos que analisámos, como é o caso da Pousada da Capelina, Estalagem da rua do Paço, Estalagem do Adro de S. Francisco, Estalagem do Arquinho, Estalagem do Rossio e as Estalagens da Porta de Avis.

Como conclusão final poderemos dizer que nesta época existia uma grande afluência de pessoas à cidade que acabavam por pernoitar, quer fosse de passagem ou em negócio, o que justifica a existência destas 28 casas de hospedagem. Esta tendência já vinha de tempos mais longínquos e permanece até aos nossos dias. A primeira referência que encontrámos na documentação está descrita no *Livro Pequeno de Pergaminho*, onde consta o *Regulamento da Cidade de Évora* de 1392, elaborado por João Mendes de Góis, que compilou a legislação geral a mandado de D. João I.

Neste livro do século XIV encontrámos, entre outros, o *Regimento das Pousadas*, que estabelecia principalmente a diferença entre estalagem e pousada, sendo a pousada considerada uma casa de hospedagem de categoria superior à estalagem, uma vez que era reservada a pessoas de estatuto social superior, ficando os *cavaleiros ou escudeiros proibidos de tomar as pousadas à sua vontade*, exceto se fossem condes, bispos, grandes prelados ou fidalgos que, no caso de se fazerem acompanhar por muita gente, não pudessem ficar em estalagens. Neste caso, poderiam ficar hospedados durante 3 dias, todos os outros teriam que pernoitar em estalagens, salvo se tivessem mandado do Rei.

Também no século XVII são mencionadas, no *Tombo das Jurisdições, Foros, e Próprios da Câmara Municipal de Évora* de 1651, as Estalagens Novas, que existiam no Terreiro da Porta de Avis, foreiras à Câmara e por isso se procedeu à sua medição e descrição neste Tombo¹².

A profissão de estalajadeiro foi regulamentada em 1778¹³, através do *Regimento dos Estalajadeiros*, que os obrigava a possuírem sempre: pão, palha, cevada, camas, azeite, vinagre, ovos, pescado e carne. Caso contrário, ficavam sujeitos a uma pena de 600 reis. Proibia-os também de possuírem em casa galinhas e frangos, sob pena de 600 reis.

Segundo este Regimento os preços a praticar nas estalagens pelas estadias de pessoas e animais eram os seguintes: 40 reis, por uma cama limpa com colchão e enxergão, com dois lençóis, cobertor e travesseiro, ou 20 reis, por uma cama com colchão e enxergão com três lençóis e travesseiro. Os animais, nomeadamente cavalares, custavam, cada um, 3 reis por noite.

Os preços da alimentação das pessoas e dos animais também foram regulamentados e variavam conforme a ementa das refeições: carne de porco custava 7 reis; carne de bode custava 5 reis; carne de vaca custava 6 reis; peixe custava 7 reis. A alimentação dos animais era paga da seguinte forma: por cada porção de palha pagavam 8 reis e por cada alqueire de cevada pagavam mais 10 reis do que ela valia.

Na primeira metade do século XX encontrámos, nas cadernetas da contribuição comercial e industrial do Arquivo Municipal de Évora, várias referências a casas de hospedagem em Évora, uma vez que tinham que ter licença de funcionamento, normalmente de um ano, pagando a taxa de 275\$00 à

¹² Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, Tombo das Jurisdições, Foros, e Próprios da Câmara Municipal de Évora de 1651, Nº 220 f. 102.

¹³ Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, Regulamento dos Estalajadeiros, Livro Nº 327, f. 85v.

Câmara Municipal de Évora. Estas casas eram designadas, na sua maioria, de *estalagens para cómodo de pessoas e guarda de animais* e localizavam-se praticamente nas mesmas ruas onde se localizaram as casas de hospedagem do séc. XIX, como poderemos verificar nos seguintes exemplos: Estalagem para cómodo de pessoas e guarda de animais na rua Romão Ramalho (antiga rua da Cadeia) de António Baptista dos Santos, a quem foi concedida licença em 1953; Estalagem para cómodo de pessoas e guarda de animais na rua de Machede, nº 52, de Joaquim António Palmela; Estalagem para cómodo de pessoas e guarda de animais na rua de Avis, de Francisco Peixe, a quem foi concedida licença em 1951¹⁴.

Atualmente os viandantes do século XXI são, na sua grande maioria, turistas com o objetivo de visitar a cidade, onde encontram à sua disposição vários estabelecimentos hoteleiros que oferecem um leque muito variado de opções de hospedagem: hotéis, hotéis-apartamentos, pensões, estalagens, motéis e pousadas. Hoje em dia, tal como no século XIV, ainda permanece a distinção entre estalagem e pousada, mantendo esta o seu estatuto de casa superior, conforme poderemos verificar nestas duas definições: são consideradas Estalagens “os estabelecimentos hoteleiros instalados em um ou mais edifícios, que, pelas suas características arquitetónicas, estilo do mobiliário e serviço prestado, estejam integrados na arquitetura regional e disponham de zona verde ou logradouro natural envolvente”¹⁵ e designam-se por pousadas “os estabelecimentos hoteleiros explorados pela ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, S. A., instalados em imóveis classificados como monumentos nacionais ou de interesse regional ou municipal e ainda em edifícios que, pela sua antiguidade, valor arquitetónico e histórico, sejam representativos de uma determinada época, e se situem fora de zonas turísticas dotadas de suficiente apoio hoteleiro”¹⁶.

Para terminar poderemos dizer que a cidade de Évora sempre foi e é uma cidade muito procurada, tanto por ter sido considerada a segunda cidade do Reino, onde os reis e a corte passavam longas temporadas, como por estar localizada num ponto geográfico que lhe permite fazer a ligação entre o norte e o sul de Portugal e o litoral e a Extremadura Espanhola. Hoje em dia o grande objetivo desta procura é o turismo. Segundo os dados estatísticos do INE de 2003, as dormidas em Évora representam 75% das dormidas verificadas nas regiões Alentejo e Alentejo Central¹⁷.

¹⁴Arquivo Municipal de Évora - Cadernetas de Licenças de Comércio e Indústria – Grupos A e B, 1950 a 1954.

¹⁵Portugal: Decreto Regulamentar n.º 36/97 de 25 de Setembro, disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/659396>

¹⁶Portugal: Decreto Regulamentar n.º 36/97 de 25 de Setembro, [em linha]. [consultado em 08 de março de 2018]. Disponível na internet: <https://dre.pt/application/file/a/659396>

¹⁷Plano Diretor Municipal de Évora, [em linha]. [consultado em 08 de março de 2018]. Disponível na internet: http://www2.cm-evora.pt/PDME/RPDPPDME/documentos/Anexo_C10.pdf

Fontes:

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, *Regulamento dos Estalajadeiros*, Livro Nº 327, f. 85v;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, *Tombo das Jurisdições, Foros, e Próprios*, da Câmara Municipal de Évora, 1651, Nº 220 f. 102;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Ofício datado de 7 de agosto de 1842, emitido pelo Administrador do Concelho, João Rafael de Lemos, a dar conhecimento doas ocorrências ao Governador Civil. (Cota: GCE; SCH; SSC-D; SR-003; cx.4 mç. 35; doc. 889);

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.1, mç. 6, doc. 199, nº 6;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.1, mç. 7, doc. 211, nº 11;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.1, mç. 7, doc. 251, nº 7;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.1, mç. 7, doc. 254, nº 7;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.4, mç. 35, doc. 889, nº 5;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.11, mç. 60; doc. 1860, nº 1;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.13, mç. 75, doc. 2178;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H, Subsecção H/D, Série 003, cx.13, mç. 75, doc. 2179;

Arquivo Municipal de Évora - Cadernetas de Licenças de Comércio e Indústria – Grupos A e B, 1950 a 1954.

Webgrafia:

Plano Diretor Municipal de Évora, [em linha]. [consultado em 08 de março de 2018]. Disponível na internet: http://www2.cm-evora.pt/PDME/RPDPPDME/documentos/Anexo_C10.pdf

PORTUGAL. Decreto Regulamentar n.º 36/97 de 25 de Setembro, [em linha]. [consultado em 08 de março de 2018]. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/659396>

PORTUGAL. Leis, decretos etc. [Alvará com força de Lei da criação da Intendência Geral da Polícia e seu Regulamento, de 25 de Junho de 1760]. - [Lisboa] : reimpresso na Officina de Miguel Rodrigues, [1760]. - 11 p. ; 2º (31 cm). [Em linha]. [Consultado em 17 de janeiro de 2018]. Disponível na internet: <URL: http://purl.pt/17387/4/1754614_PDF/1754614_PDF_24-C-R0150/1754614_0000_1-b_t24-C-R0150.pdf>

PORTUGAL. Leis, decretos etc. [Regulamento de 25 de maio de 1825]. [Em linha]. [Consultado em 18 de janeiro de 2018]. Disponível na internet: <URL: [http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/690_Decreto%20\(25.05.1825\).pdf](http://www.cepese.pt/portal/pt/investigacao/bases-de-dados/legislacao/anexos/downloads/690_Decreto%20(25.05.1825).pdf)>

O Balneário das Bravas

Francisca Mendes

Resumo: O Balneário das Bravas foi construído no final do século XIX, junto ao Chafariz das Bravas que lhe deu o nome. Este espaço manteve uma longa tradição de usos e costumes de utilização da água pública, desde o século XV até ao século XX.

O objetivo principal deste artigo é dar a conhecer este espaço, praticamente desconhecido da maior parte dos habitantes de Évora, através da recolha de fontes, plantas, postais, fotografias e testemunhos orais.

Abstract: Balneário das Bravas was built at the end of the 19th century, next to the Chafariz das Bravas, which gave its name. This space has maintained a long tradition of uses and customs of public water use, from the fifteenth century to the twentieth century.

The main objective of this article is to let known this space, almost unknown to most of the population of Évora, through the collection of sources, plants, postcards, photographs and oral testimonies.

Palavras chave: balneário, chafariz, Évora.

Key-Words: spa, fountain, Évora

O Balneário das Bravas é um edifício térreo situado na freguesia da Malagueira, concelho de Évora, na Av. Túlio Espanca, à entrada da cidade pela Estrada Nacional 114, contíguo ao Chafariz das Bravas (Monumento classificado de Interesse Público desde 2012, assinalado a azul na figura abaixo), do qual faz parte integrante na Zona Especial de Proteção (ZEP), conforme assinalado a vermelho na figura 1.

Os chafarizes e os tanques eram, normalmente, construídos às portas das cidades, em pontos estratégicos, junto a caminhos de acesso facilitando a vida aos viajantes e aos seus animais, onde se poderiam refrescar.

* Técnica Superior no Arquivo Distrital de Évora.

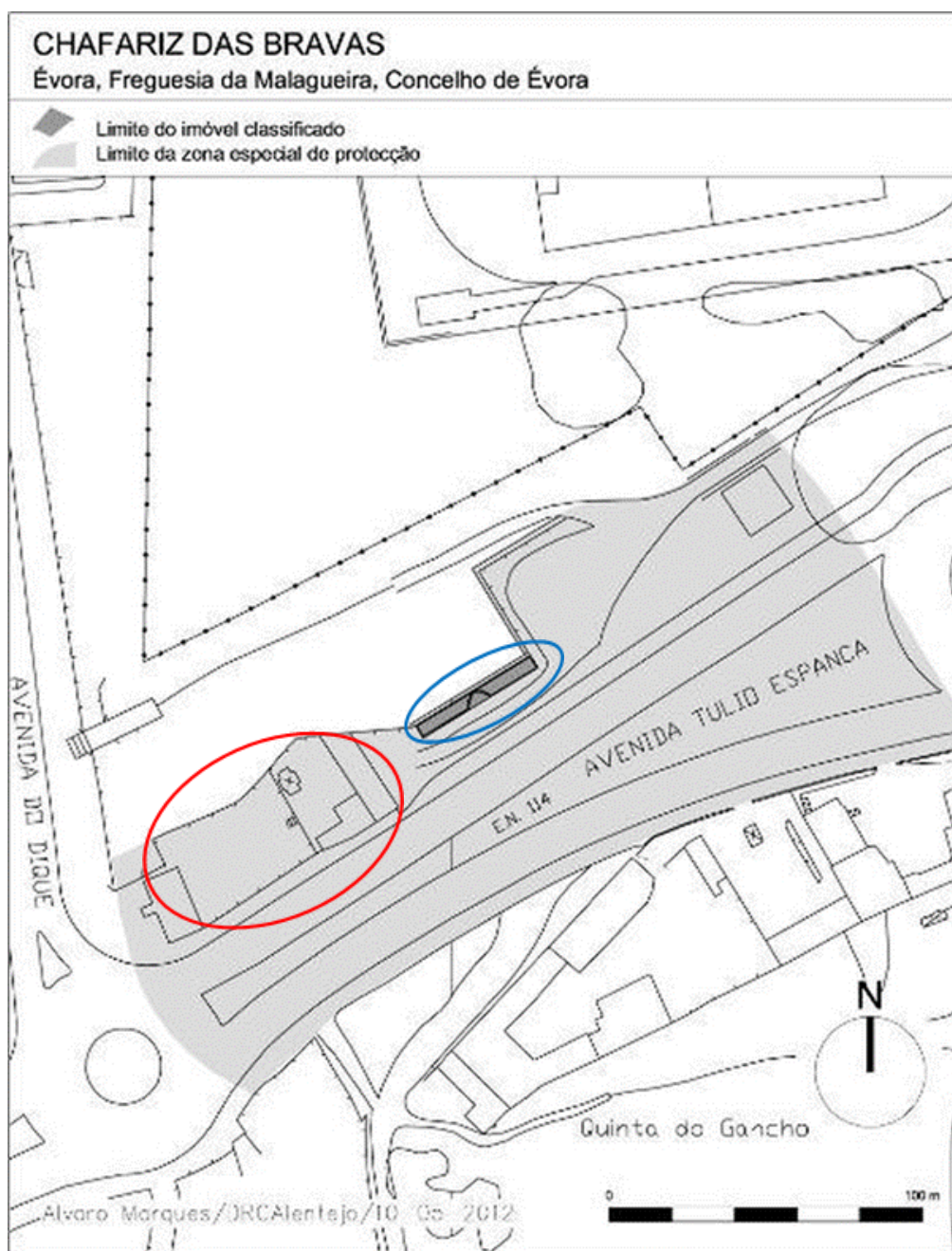


Fig. 1 - Chafariz das Bravas - Planta anexa à portaria de classificação e fixação da respetiva ZEP (zona a cinzento), com a delimitação e a ZEP em vigor¹

O Chafariz das Bravas não foi exceção, construído no século XV, a sua construção é atribuída, segundo Túlio Espanca, ao Senado Eborense. Inicialmente foi construído com vinte e duas ameias góticas, das quais possui atualmente vinte, que rematam o paredão de alvenaria, onde se situa o tubo metálico por onde corre a água para um único tanque retangular de granito. Localiza-se a 500 metros da antiga Porta de Alconchel (atual rua de Serpa Pinto) e foi designado de Chafariz e Tanque das Brabas no

¹ Planta anexa à portaria de classificação e fixação da respetiva ZEP (Zona a cinzento), com a delimitação e a ZEP em vigor (disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/338941/>).

Tombo das Jurisdições, Foros, e Próprios da Câmara Municipal de Évora, de 1651, onde é mencionado o ofício de Escrivão das Brabas, que confirma bem a sua antiguidade. A Câmara pretendia, nesta altura, prover este ofício, uma vez que, já havia muitos anos que o Chafariz das Brabas não tinha rendeiro e a renda era necessária para reparar os seus muros e fortalezas².

Topónimo das Brabas/Bravas

O topónimo das brabas, que deu o nome ao chafariz, tem várias origens e já foi descrito por vários autores, como é exemplo a velha e já conhecida história das brabas, atribuída às mulheres que frequentavam o Chafariz, descrita por João Mendes de Góis, no Livro Pequeno de Pergaminho, onde consta o Regulamento da Cidade de Évora de 1392. Esta história foi descrita, resumidamente, em 1966, por Manuel Carvalho Moniz: “um dos grandes motivos porque os homens são difamados e de que nascem muitos arruídos e desavenças e grandes escândalos, é porque as mulheres são desmesuradas e bradam doestos em público por “almaras”, trejeitos e remoques que elas sabem fazer e dizer, ainda que sejam grandes aleivosias e mentiras. Por isso o corregedor João Mendes de Góis ordenou e mandou que, de futuro, qualquer mulher que na praça ou na rua do estar, por palavras ou trejeitos, com outra mulher ou homem, gritando será condenada às seguintes penas:

- Pela primeira vez – multa de cinquenta réis.
- Pela segunda vez – pagará de multa cem réis.
- Pela terceira vez será “enfreada e desagradada publicamente com o freio na boca fora da cidade e seus termos até mercê de el-rei”³.

Salienta-se também, a este respeito, outra história sobre a toponímia das brabas, descrita por Madalena da Palma Guerreiro, no livro dos Chafarizes e Fontes Públicas da cidade de Évora de 1999, que evidencia a velha lenda da deusa Diana, que quando estava a tomar banho num dos tanques do Chafariz, Acteon aparece e tentou violá-la, mas os gritos da Deusa teriam sido tão fortes que chamaram a “atenção do povo de Évora, que apanhou Acteon e o assassinou, pendurando as suas bragas ou ceoulas no chafariz, a fim de tornar público o seu crime”⁴. Esta autora descreve também que Augusto B. Elerperk discorda desta versão da história e defende que o Chafariz “teria sido designado durante algum tempo de Fonte das Fragas, devido às penedias existentes, tendo o termo evoluído posteriormente para Bravas”⁵.

Em relação às funcionalidades do Chafariz e dos seus tanques, sabemos que em meados do século XVII, a água do Chafariz, além de servir para regar a horta do Moniz e dar de beber aos viajantes e seus animais, servia também para lavar a roupa num dos tanques, este era de pedraria e media cinco

² Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, Tombo das Jurisdições, Foros, e Próprios da Câmara Municipal de Évora de 1651, f. 26.

³ Manuel Carvalho Moniz, *Dominicais Eborenses*, Câmara Municipal de Évora, Évora, 1999, p. 25.

⁴ Madalena da Palma Guerreiro, *Chafarizes e Fontes Públicas da cidade de Évora*, Évora, 1999, p. 8.

⁵ Id. *Ibidem*, p. 8.

varas e meia de comprimento e no outro tanque, muito maior, com trinta e duas varas e meia de comprimento lavavam-se os cavalos, conforme está descrito no *Tombo das Jurisdições, Foros, e Próprios da Câmara Municipal de Évora*, de 1651: “Logo o dito juis de fora juis deste tombo mandou medir e demarcar o chafariz das brabas e os tanques em que cahe a agoa delles e achou que a agoa que vem a este chafaris he da Cidade e está em hum ferragial que he de Bertholomeu de Britto que fica da banda do norte da estrada junto à Igreja de São Sebastião e delle vai a agoa por hum cano ao dito Chafaris onde sahe por hum bica de pedra mármore em hum tanque parte de todas as partes com chão da Cidade e do norte com hum ferragial de hum irmãa do dito Bertholomeu de Britto que o mesmo possui e esta parede he de pedra de cantaria alta com vinte e duas ameas e tem de comprimento vinte varas menos dous palmos e de largo duas varas e dous palmos e deste tanque vai um cano para hum tanque pequeno de pedraria levantado onde lavão que tem de comprimento o cano de pedra quatorze varas e o tanque três varas e hum palmo e de comprimento cinco varas e meya e deste tanque cahe a agoa em outro tanque grande em que se lavão os cavallos o qual tem de comprimento trinta e duas varas e meya e de largo quatorze varas e meya e os sobejos desta agoa cahem para a Torregella por onde vão para a orta do monis que he oje de Henrique de Mello de Azambuja e paga se dos sobejos desta agoa à Camera trinta reis de foro em cada hum anno e por esta maneira ouve o dito juis de fora e sindico da Camara e medidores estes chafarizes da Cidade por medidos e confrontados do que mandou fazer este termo o que assinou com os sobreditos e por testemunhas Bento Lopes e João da Costa e eu Sebastião Rodrigues Feyo tabelião que o escrevy”⁶.

Identificação do Chafariz e Tanque das Bravas através de imagens

A primeira imagem que conhecemos do Chafariz e Tanque das Bravas é de princípio do século XVI, conforme aparece desenhada na folha de guarda do Foral da Leitura Nova, doado pelo rei D. Manuel I, em 1 de novembro de 1501.

Esta imagem representa uma vista da cidade de Évora desta época, que, segundo Gabriel Pereira, é tirada do lado do Chafariz das Bravas, que aparece em primeiro plano com o seu grande tanque e outro mais pequeno, e mais acima a ermida de S. Sebastião⁷, (figs. 2 e 3).

⁶ Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, Tombo das Jurisdições, Foros, e Próprios da Câmara Municipal de Évora de 1651, f. 51v. e 52.

⁷ Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, 2ª ed., I Vol., Edições Nazareth, Évora, 1947, p. 350.



Fig. 2 – Imagem da folha de guarda do Foral de Évora de 1501⁸



Fig. 3 – Imagem de pormenor do Chafariz das Bravas e seus dois tanques, extraída da folha de guarda do Foral de Évora de 1501⁹

Também conhecemos outra imagem, esta da segunda metade do século XVIII, que está inserida na Planta da Cidade de Évora, datada entre os anos de 1750 e 1790, onde o Chafariz e Tanque das Bravas aparecem desenhados a tinta-da-china e aguarela, como se pode verificar na figura 4 assinalada a vermelho e descrita com a letra N, ambos localizados à beira do caminho de Lisboa, como era mencionado na época.



Fig. 4 - Planta da Cidade de Évora, Biblioteca Nacional Digital [entre 1750 e 1790?]¹⁰.

No século XIX encontrámos outra imagem do Chafariz e Tanque das Bravas (fig. 5), na Planta da Memória Descritiva do Projeto nº 305/P.2, referente à reparação da estrada municipal do Chafariz das Bravas, elaborada pela Repartição Distrital de Obras Públicas, em 8 de março de 1880¹¹.

⁸ Folha de guarda do Foral de Évora de 1501, doado por D. Manuel I em 1 de Novembro de 1501 [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <<http://www4.cm-evora.pt/pt/conteudos/Arquivo+Municipal/Foral+Manuelino.htm>>.

⁹ Verso da folha de guarda do Foral de Évora de 1501, dado por D. Manuel I [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <<http://www4.cm-evora.pt/pt/conteudos/Arquivo+Municipal/Foral+Manuelino.htm>>.

¹⁰ Planta da Cidade de Évora, Biblioteca Nacional Digital - [Escala não determinada] [entre 1750 e 1790?]. - 1 planta : ms. tinta-da-china e aguadas várias color; 37,5x46 cm em folha de 38,8x48 cm [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <<http://purl.pt/26078>> Cota do exemplar digitalizado disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa: d-343-a.

Estas obras realizaram-se devido à grande afluência da população ao Chafariz, que em época de estia-
gem utilizava esta água para consumo. Segundo a descrição existente na memória descritiva do pro-
jeto, o acesso ao Chafariz era realizado através de uma azinhaga tortuosa e de péssima tração em al-
guns sítios, sendo o principal objetivo desta obra melhorar e facilitar o trânsito de pessoas e animais.

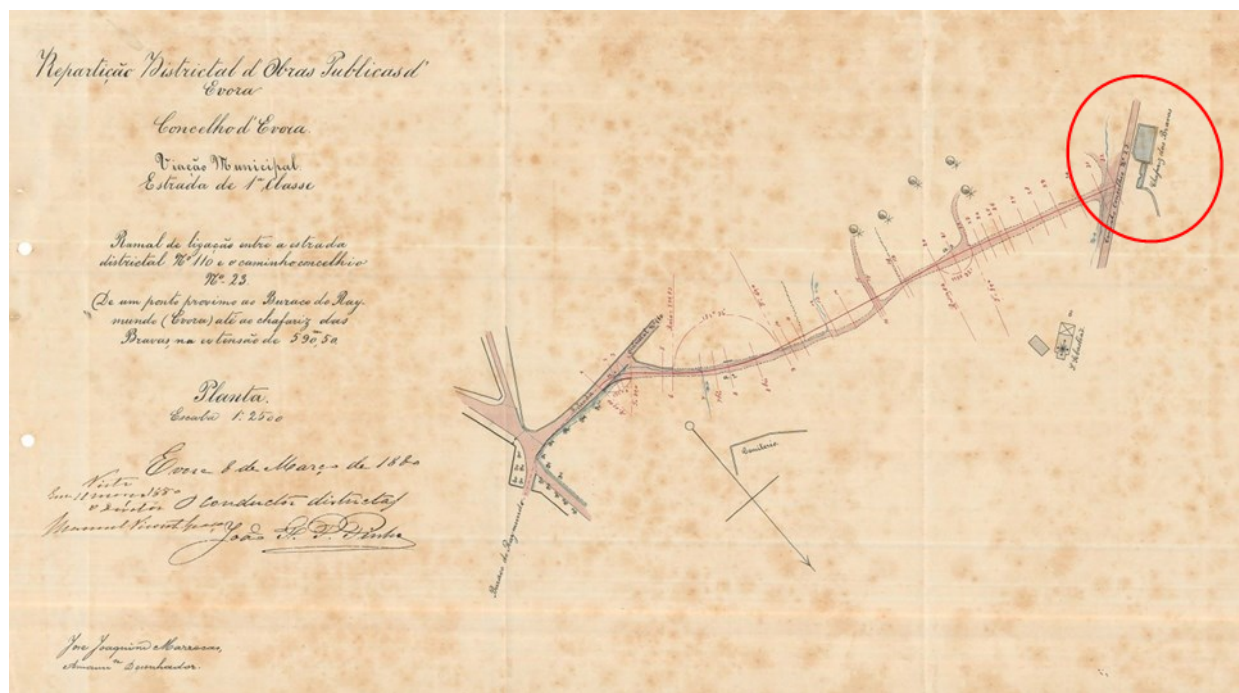


Fig. 5 - Planta da Memória Descritiva do Projeto nº 305/P.2, 1880, com a imagem do Chafariz e Tanque das Bravas assinalado a vermelho¹².

A construção do Balneário das Bravas

Não tendo sido possível datar a construção do Balneário das Bravas, apontamos a mesma para finais do século XIX, princípios do século XX. Esta construção substituiu o grande tanque do século XVI, mas manteve a sua longa tradição dos banhos. Na mesma altura, também foi construído o Lavadouro Público, substituindo o tanque antigo, mais pequeno, que manteve também a tradição de lavar roupa.

Segundo a informação exposta na imagem da figura 5 (assinalada a vermelho), semelhante à imagem representada no Foral, permite-nos dizer que o Balneário das Bravas terá sido construído após 1880, data desta última imagem que conhecemos do tanque grande.

No Arquivo Municipal de Évora, embora não tenha sido encontrado o processo de construção do Balneário, foram encontradas duas plantas, que constituem as primeiras referências que encontramos sobre o Balneário das Bravas.

¹¹ Arquivo Municipal de Évora, (Dc) PT/AMEVR/CME/M/B/01/Pt.004 Título Estradas Municipais – Chafariz das Bravas e da Chainha Data 1880-1967 Dimensão 320x20 mm Localização Arm.5, Gav.1.

¹² Arquivo Municipal de Évora, (Dc) PT/AMEVR/CME/M/B/01/Pt.004 Título Estradas Municipais - Chafariz das Bravas e da Chainha Data 1880-1967 Dimensão 320x20 mm Localização Arm.5, Gav.1.

Uma das plantas designa-se por Planta Topográfica do Chafariz das Bravas e Terrenos (fig. 6) e, provavelmente, fazia parte integrante dos anexos do processo de construção do Balneário.

Através desta planta consegue-se perceber que o complexo do Balneário das Bravas era constituído por: 1 piscina, 1 balneário, 1 casa de banho, 2 cabines de duche, 2 arrecadações e vestiário. Contíguo ao Balneário foi construído o lavadouro público, o qual desaguiava para a ribeira da Torregela.

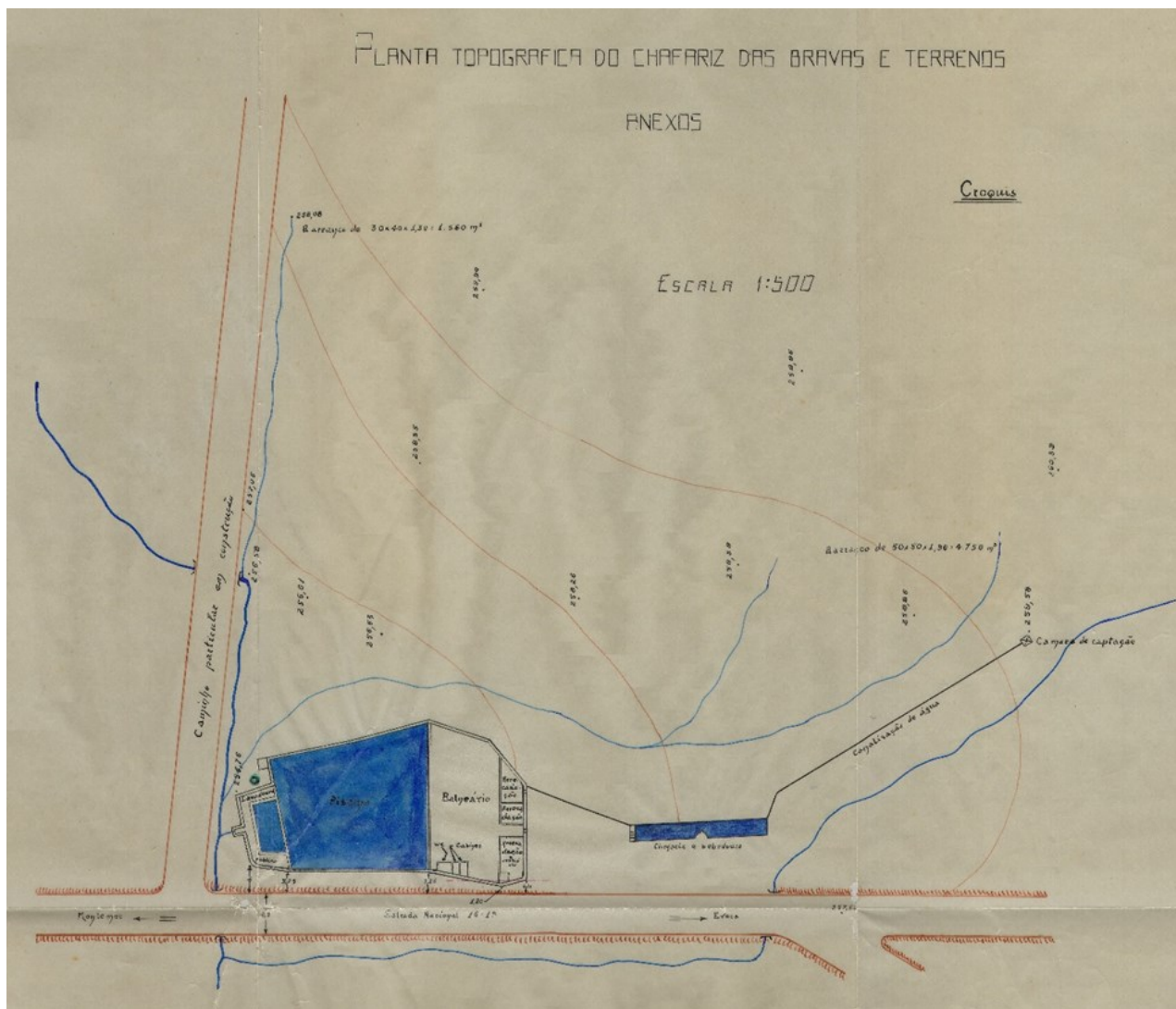


Fig. 6 - Planta Topográfica do Chafariz das Bravas e Terrenos¹³.

A outra planta (fig. 7), designada por Planta Geral do Balneário e Lavadouro Público, apresenta em pormenor as medidas das paredes e de todos os compartimentos do Balneário das Bravas e apresenta também, em pormenor, a canalização de águas e esgotos, com a localização das bicas da água para a piscina e para o lavadouro.

¹³ Arquivo Municipal de Évora, *Planta Topográfica do Chafariz das bravas e Terrenos*, PT/AMEVR/CME/M/A/01/Pt.066

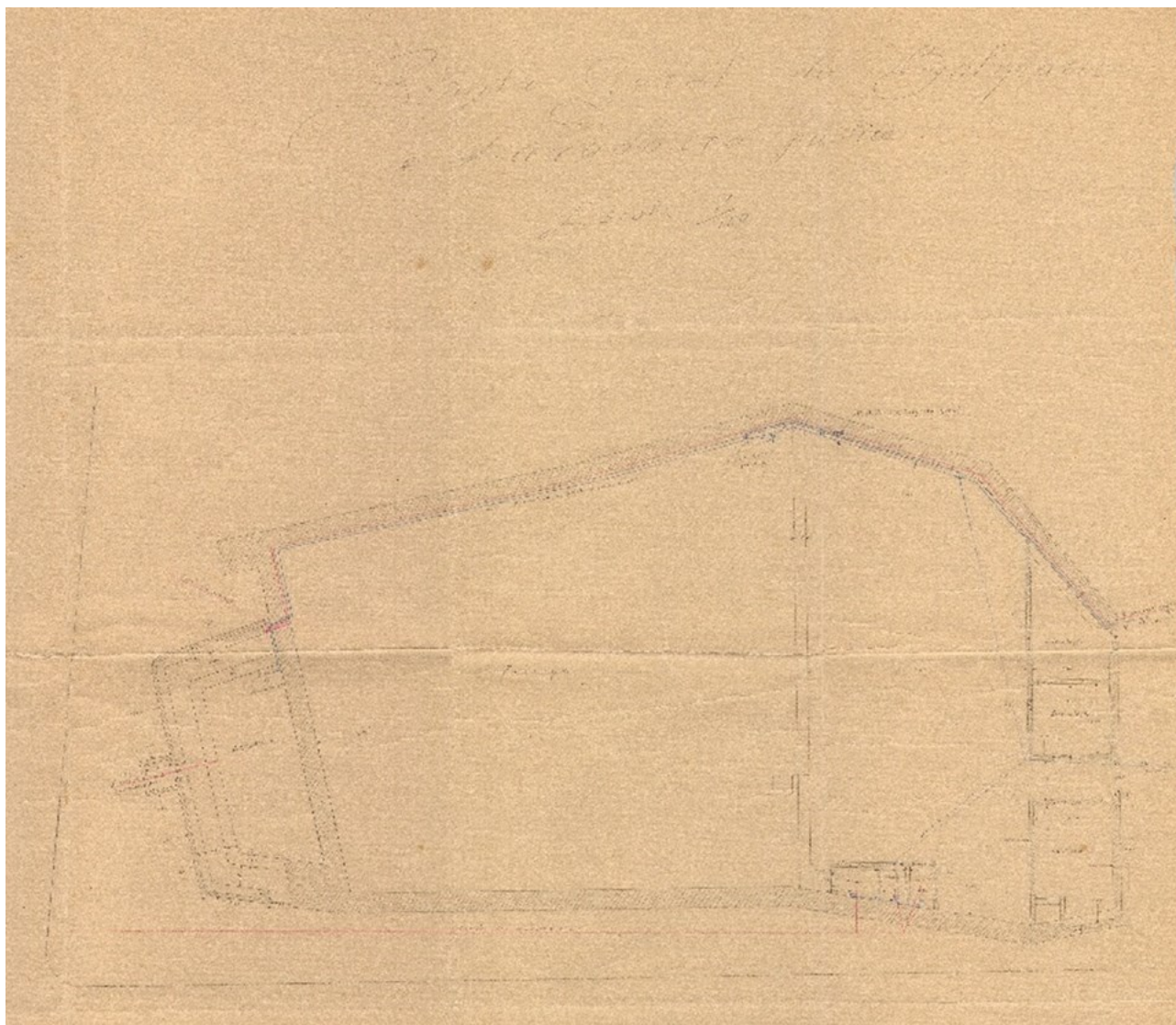


Fig. 7 - Planta Geral do Balneário e Lavadouro Público¹⁴.

Ao longo das pesquisas foram também encontradas: uma fotografia e três imagens em bilhetes-postais. A fotografia é datada entre os anos de 1890 e 1910, pertença do Grupo Pró-Évora (fig. 8), onde aparece o muro do Balneário das Bravas em alvenaria, que se mantém semelhante até aos nossos dias. As três imagens representadas em bilhetes-postais pertencem à coleção particular de Hugo de Oliveira, a mais antiga é de 1900 e é designada por Chafariz das Bravas (fig. 9). A outra imagem data da década de 1920 e é designada por Balneário da Bravas (fig. 10), embora o exterior do Balneário esteja representado nas duas imagens. Por último, a terceira imagem não está datada, mas provavelmente é da mesma época e retrata o interior do Balneário, designando-o por *Lago do Chafariz das Bravas*, sendo visível ao fundo da imagem o telhado do Lavadouro Público (fig. 11).

¹⁴ Arquivo Municipal de Évora, *Planta Geral do Balneário e Lavadouro Público*, DGU - Proc. 1.18266.



Fig. 8 – Fotografia do Chafariz das Bravas da autoria de José António Barbosa, datada de 1890 – 1910 (Cota GPE457 - Propriedade Grupo Pró-Évora)¹⁵.



Fig. 9 – Imagem do Chafariz das Bravas – Évora – Portugal. BP colorizado nº 78 – Edição de Malva & Roque – Rua do Arsenal, 118 – Lisboa. Bilhete-postal antigo da década de 1900, não circulado. Coleção particular de Hugo de Oliveira¹⁶.

¹⁵ Fotografia do Chafariz das Bravas da autoria de José António Barbosa, datada de 1890 – 1910 (Cota GPE457 - Propriedade Grupo Pró-Évora) [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <http://viverevora.blogspot.pt/2010/05/evora-perdida-no-tempo-chafariz-das.html>

¹⁶ Imagem do Chafariz das Bravas – Évora – Portugal. BP colorizado nº 78 – Edição de malva & Roque – Rua do Arsenal, 118 – Lisboa. Bilhete-postal antigo da década de 1900, não circulado. Coleção particular de Hugo de Oliveira. [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <https://www.postais-antigos.com/evora-chafariz-das-bravas-evora.html>



Fig. 10 – Imagem do Balneário das Bravas – Évora – Portugal. Editor não referido – BP não numerado. Bilhete-postal antigo dos anos de 1920, não circulado. Coleção particular de Hugo de Oliveira¹⁷.



Fig. 11 – Imagem do Balneário das Bravas (Lago do Chafariz das Bravas) – Évora, Portugal. Edição de Malva e Roque – Rua do Arsenal, 118 – Lisboa¹⁸.

¹⁷ Imagem do Balneário das Bravas – Évora – Portugal. Editor não referido – BP não numerado. Bilhete-postal antigo dos anos de 1920, não circulado. Coleção particular de Hugo de Oliveira – Lisboa. [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <https://www.postais-antigos.com/evora-balneario-das-bravas-evora.html>

¹⁸ Imagem do Balneário das Bravas (Lago do Chafariz das Bravas) – Évora – Portugal. Edição de Malva e Roque – Rua do Arsenal, 118 – Lisboa. [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/portugal/evora/search?page=3

Como já foi referido e perante estes factos poderemos concluir que o Balneário terá sido construído entre os anos de 1880 e 1900, uma vez que, nas primeiras décadas do século XX estava a funcionar em pleno, de acordo com o pedido formulado em julho de 1920 pelo Comandante do 3º Batalhão do Regimento de Infantaria Nº 11, que solicitou autorização à Câmara Municipal de Évora para que os militares do 3º Batalhão pudessem ir tomar banho ao Balneário Municipal das Bravas, dois dias por semana, acompanhados por um graduado que manteria a ordem e a decência devida¹⁹. Este pedido foi autorizado.

Descrição do Balneário das Bravas

O Balneário estava aberto todos os dias da semana e possuía um guarda, funcionário da Câmara Municipal de Évora, que cobrava bilhete à entrada. Estes poderiam ser comprados diariamente ou à semana e o custo da entrada diária era cerca de 15 tostões.

No espaço interior existia, junto ao Balneário, um pequeno canteiro de relva e duas árvores de fruto, uma oliveira e uma romaneira, onde os utentes assíduos poderiam apanhar banhos de sol ou descansar à sombra das árvores, embora a grande função do Balneário fosse o banho. Numa altura em que poucas residências possuíam casas de banho, acorriam ali, para além da rapaziada, os homens dos ofícios, como carpinteiros, serralheiros e corticeiros, com a finalidade de tomar banho depois de um dia de trabalho.

O Balneário era constituído por uma escada em alvenaria, com seis degraus e corrimão em ferro e possuía duas partes distintas: uma parte menos funda, ao início, e outra parte mais funda no final, separadas por uma corda atada a duas argolas de cada lado do Balneário. Na parte mais funda existia uma prancha de cortiça de onde saltavam e mergulhavam os rapazes.

A limpeza do Balneário era feita periodicamente, no entanto, no verão com o calor, a boa qualidade da água mantinha-se durante menos tempo, ganhando uma cor esverdeada, com aspeto de sujidade e o chão escorregadio, que proporcionava algumas brincadeiras, mas também várias quedas. Quando era realizada a limpeza sabia-se logo de bate-boca na cidade e nessa altura ainda ocorriam mais pessoas aos banhos, “era um regalo o banho com a água limpinha”, recorda, com satisfação, o Sr. José Luís Louro, que era um utente assíduo.

O Balneário funcionou mais de meio século e satisfez, sem dúvida, a alegria da rapaziada da cidade que o frequentava e o pessoal mais velho, que para além do banho, tinham ali um lugar de convívio e diversão.

¹⁹ Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, Livro de Atas Nº 810 de 1920 a 1922, f. 73.

Histórias, vivências e recordações de quem frequentou o Balneário

Atualmente ainda existem relatos orais de pessoas que nas décadas de 30 a 60, do século XX, na altura rapazes, iam tomar banho no Balneário.

Um destes relatos é de António Galopim de Carvalho que descreve o Balneário ou “Aquário das Bravas”, como também era designado, como um tanque de forma mais ou menos quadrada com 12 a 15 metros de largo, entre muros altos, que “visto de fora mais parecia uma casa de um só piso e sem telhado, como hoje ainda se pode ver. Colado a um dos mais antigos chafarizes de Évora, o histórico Chafariz das Bravas (já documentado em finais do século XV) recebia dele a água que fazia as delícias dos adolescentes e de alguns homens, nos verões desses anos. Pouco fundo, dava para “ter pé” aos rapazes da minha geração. Mais seguro do que os pegos do Degebe, o afluente do Guadiana que mesmo nos verões secos represava alguma água nos sítios mais fundos, foi no balneário que muitos aprenderam, sem escola e mal, a nadar de bruços ou às braçadas, mas o que mais rapidamente se aprendia era nadar “à cão”. Este tanque foi a nossa piscina, mas diga-se, só para o sexo masculino e em cuecas, pois que calções de banho só um ou outro sabiam o que isso era. Não por regra estabelecida, mas pela imensa força dos bons costumes, raparigas e mulheres nem se aproximavam da porta. Foi preciso esperar cerca de duas décadas para se quebrar esse tabu, o que teve lugar com a inauguração, em 1964, das Piscinas Municipais. Lembro-me que se falava do “tanque do Alexandre”, mas quase que só retive este nome. Tenho uma vaga ideia que era um daqueles tanques que havia nas quintas, destinados à rega, onde alguns iam nadar, ou melhor, iam meter-se na água”²⁰.

Um outro testemunho é o de José Luís Louro que entrevistámos dentro do antigo Balneário das Bravas, espaço que permanece até aos nossos dias mantendo a estrutura arquitetónica externa (fig. 12) e



Fig. 12 – Foto de conjunto do Chafariz das Bravas e antigo Balneário, 2018 (foto da autora).

interna, que embora sem água, ainda mantém os acessórios de funcionamento: a escadaria, os ferros que suportavam a antiga prancha de cortiça (fig. 13) e as argolas sem corda (fig. 14).



Fig. 13 – Suporte da prancha em cortiça do Antigo Balneário das Bravas, 2018 (foto da autora).



Fig. 14 – Antigo Balneário das Bravas, maio de 2018, com sinalização de uma das argolas onde era presa a corda que fazia a separação da zona menos funda para a zona mais funda, 2018 (foto da autora).

²⁰ Testemunho extraído do Facebook | Mural de António Galopim de Carvalho, consultado em 28 de fevereiro de 2018, disponível em <https://dasculturas.com/2017/08/20/anos-30-e-40-em-evora-o-balneario-antonio-galopim-de-carvalho/>

O Sr. José Luís Louro começou por contar e intitular a sua primeira história de *Um Nadador à-lá-rasca*, episódio que se passou nos anos de 1943/44, quando deveria ter 10 ou 11 anos e ainda não sabia nadar, mas, a medo, lá ia até à corda que fazia a demarcação da zona destinada aos que ainda andavam a aprender, dos que já possuíam a arte de nadar. Conta então que esta “área para além da dita corda era a grande atracção dos que, como eu, estavam desejosos de mostrar aos camaradas quem era mais "Tarzan" uns que outros, como eu já passava um pouco para além da corda experimentava, palmo a palmo, tentando sempre vencer a distância que nos separava da prancha do vazadouro onde se não tinha "pé". Nas várias experimentações, no emprego sistemático e científico que consiste em provocar situações especiais para se verificarem novas hipóteses de arriscar o pêlo, porém, assim que a água começava a chegar à boca era sinal de voltar atrás mas, como a inveja é pior que "tinha", este atleta, ao ver outros avançarem rumo à vitória, sentiu que já teria forças para chegar ao destino almejado e lançou-se na aventura, esqueceu-se que o piso estava escorregadio e falhou o primeiro impulso e vai ao fundo, ao sentir a água passar-lhe por cima da cabeça, numa última tentativa de salvação, conseguiu, num impulso derradeiro gritar por socorro, valeu-lhe o veterano Gabriel, corticeiro, que se encontrava a apanhar banhos de Sol, "estiraçado" na prancha e, ao ver o rapazinho aflito deitou-lhe a mão aos cabelos, safando-o daquela situação de eminente afogamento. De regresso à terra firme, já não veio por caminho náutico, veio pelo muro que era mais seguro, apanhou a roupinha, ouviu um sermão do guarda, Sr. Zé, responsável pelo Balneário e pela segurança dos nadadores. Nessa época banhar, só lhe foi consentido meter os pezinhos dentro de água, munido de braçadeiras de cortiça que o meu salvador, Gabriel, corticeiro ofereceu ao artista”.



Figs. 15 e 16 – Balneário das Bravas²¹.

²¹ Estas imagens foram extraídas do Álbum pertencente ao Grupo de Eborografias. [em linha]. [consultado em 22 de agosto de 2017]. Disponível na internet: <https://www.facebook.com/groups/885144454845385>.

Perante estas histórias, bem retratadas nestas fotografias, perguntei ao Sr. José Luís Louro se eram só rapazes que frequentavam o Balneário? E, logo lhe veio à memória um episódio insólito, quando pela primeira vez uma rapariga, mais atrevida, visitou e mergulhou no Balneário, somente frequentado por rapazes até esse momento. Era uma rapariga de fora, mais vivida, saltimbanca, pois que as da terra não se atreveriam a tal audácia. Ao ouvir esta explicação do Sr. José Luís Louro (fig. 17), percebi que estas vivências, com mais de meio século, ainda estão bem presentes na sua memória, como se pode verificar na descrição deste acontecimento: “Certo dia de S. Pedro, ou perto dele e com água nova na "piscina", os amantes da natação apareceram cedo no Balneário para apanharem o lugar onde hoje se encontra o forno e a nossa esplanada, e poderem beneficiar das sombras de uma velha oliveira e de uma romaneira que haviam ali. A manhã estava fresca e, o atleta Paulino Ramos, o homem dos "Pássaros de Fogo", assim apelidado, mais o seu grande companheiro, António Palôlo, resolveram fazer exercícios de aquecimento, forças combinadas e, como sempre, davam espectáculo, na base da ginástica sueca, porém, naquele dia, foram interrompidos pela visita de uma personagem do sexo feminino, quanto a mim foi a única vez que isso aconteceu, uma mulher muito jovem que, em fato de banho de tecido fino, numa época em que os fatos de banho eram ainda providos de saíote, provocando certa desarrumação nas cabecinhas da rapaziada, a menina era "trapezista" do "Circo Luftman" instalado na feira, trazia dois guarda-costas, não fosse algum pacóvio chegar-se prás pontas. Cada um de nós levava lanche para, em horas próprias satisfazer a fomeca, que, por cortesia partilhámos com a equipa do circo. O ambiente agradável que se criou, levou o Paulino e o Palôlo a demonstrarem as suas habilidades que por norma eram muito aplaudidas no exercício de forças combinadas, o Palôlo estirado no chão segurava as mãos do Paulino, com um pé na barriga deste, levantava-o e, quando em pleno equilíbrio, iam largando as mãos. O Paulino de braços e pernas abertas imitava um avião. Quis o destino que daquela vez, na presença de tão distintas visitas tão ligadas àquela arte circense, desse para escorregar o pé onde o Paulino assentava a barriga e o avião levantou voo, ou melhor: aterrou de bico e, o piloto partiu o "cockpit". O sangue escorria pela frontaria do Paulino e, o Palôlo agarrado às "partes" onde um joelho do companheiro tinha assentado com certa violência - um desastre aéreo como tantos outros, diga-se... A jovem, América, de seu nome, foi ao carro socorrer-se de um "quite" de primeiros socorros e socorreu como uma boa enfermeira, a cabeça aberta do nosso atleta Paulino, muito reconhecido, lhe prometeu um quadro da sua criação de pássaros de fogo. Quanto ao Palôlo: lamentava-se da enfermeira não o ter socorrido mas, o Arlindo Neto, com o seu subtil sentido de humor, comentava que naturalmente os primeiros socorros não contemplavam acidentes naquela zona melindrosa do corpo humano. A notícia espalhou-se e, no dia seguinte caiu-se o "carmo e a trindade" de cheirosos no "Balneário" mas, a "América" não apareceu. Ainda bem, não fosse caso de haver mortes”.



Fig. 17 – Grupo de rapazes que frequentavam o Balneário das Bravas, com representação do Sr. José Luís Louro (Foto da década de 50 do século XX, cedida pelo Sr. José Luís Louro).

Paralelamente à frequência do Balneário, em funcionamento até à década de 60 do século XX, eram também frequentados os pegos do rio Degebe, que nos meses de verão mantinham água fresca e convidativa a mergulho. No entanto, ofereciam também perigos iminentes e irreversíveis aos jovens que os frequentavam.

Perante estes perigos e a pouca segurança existente no Balneário das Bravas, a população de Évora sentia uma enorme necessidade de que fosse construído um balneário/piscina municipal capaz de colmatar estes perigos e proporcionar, principalmente aos jovens, um espaço onde se pudessem refrescar e divertir nos dias quentes de verão.

O local escolhido pela Câmara Municipal de Évora, para construção das Piscinas Municipais, foi um terreno junto à estrada municipal de São Bento, com cerca de 22 000 m². O projeto teve início em 1961 e as obras terminaram em 1964, ano em que foram inauguradas as Piscinas Municipais (fig. 18) que substituíram o antigo Balneário do Chafariz das Bravas.



Fig. 18 – Cerimónia de inauguração das Piscinas Municipais de Évora, em 5 de Setembro de 1964. Autor: Marcolino Silva. Cota MCS 3773 - Propriedade Arquivo Fotográfico CME²².

Conclusão

Para concluir poderemos afirmar que o abastecimento da água pública à cidade, quer aos moradores, quer aos visitantes, estabeleceu-se, não só através da construção do Aqueduto da Água de Prata, mas também através da construção de vários chafarizes, em sítios estratégicos, nomeadamente às portas da cidade, como são exemplo os 7 Chafarizes inventariados por Madalena da Palma Guerreiro: Chafariz das Bravas, Chafariz Del-Rei, Chafariz do Largo de Machede Velho, Chafariz do Largo de São Mamede, Chafariz do Largo das Portas da Lagoa, Chafariz do Largo de São Francisco, Chafariz dos Leões, Chafariz de São Bartolomeu, Chafariz da Rua de Alconchel e Chafariz da Rua do Muro²³. Estas construções eram edificadas em alvenaria e pressupunham sempre a existência de, pelo menos, um tanque, que tinha a função de armazenamento do excedente da água e que se destinava a diversas lavagens.

²² Cerimónia de inauguração das Piscinas Municipais de Évora, em 5 de Setembro de 1964. Autor: Marcolino Silva. Cota MCS 3773 – Propriedade: Arquivo Fotográfico CME [em linha]. [consultado em 08 de maio de 2018]. Disponível na internet: <https://viverevora.blogspot.com/2012/05/evora-perdida-no-tempo-inauguracao-das.html>

²³ Madalena da Palma Guerreiro, *Chafarizes e Fontes Públicas da cidade de Évora*, Évora, 1999, p. 55.

O Balneário das Bravas, por ter sido construído junto ao Chafariz que lhe deu o nome, embora não tendo sido possível saber a data da sua construção, funcionou mais de meio século e arrastou consigo uma longa tradição de usos de utilização da água pública proveniente deste Chafariz, desde o saciar a sede aos viandantes e seus animais e até mesmo proporcionar banhos a animais, normalmente cavaleiros, no tanque grande, desde o século XVI, até aos banhos de recreio e diversão dos rapazes do século XX.

Com água em abundância, este espaço foi sendo transformado conforme as necessidades da população, tendo sido totalmente remodelado quando foi construído o Balneário para que, de alguma forma, pudesse colmatar a falta de infraestruturas sanitárias nas casas, nomeadamente: esgotos, água canalizada e casas de banho.

A prática dos banhos públicos, acentuou-se, segundo o Arq. Luís Conceição²⁴, a partir dos finais do século XIX, quando começaram a surgir, nas principais capitais europeias, as piscinas coletivas aquecidas, construídas em edificações simples e modestas, que tinham como objetivo principal, não só a higiene Pública, mas também a prática de exercício físico. Eram chamadas as “*piscinas dos pobres*, com águas *conspurcadas*” e que iam dando lugar ao aparecimento das piscinas públicas do nosso tempo, “providas de outros padrões de higiene, e de outros objetivos de carácter recreativo, desportivo e cultural”²⁵.

Évora, não foi exceção, pois embora não gozasse do estatuto de capital europeia, foi ao longo dos séculos uma das mais importantes cidades do nosso País. Nestes termos, poderemos concluir também, que Évora acompanhou a evolução tecnológica retratada pelo Arq. Luís Conceição, uma vez que, o Balneário, construído nos finais do século XIX, deixou de funcionar na década de 60 do século XX, quando foi substituído pelas Piscinas Municipais de Évora.

²⁴ Diretor do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes e do Curso de Arquitetura da Universidade Lusófona.

²⁵ O Banho e a Higiene Doméstica em Portugal. [em linha]. [consultado em 09 de junho de 2018]. Disponível na internet: <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/2656/1385-4883-1-PB.pdf?sequence=1>

Fontes:

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, Livro de Atas Nº 810 de 1920 a 1922;

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Évora, *Tombo das Jurisdições, Foros, e Próprios da Câmara Municipal de Évora* de 1651;

Arquivo Municipal de Évora, (Dc) PT/AMEVR/CME/M/B/01/Pt.004 Título Estradas Municipais – Chafariz das Bravas e da Chainha Data 1880-1967 Dimensão 320x20 mm Localização Arm.5, Gav.1;

Arquivo Municipal de Évora, *Planta Geral do Balneário e Lavadouro Público*, DGU - Proc. 1.18266;

Arquivo Municipal de Évora, *Planta Topográfica do Chafariz das bravas e Terrenos*, PT/AMEVR/CME/M/A/01/Pt.066;

Bibliografia:

GUERREIRO, Madalena da Palma, *Chafarizes e Fontes Públicas da cidade de Évora*, Évora, 1999, p. 8;

MONIZ, Manuel Carvalho, *Dominicais Eborenses*, Câmara Municipal de Évora, Évora, 1999, p. 25;

PEREIRA, Gabriel, *Estudos Eborenses*, 2ª ed., I Vol., Edições Nazareth, Évora, 1947, p. 350.

Webgrafia:

Balneário das Bravas (Lago do Chafariz das Bravas) – Évora – Portugal. Edição de Malva e Roque – Rua do Arsenal, 118 – Lisboa. [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: https://www.delcampe.net/en_US/collectibles/postcards/portugal/evora/search?page=3

Balneário das Bravas – Évora – Portugal. Editor não referido – BP não numerado. Bilhete-postal antigo dos anos de 1920, não circulado. Coleção particular de Hugo de Oliveira – Lisboa. [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <https://www.postais-antigos.com/evora-balneario-das-bravas-evora.html>

Folha de guarda do Foral de Évora de 1501, doado por D. Manuel I em 1 de Novembro de 1501 [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <http://www4.cm-evora.pt/pt/conteudos/Arquivo+Municipal/Foral+Manuelino.htm>

Cerimónia de inauguração das Piscinas Municipais de Évora, em 5 de Setembro de 1964. Autor: Marcolino Silva. Cota MCS 3773 – Propriedade: Arquivo Fotográfico CME [em linha]. [consultado em 08 de maio de 2018]. Disponível na internet: <https://viverevora.blogspot.com/2012/05/evora-perdida-no-tempo-inauguracao-das.html>

Chafariz das Bravas – Évora – Portugal. BP colorizado nº 78 – Edição de malva & Roque – Rua do Arsenal, 118 – Lisboa. Bilhete-postal antigo da década de 1900, não circulado. Coleção particular de Hugo de Oliveira. [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <https://www.postais-antigos.com/evora-chafariz-das-bravas-evora.html>

Chafariz das Bravas, fotografia da autoria de José António Barbosa, datada de 1890 – 1910 (Cota GPE457 - Propriedade Grupo Pró-Évora) [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <http://viverevora.blogspot.pt/2010/05/evora-perdida-no-tempo-chafariz-das.html>

Facebook | Mural de António Galopim de Carvalho, [em linha]. [consultado em 28 de fevereiro de 2018]

2018]. Disponível em <https://dasculturas.com/2017/08/20/anos-30-e-40-em-evora-o-balneario-antonio-galopim-de-carvalho/>

Grupo de Eborografias. [em linha]. [consultado em 22 de agosto de 2017]. Disponível na internet: <https://www.facebook.com/groups/885144454845385>

O Banho e a Higiene Doméstica em Portugal. [em linha]. [consultado em 09 de junho de 2018]. Disponível na internet: <http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/2656/1385-4883-1-PB.pdf?sequence=1>

Planta da Cidade de Évora, Biblioteca Nacional Digital - [Escala não determinada] [entre 1750 e 1790?]. - 1 planta : ms. tinta-da-china e aguadas várias color; 37,5x46 cm em folha de 38,8x48 cm [em linha]. [consultado em 26 de fevereiro de 2018]. Disponível na internet: <<http://purl.pt/26078>> Cota do exemplar digitalizado disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa: d-343-a

O FERTAS DE PUBLICAÇÕES

Ofertas Bibliográficas

Agradecemos aos seguintes autores e instituições a oferta destas publicações, que vieram enriquecer a nossa biblioteca.

Arquivo Histórico da Madeira :

Arquivo Histórico da Madeira, (2017), *Imagens Antigas o Funchal Urbano - Boletim do Arquivo Regional da Madeira, Série Coleção Iconográfica 2*, Madeira: Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira: ISSN 2182-9586. Depósito Legal Nº 115025-97.

Arquivo Municipal de Estremoz:

Vermelho, Joaquim, s.d., *Ler nas Pedras*, Estremoz: Câmara Municipal de Estremoz. ISBN 972-97009-3-1. Depósito Legal Nº 206859/04.

Arquivo Municipal de Loulé:

Arquivo Municipal de Loulé

(2017), *AL-ÚLYÁ*, Nº 18, Loulé: Arquivo Municipal de Loulé: ISSN 0872-2323.

Arquivo Municipal de Olhão:

Arquivo Municipal de Olhão (2015), *Embarco - Revista de Estudos Marítimos do Algarve*, Olhão: Município de Olhão: ISSN 2183-7627.

Câmara Municipal de Braga

Marques, José, (2016), *Actas dos capítulos provinciais dos Ermitas de Santo Agostinho (1538-1592), Separata do Vol. LXI (Tomo 1) da Revista Cultural Bracara Augusta*, Braga: Câmara Municipal de Braga.

Câmara Municipal de Faro:

Lameira, Francisco I. C., (1987), *Elementos para um Dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam a madeira em/para a cidade de Faro nos séculos XVII a XIX*, Separata dos "Anais do Município de Faro" - Nº XVI, Faro: Câmara

Municipal de Faro.

Franco, Mário Lyster, (1982), *Algarviana - Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*, Vol. 1 A-B, Faro: Câmara Municipal de Faro.

Câmara Municipal de Lagoa:

Reis, Vasco João, (2009), *Estômbar e o seu Castelo no Tempo e na História*, Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa: ISBN: 978-989-8053-18-3. Depósito Legal Nº 299109/09.

Ribeiro, Bárbara; Vieira, José, Ferreira, Sónia, (2006), *Lagoa Património Histórico e Natural* (Catálogo), Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa: ISBN 989-8053-01-01; 978-989-8053-01-5.



Câmara Municipal de Redondo:

Fonseca, Teresa (2005), *Bernardino Manuel da Costa Lima e a "Memória acerca da vila do Redondo"* (Biblioteca fontes & inventários, 2ª série geral; 2), Lisboa: Edições Colibri; Évora: CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora). ISBN 972-772-537-6. Depósito Legal Nº 418782/16.

Catalão, Duarte Nuno, (2017), *Redondo no primeiro século após a fundação (1318-1418): primórdios, declínio, ressurgimento. Subsídios para a História local, nos 700 anos do seu Foral dionisino*, Évora: Gráfica Eborenses: ISBN 978-989-20-8031-4. Depósito Legal Nº 434 099/17.

CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios

Filipe, Carlos; Peixinhos, Joaquina; Amaral, Vanessa, (2014), *Calliportes - coleção estudos - Manuel Loreno de Actor a Declamador*, Vila Viçosa: CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios. ISBN 978-989-99164-0-1. Depósito Legal Nº 382095/14.

Matos, Ana Cardoso; Quintas, Armando; Sousa, Carlos Alexandre, [et al.], (2014), *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua história (1850-1986)*, Vila Viçosa: CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios. ISBN 978-989-99164-128. Depósito Legal Nº 394995/15.

Centro de Estudos Históricos Universidade Nova de Lisboa:

Moura, Carlos Manuel da Silva; Pinto, Pedro Miguel Araújo Correia (2017), *Cortes Por-*

tuguesas. Reinado de D. Afonso V: Cortes de 1441-1447, Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa: ISBN 978-989-98817-9-2. Depósito Legal Nº 440172/18.

Cimac - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central:

Conferência - O Poder Local Democrático e a Constituição da República Portuguesa. Separata da Revista *Memória Alentejana* Nº 37/38. Coord. André Espenica. (2017), Évora: Cimac - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central: ISBN: 978-989-8053-18-3. Depósito Legal Nº 299109/09.

MDM - Movimento Democrático de Mulheres:

Martins, António; Simões, Dulce; Borralho, Odete, [et al.], (2016), *O Cante no Femi-*



nino. As vozes das mulheres no património cultural imaterial, Lisboa: MDM - Movimento Democrático de Mulheres: ISBN: 978-989-98737-4-2. Depósito Legal Nº 418298/16.

Milgron, Genie, s.d., *Mis 15 Abuelas - Desde la Inquisición española hasta el presente: Una trayectoria personal*: ISBN: 9781489599209. Depósito Legal Nº 418298/16.

Ramos, Alberto Augusto, (2017), *Vidas com História ou Histórias com Vida*, Lisboa: Chiado Editora: ISBN 978-989-52-1153-1. Depósito Legal Nº 429675/17.

Rei, António, (2011), *António francisco Barata: Vida e Obra (Góis, 1836 - Évora, 1910)*, Lisboa: Edições Colibri: ISBN 978-989-689-105-3. Depósito Legal Nº 327 268/11.

Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo:

Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, (2008), *A Misericórdia de Montemor-o-Novo, História e Património*, Montemor-o-Novo: ISBN 978-972-8799-89-2. Depósito Legal Nº 281561/08.

Silveira, João Fiúza de Albuquerque Cabral da, (2018), *Guiões: da Freguesia de São Vicente de Valongo do termo de Évora*, Lisboa: Instituto Português de Heráldica: ISBN 978-989-20-8159-5. Depósito Legal Nº 437902/18.

Turismo do Alentejo, ERT:

Mangucci, Celso, (2010), *Guia de Museus do Alentejo, Turismo do Alentejo, ERT: Mideias - Comunicação Visual*. Lda.





Visita o site em adevr.dglab.gov.pt

Faz-te amigo do Arquivo Distrital de Évora em: www.facebook.com/arquivodistritalevora

Oficinas Educativas

O Arquivo Distrital de Évora organiza visitas guiadas e atividades pedagógicas para públicos de diversas faixas etárias.

Para marcações e inscrições contactar:

Arquivo Distrital de Évora

Largo dos Colegiais, nº 3

700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt

Pesquisa

Por solicitação dos leitores, o Arquivo Distrital de Évora realiza pesquisas nos fundos arquivísticos à sua guarda.

Para informação e preços contactar:

Arquivo Distrital de Évora

Largo dos Colegiais, nº 3

700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt

Reproduções

O Arquivo Distrital de Évora possui um serviço de fotocópias e digitalização de documentos.

Para informação e preços contactar:

Arquivo Distrital de Évora

Largo dos Colegiais, nº 3

700-803 Évora

Tel: 266006600

Fax: 266006601

Endereço eletrónico:

mail@adevr.dglab.gov.pt



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA



ARQUIVO
DISTRITAL DE
É·V·O·R·A

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS | ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

Largo dos Colegiais, nº 3, 7000-803 Évora | **Telefone:** 266006600 | **Fax:** 266006601

Sítio na Internet: <http://adevr.dglab.gov.pt> | **E-mail:** mail@adevr.dglab.gov.pt

Direção: Jorge Janeiro | **Design gráfico:** Francisca Mendes

Colaboradores nesta edição: Célia Malarranha, Francisca Mendes, Jorge Janeiro.

ISSN 2183-3427